

CLEYDIA REGINA ESTEVES

**CELSONO FURTADO, INTÉRPRETE DO BRASIL:  
DESENVOLVIMENTO COMO CULTURA NO PENSAMENTO  
SOCIAL BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientadora: Profª Drª Claudia Ribeiro Pfeiffer

Rio de Janeiro

2013

E79c Esteves, Cleydia Regina.  
Celso Furtado, intérprete do Brasil : desenvolvimento  
como cultura no pensamento social brasileiro / Cleydia  
Regina Esteves. – 2013.  
161, [21] f. : il. color. ; 30 cm.

Orientador: Claudia Ribeiro Pfeiffer.  
Tese (mestrado) – Universidade Federal do Rio de  
Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e  
Regional, 2013.  
Bibliografia: f. 151-160.

1. Furtado, Celso, 1920-2004 – Crítica e interpretação.  
2. Território nacional - Brasil. 3. Cultura – Brasil. 4.  
Desenvolvimento econômico – Brasil. I. Pfeiffer, Claudia  
Ribeiro. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro.  
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional.  
III. Título.

CDD: 306.4

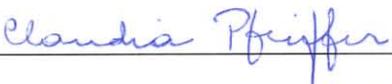
CLEYDIA REGINA ESTEVES

**CELSO FURTADO, INTÉRPRETE DO BRASIL:  
DESENVOLVIMENTO COMO CULTURA NO PENSAMENTO  
SOCIAL BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

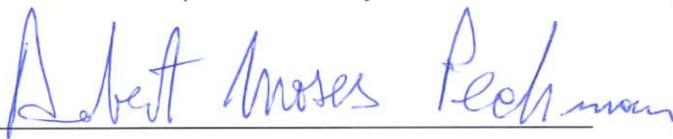
Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

  
\_\_\_\_\_

Prof. Doutora Claudia Ribeiro Pfeiffer

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

  
\_\_\_\_\_

Prof. Doutor Robert Moses Pechman

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

  
\_\_\_\_\_

Prof. Doutor Hermes Tavares Magalhães

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

  
\_\_\_\_\_

Prof. Doutora Josilda Rodrigues da Silva de Moura

Departamento de Geografia - UFRJ

A você Diogo, meu curumim, meu amor, o filho que não tive e que nos deixou tão cedo, dedico integralmente este trabalho. Continuarei oferecendo a você o meu melhor, o que mais amo na minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o culminar de um longo processo de amadurecimento pessoal e intelectual. Muitos foram aqueles que, no caminho, ajudaram-me para que mais forte, pudesse completar a jornada. Entendemos que ele é um trabalho coletivo, por causa mesmo dessas contribuições, a todos os níveis, importantes, embora tenha a nossa responsabilidade e a nossa assinatura.

Então “a modos de Vinicius de Moraes”, aproveitando a riqueza poética que ele nos legou, peço licença para dizer: à benção pai e mãe, onde tudo começou; à benção D. Vanda Leiva *in Memoriam* e ao Mariano do Prado Valladares, que me ajudaram a compreender e trilhar o caminho da vida. À benção Mauricio de Abreu, Lia Osório Machado e Ana Clara Torres Ribeiro que me ensinaram o rigor e o compromisso de ser professor, pesquisador e intelectual. A Claudia Ribeiro Pfeiffer em especial agradeço a parceria, a paciência e a compreensão com que ajudou a construir este trabalho. Nos meus amigos Alice Lourenço e Luis Cesar Peruci do Amaral deposito todo o reconhecimento, carinho e amizade devidos aos muitos amigos que participaram desta jornada.

Aos profissionais, alguns acabaram tornando-se amigos, que nos auxiliaram na pesquisa, com sua dedicação, profissionalismo e carinho agradeço com sincero respeito nas pessoas de Luisa Filgueiras do PPGG, Gilberto Lima Martins do IPPUR, Aline Balué do Centro Internacional Celso Furtado.

Agradecimento especial para a PETROBRAS que nos honrou com a premiação e nos ajudou com a bolsa de pesquisa, com a qual pudemos concluir de maneira mais tranquila, este trabalho. Igualmente agradecemos ao Centro Internacional Celso Furtado, na pessoa de D. Rosa d’Aguiar Furtado, que nos possibilitou maiores condições de pesquisa, inclusive nos recebendo para conversar sobre a obra do professor Celso Furtado. Ao IPPUR que nos recebeu ainda como estudante de graduação e no qual tivemos oportunidade de aprimorar conhecimentos e crescer como profissional. À UFRJ que em momentos distintos e concomitantes foi casa, trabalho e escola da vida, além de verdadeiramente Universidade. Todo meu ensino foi público e muito me orgulho disto.

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo contribuir para o aprofundamento do debate sobre a relação entre desenvolvimento e cultura, trazendo à luz o pensamento de Celso Furtado, a partir de sua localização no campo do Pensamento Social Brasileiro.

Para tanto, recupera-se a importância que o território teve para a constituição do país, as interpretações da sociedade brasileira e seu desenvolvimento, com base no que se convencionou chamar de “Os Intérpretes do Brasil”; as concepções de desenvolvimento adotadas no Brasil, em programas, planos e projetos de desenvolvimento, sobretudo nas duas últimas décadas; as obras de Celso Furtado nas quais a relação entre cultura e desenvolvimento é estabelecida e as críticas a elas dirigidas.

**Palavras-chave:** Celso Furtado, Desenvolvimento, Cultura, Economia, Território, Literatura.

## RÉSUMÉ

Cette étude vise à contribuer à l'approfondissement du débat sur la relation entre le développement et la culture, mettant en lumière la pensée de Celso Furtado, à partir de son lieu dans le champ de la pensée sociale brésilienne.

Par conséquent, récupère l'importance que le territoire avait la constitution du pays, les interprétations de la société brésilienne et de son développement, basé sur ce qui a été appelé "L'Interprètes du Brésil"; conceptions de développement adoptés au Brésil, programmes, plans et projets de développement, en particulier dans les deux dernières décennies, les œuvres de Celso Furtado dans laquelle la relation entre culture et développement est établie et les critiques adressées à leur égard.

Mots-clés: Celso Furtado, Développement, Culture, Économie, Territoire, Littérature

## **ABSTRACT**

This study aims to contribute to the deepening of the debate on the relationship between development and culture, bringing to light the thought of Celso Furtado, from its location in the field of Brazilian Social Thought.

Therefore, recovers the importance that the territory had to the country's constitution, the interpretations of Brazilian society and its development, based on what has been called "The Interpreter Brazil"; conceptions of development adopted in Brazil, programs, plans and development projects, particularly in the last two decades, the works of Celso Furtado in which the relationship between culture and development is established and the criticism directed towards them.

Keywords: Celso Furtado, Development, Culture, Economy, Territory, Literature.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 - Terra Brasilis, mapa do Atlas Miller, 1515-1519

Figura 2 - Fausto e Mefistófeles de Delacroix

Figura 3 - 1ª Missa no Brasil de Candido Portinari

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	9
<b>2 O TERRITÓRIO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO</b>	24
2.1 O território como desiderato nacional	25
2.2 Semântica ambiental: natureza, território e representação	26
2.3 Narrativas discursivas de formação – institucionalização: IHGB	28
2.4 Terra, escravidão e Estado	30
2.5 Estados Unidos como espelho – fronteira, pioneiros e bandeirantes: Os vazios e o oeste-sertão	32
2.6 Sentido de formação: intérpretes do Brasil	37
<b>3 GEOGRAFIAS DO DESENVOLVIMENTO E GEOMETRIAS DE PODER</b>	44
3.1 A Economia moderna é a alquimia por outros meios	46
3.2 Desenvolvimento como obra fáustica do homem moderno	49
3.3 O Mefistofélico desenvolvimento brasileiro	52
3.4 O Desenvolvimento no alvorecer do século XXI	57
3.4.1 Introdução	57
3.4.2 Crise do desenvolvimento e ascensão do Neoliberalismo	59
3.4.3 Neoliberalismo no Brasil: A escala nacional e regional da ação estatal	64
3.4.4 Desenvolvimento na escala local	70
3.5 A cultura como dimensão da política pública voltada para o desenvolvimento	72
<b>4 TESE, ANTÍTESE E SÍNTESE: O MOVIMENTO DA ESPIRAL – O Lugar da Cultura na Obra de Celso Furtado: abordagens e críticas</b>	78
4.1 Que somos: 7 teses sobre a cultura brasileira	79
4.1.1 Conjuntura sócio-política da redemocratização brasileira	85
4.1.2 Projetos em disputa pelo Brasil	91
4.2 Antítese: a disputa de sentido	101
4.3 Síntese: Obra	107
4.4 Fortuna crítica: desenvolvimento como cultura	114
4.5 Celso Furtado e o Ministério da Cultura (1986-1988)	121
<b>5 CONCLUSÃO</b>	

**REFERÊNCIAS**

**ANEXOS**

# 1 INTRODUÇÃO

Inicialmente nossas indagações e linha de trabalho se circunscreviam à dimensão escalar do desenvolvimento, em função do debate entre desenvolvimento regional e desenvolvimento local que acompanhamos no Brasil e na Europa. Como geógrafa era flagrante discutir a questão do espaço e do território em relação ao processo de desenvolvimento. No entanto identificado o debate e seus vieses analíticos, intuímos que a questão não era exatamente a escala de intervenção, mas a própria definição do que seria o desenvolvimento enquanto processo social. E aqui a participação do Estado é o divisor de águas entre as duas concepções, pelo menos aparentemente. Uma compreende o papel fundamental do Estado enquanto agente ativo do processo, a outra relativiza sua inserção e eleva a sociedade civil, em suas diferentes organizações como o ator principal daquele processo. Tomadas as trincheiras, veremos um debate onde a dissonância está mais aferrada aos pressupostos teórico-analíticos do que exatamente no desenrolar processual do desenvolvimento, dado que o território implica trabalhar com uma dinâmica transescalar, como bem colocou Yves Lacoste (1988). A questão então estaria com quem planeja, recorta e define a escala de intervenção.

Vista por este ângulo, ela então implicaria maiores esforços de teorização, o que pode indicar que tanto as abordagens atuais quanto os instrumentos analíticos, já não respondem adequadamente aos desafios impostos pela contemporaneidade, ao pensamento crítico.

Percebida, a nosso ver, a questão que efetivamente cobrava maiores aprofundamentos, isto é, o que se entendia por desenvolvimento, voltamo-nos para Celso Furtado, nome incontornável neste debate. A retomada da discussão do desenvolvimento e do Desenvolvimentismo, tanto por parte do Estado quanto pela academia, há pelo menos uma década (Cepêda, 2012; Sicsú et al, 2007; Carneiro et al, 2012; Fiori, 2000; entre outros), revigorou o debate e a recuperação do pensamento furtadiano. Sobretudo porque se revisitava sua obra, não só para recuperar a sua importância no campo do Pensamento Político-Social Brasileiro, mas também por se “descobrirem” novos aportes em sua abordagem, como é o caso em que escolhemos participar, isto é, ver o desenvolvimento a partir da cultura.

Diante desta constatação, sentimo-nos estimulados a esclarecer, quais eram os diferentes posicionamentos e seus remetimentos epistemológicos, teóricos, políticos, ideológicos e processuais. Sentimo-nos instigados a “situar” o campo de disputa em que o desenvolvimento se tornou, sobretudo no Brasil

Este trabalho pretende fazer uma discussão mais aberta, menos “formal”, mais “dialógica” do seu objeto de estudo. Ainda que transitando em grande parte, pelas “fronteiras” que designam os campos científicos (Bourdieu, 2007) das chamadas Ciências Sociais.

Pela própria abordagem adotada (interdisciplinar), bem como pelo *part pris* escolhido (desenvolvimento como cultura), pela riqueza da obra em estudo, bem como pelo contexto histórico em que está inserida, tudo converge para o diálogo, a interação, sem descurar, no entanto, e quando necessário, do aprofundamento e da análise singular que determinados momentos do trabalho requerem. Assim adotamos estes princípios metodológicos para ler o intelectual no economista, o ensaísta no acadêmico, o brasileiro no homem. Para ver em sua obra mais do que a denúncia da desigualdade econômica e da iniquidade social, tornada prática política de ação no mundo. Seremos capazes de ver mais longe? Estarão igualmente nossos olhos desarmados? É a tarefa que nos propomos realizar.

Ao longo das leituras, das pesquisas e dos primeiros rascunhos, foi ficando claro que nos colocamos alguns desafios analíticos, alguns com certos laivos de ineditismo, como é o caso de experimentar as análises de Celso Furtado, outros acompanhando, na fronteira, as novas abordagens e o entrelaçamento de campos disciplinares, exemplo da História do Pensamento Geográfico com o Pensamento Social Brasileiro.

Em vista do exposto, trabalhar com a obra de Celso Furtado é entrar na dinâmica da transdisciplinaridade e na complexidade do campo das ciências sociais e humanas. Se a economia foi o caminho que ele escolheu para unir pensamento e ação na sua prática de homem público, o começo e o fim deste percurso foram esboçados com uma perspectiva mais ampla e se conjugaram igualmente com conjunturas históricas de mudança social no Brasil.

Se para Celso Furtado “A última síntese do Brasil foi o Rio de Janeiro entre as décadas de 1940 e 1950” (d’Aguiar Furtado, 2012) e os anos 90 a década da “construção Interrompida” (Furtado:1998), vemos entranhados pela oportunidade histórica, reflexão intelectual e “períodos de passagem” ou se quisermos “de escolha”, como coloca Chico de Oliveira, na reedição comemorativa dos 30 anos de lançamento de “Crítica à Razão Dualista”.

Poderíamos sugerir a metáfora litero-geográfica da “terceira margem do rio”, diríamos nós caudaloso, de Guimarães Rosa, para como nos incita Celso Furtado, usar a imaginação se quisermos abarcar as fontes, a calha e o delta dos quais sua fortuna crítica vai desaguando. Cremos que ela é uma boa imagem para caracterizar como vida e obra, assim como seixos rolados, vão aparando as arestas enquanto a água vai passando....o Rio corre para o mar....Celso Furtado entretanto não caminha sozinho. No caminho que ele trilhou, já havia marcas de pés cansados, pés descalços, de sapatos rotos, rumos tortos.

É sempre temeroso querer “encaixar” um determinado autor numa corrente ou linha teórica. Se este exercício nos ajuda a situá-lo no campo (Bourdieu) em que pensamos distingui-lo, por outro lado, esta ação pode comprometer a dinâmica dialógica junto a seus pares. Se esta preocupação é normal para quem está atento a um determinado campo intelectual, mais arriscado, torna-se, para quem, como Celso Furtado “perambulou” por caminhos diversos, sem nunca se perder da estrada principal e de onde queria chegar.

Para o trabalho analítico da obra de Celso Furtado, vamos utilizar o conceito de campo de Bourdieu, por um lado, com o qual pretendemos abordar a sua produção em relação ao campo do Pensamento Social Brasileiro sobre desenvolvimento e sua relação com a cultura e, por outro, campo de forças de Adorno, para a compreensão da forma ensaística de sua escrita. Aproximando esta discussão à teoria geográfica, o conceito de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de ações e sistemas de objetos de Milton Santos nos auxilia com a interpretação furtadiana da conjugação entre criatividade, inovação e técnica como um sistema cultural. Vamos nos deter um pouco mais nesta última consideração.

É no livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” (1978) que Celso Furtado faz, de uma forma mais profunda e radical, o tratamento das questões

que posteriormente vão pontuar seus trabalhos sobre a relação entre cultura e desenvolvimento. Este livro tem um papel relevante na teorização que o autor faz sobre a Modernidade, fato este já identificado por seus comentadores.

E então na aproximação entre esta obra e o livro seminal de Milton Santos “A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo, Razão e Emoção” (1997) que podemos perceber que ambos têm afinidades teórico-metodológicas no tratamento analítico de seus objetos de estudo e não só, algumas coincidências pessoais também, como ambos terem feito doutorado na França, terem no exílio lá permanecido e viajado por vários países, muitos à época, do chamado terceiro mundo, para ministrar aulas, palestras e fazer pesquisas.

Assim vemos em ambos a ideia de sistema para organizar a maneira como, metodologicamente, constroem seus objetos e sua apresentação. A preocupação com o rigor analítico na concatenação entre abstração e real, entre o intuído e o construído, entre o todo e suas partes são notáveis. A ideia de técnica como algo onde o “humano e o não humano são inseparáveis” é central em seus escopos teóricos, bem como as noções de totalidade e de racionalidade são também caras às suas análises. O tempo diacrônico, na dinâmica intensa entre tempo longo e eventual caracteriza ambos escopos, enfim as aproximações são várias e permitem fazer correlações entre tais autores.

Nestes livros especialmente, tanto Milton Santos quanto Celso Furtado está trabalhando com a globalização como pano de fundo das mudanças sociais verificadas na contemporaneidade, de modo marcado em seus aspectos territoriais, sociais, culturais e técnicos. Neste sentido este último aspecto é visto como um fenômeno filosófico, como um todo inteligível que atua sobre os demais, mudando suas características espaço-temporais. Em consequência a categoria de divisão - territorial/internacional- do trabalho e a dimensão do cotidiano são para ambos, questões fundamentais para se pensar e organizar formas de resistências sociais.

No obstante, notamos uma clivagem na literatura consultada (Miceli, 1999). De modo geral, não encontramos menção à obra de Celso Furtado como teoria social. Temos como princípio que a sua obra é maior do que a classificação disciplinar poderia indicar. Na verdade ele declara textualmente que nunca quis ser economista, utilizou-a, a economia, como meio para pensar a superação do atraso

no Brasil. Dentro de sua postura teórica e metodológica, inclusive de homem público e ator político, ele propugnava pelo “conhecimento que se faz ato”, sendo o projeto da SUDENE testemunho cabal desta sua postura pública.

Para nos auxiliar neste exercício cauteloso, porém necessário, nos socorremos de autores, cientistas sociais que perscrutaram muitos destes caminhos na história brasileira. Assim Gildo Marçal Brandão, em sua tese de livre docência, “Linhagens do Pensamento Político Brasileiro” (2005); trabalho de fôlego, faz um tratamento acurado e exaustivo do campo, no tempo longo em que se organiza da (Literatura- século XIX às disciplinas universitárias - século XX), do pensamento político-social brasileiro. Com ele podemos acompanhar numa abordagem primorosa as justaposições ou os embates, as proposições teóricas, as filiações ideológicas e partidárias, justamente denominadas por ele, como linhagens do pensamento político brasileiro. Esta categoria de análise nos ajuda a perceber o pano de fundo intelectual, sobretudo, em que a obra de Celso Furtado se constrói. Isto é no campo o qual aqueles se estabelecem, se expõem, se organizam, constituindo muitas vezes sub-campos, e se apresentam para disputar projetos -de país- que supunham, dariam ao Brasil, a tão desejada modernidade que tardava em aportar em nossas praias.

Seguindo suas pegadas e confrontando-as com as de Chico de Oliveira em “A Navegação Venturosa” (2003), vamos dar numa encruzilhada onde vemos Celso Furtado defrontar-se, o encontro não é casual, com os conservadores como Oliveira Vianna e Alberto Torres, entre outros, naquilo que o primeiro nomeia como “Idealismo Orgânico” (uma das suas linhagens), aliás, nomenclatura do próprio Oliveira Vianna. E o que os faz encontrarem-se, tanto neste cruzamento diagnóstico? O Estado e o seu papel na sociedade brasileira.

Mas de forma cabal, se este último os reúne, de igual modo os distancia, quando é o caso de opinar sobre sua atuação institucional e sua representação política vis-à-vis à sociedade brasileira. Se a identificação do problema os aproxima, o diagnóstico os afasta de maneira irremediável. Ao Idealismo orgânico veremos constituir-se em oposição o Idealismo Institucional, embate próximo aquele identificado por Werneck Vianna entre Iberistas e Americanistas no seu livro “A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil (1977).

Numa resenha sobre o livro que Bresser-Pereira coordenou em comemoração aos 80 anos de Celso Furtado, “A Grande Esperança em Celso Furtado”, Marçal Brandão afirma que este último consolidou sua posição como criador, isto é, “filósofo” e não apenas como mero “ideólogo”, reproduzidor, continuador ou aplicador do pensamento de outrem. Tal condição foi alcançada por

A julgar pelos artigos de **A Grande Esperança**, as principais características da elaboração furtadiana são: a) o tratamento da economia pelo método histórico-estrutural, violentando o mainstream da disciplina; b) a historização do estruturalismo latino-americano, especialmente das teorias originariamente defendidas por Raul Prebisch; c) a crítica à teoria ricardiana das vantagens comparativas no comércio internacional; d) a percepção de que o mercado, não só na América Latina mas em geral, é uma entidade incapaz de se auto-regular, o que torna inevitável e necessária a intervenção planejadora do Estado; e) a hipótese de que o subdesenvolvimento não é um estágio que todas as sociedades tem que percorrer no seu caminho para o desenvolvimento, mas um processo qualitativamente distinto da experiência dos países centrais e um produto necessário, tanto quanto o desenvolvimento, do processo de expansão da economia capitalista mundial; f) a percepção de que a heterogeneidade estrutural e o dualismo dos países dependentes e produtos da expansão europeia como o nosso, reproduzem também no plano doméstico a assimetria entre centro industrializado e periferia explorada, hiato capaz de por em risco a unidade da nação. (BRANDÃO, 2002, p.4 e 5)

No que nos concerne mais detidamente e na continuidade da análise da fortuna crítica que faz Marçal Brandão, especialmente do salto analítico que Celso Furtado dá na interpretação do papel da crise de 1929 no desencadeamento da industrialização brasileira e dos livros subsequentes que um, “A Revolução Brasileira” (1962), como o próprio Celso Furtado afirma ter sido um alerta para as consequências do impasse que se vivia e das opções que se abriam e outro, “Dialética do Desenvolvimento” (1964) onde ele dialoga mais profundamente com o marxismo, agregando outras questões relevantes para o debate que se travava, como por exemplo, o uso da categoria totalidade nas ciências sociais. Esta trajetória, no entanto, é o que pretendemos igualmente mostrar aqui, (justamente no livro que dá continuidade a esta inflexão, levando-a para o campo da cultura) tem seu curso modificado. Como alerta Marçal Brandão

Quase todos os comentadores mostram como a partir dos anos 70 há várias inflexões significativas no pensamento de Celso Furtado. A primeira delas e a mais evidente foi formalizada em **O Mito do Desenvolvimento Econômico** (1974), que faz uma espécie de autocrítica do otimismo desenvolvimentista anterior e cristaliza a tomada de consciência de que a industrialização por si só era incapaz de superar a situação de dependência, percepção que reforça a tese antiga de que o subdesenvolvimento não era um mero estágio anterior ao desenvolvimento.

A outra tem a ver com a extraordinária experiência internacional de Furtado, que acaba por favorecer o salto para um patamar de reflexão que não é usual no trópico. Talvez essa seja um dos pontos que merecia um artigo à parte. Seguramente, o cepalino foi um dos que levaram às últimas consequências a perspectiva analítica segundo a qual não se pode pensar a nação nos limites da nação. Mas, salvo engano, seu **Criatividade e Dependência na Civilização Industrial** (1978) inverte o ângulo: trata-se agora de uma reflexão que não apenas é capaz de situar seu país e seu continente no mundo, mas de captar a inteira evolução do capitalismo mundial do ponto de vista de um intelectual da periferia. ((BRANDÃO, 2002, p.. 5-6).

Outro apoio fundamental às nossas ponderações encontramos no livro de Jessé de Souza “A Modernização Seletiva. Uma Reinterpretação do Dilema Brasileiro” (2000). Neste livro e em outros em que aborda a mesma questão, isto é, uma releitura de alguns “Intérpretes do Brasil”, sob uma nova chave analítica que procura sair da dualidade tradição-moderno, na medida em que identificando o que ele nomeia como “culturalismo atávico”, demonstra uma espécie de repetição de princípio, ou seja, a falta de um lado e o, digamos assim, excesso de iberismo em nossa formação do outro. Assim o autor a apresenta

(...) A tese que será defendida nesse livro é a de que o Brasil representa uma variação singular do desenvolvimento específico ocidental. Esta não é uma tese óbvia nem de fácil demonstração. Ao contrário, a interpretação dominante e mais influente sobre a singularidade cultural brasileira parte de uma especificidade predominantemente não-europeia no sentido clássico: a influência ibérica. Como se sabe, a Península Ibérica – e especialmente Portugal – compartilha com as demais culturas europeias apenas a comum herança romano-cristã que marcou a Europa como um todo até o medievo, no entanto, todas as revoluções e movimentos históricos da modernidade, como o Iluminismo, a Reforma Protestante, a Revolução Francesa ou o capitalismo industrial competitivo, tiveram pouco ou nenhuma influência em Portugal. Nossa influência maior, portanto, seria a de uma Europa pré-moderna, circunstância essa, por sinal, que teria facilitado a mistura de raças e culturas que teria acontecido entre nós. (SOUZA, 2000, p. 159)

A partir de pensadores alemães como Max Weber, Norbert Elias e Jurgen Habermas, além de Charles Taylor, Souza organiza uma crítica singular e reunida a Sergio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto Damatta naquilo que ele caracteriza como “sociologia da inautenticidade”, isto é, uma linha de continuidade interpretativa que gira em torno de uma espécie de tríade maldita da formação brasileira: herança ibérica, patrimonialismo e personalismo. Ao operarem com, respectivamente, a sociabilidades dos afetos (o homem cordial), o Estado patrimonialista e a relação indivíduo/pessoa, categorizam a sociedade brasileira a partir do atraso, do subjetivo, da informalidade, enfim daquele polo oposto ao que se institucionalizou como a modernidade. Neste sentido, para Souza

Importante aqui ressaltar que a sociologia da inautenticidade do processo de modernização brasileiro articula soluções e problemas que formam um sistema. Iberismo, personalismo, patrimonialismo são termos intimamente interligados com uma explicação tanto para nosso atraso social como para nosso (sub)desenvolvimento. A influência dessas ideias sobre a vida cotidiana de cada brasileiro é gigantesca. Ela constitui nossa auto-imagem dominante, seja na dimensão das ideias, seja na dimensão da prática social e política. (SOUZA, 2000, p.207)

Como possível resposta a estas interpretações consolidadas na academia e no senso comum, Souza articula outra compreensão, baseado numa reapropriação de Gilberto Freyre, que poderíamos nomear como “oriente positivado”. É na leitura que Jessé Souza faz de Gilberto Freyre que surpreendemos uma proximidade instigante com a interpretação de Celso Furtado acerca da colonização portuguesa no Brasil e da formação do povo brasileiro em geral. Ainda que este último tenha dito que de Freyre especificamente pouco absorveu, mas através dele se apropriou da antropologia norte-americana, que diga-se de passagem, teve muita influência, inclusive formativa, de antropólogos e sociólogos alemães, não podemos deixar de perceber um “Freyre em Furtado”. A noção de plasticidade do português, por exemplo, o sentido pré-capitalista de nossa colonização, sobretudo no que tange ao mundo das ideias e comportamentos, a delegação a privados da empresa de ocupação do território da colônia e o momento histórico importante, onde ambos identificam, um Freyre, a “modernização europeizante” do país e outro Furtado, o começo do nosso processo de subdesenvolvimento, estamos falando aqui do início do século XIX. Para ambos, momento crítico de submissão do país aos interesses forâneos que vão subverter a ordem anterior. Para Jesse Souza o livro fundamental para acompanhar este processo é “Sobrados e Mucambos”, quando o senhor abandona a casa grande e vem habitar no sobrado citadino. É justamente nesta passagem que Freyre identifica a mudança de uma ordem para outra. Senão vejamos

Creio que Gilberto Freyre acerta o alvo quando localiza nossa revolução modernizadora na influência da Europa já individualista e burguesa, nos exemplos dos mercadores e industriais, especialmente ingleses, e, em menor número, franceses e alemães, que tomam de assalto o país a partir da abertura dos portos em 1808. Esse fato foi não apenas historicamente anterior à imigração maciça de trabalhadores livres entre nós, mas ele aponta para a consolidação incipiente de uma instituição, o mercado, com sua gigantesca capacidade de, por meio de estímulos empírico que tem a ver com a própria manutenção de condições da vida material e simbólica, transformar a condução da vida prática de cada um dos indivíduos afetados por ele. (...) (SOUZA, 2000, p. 253)

E fazendo uma observação bastante interessante acerca de um dos mitos da modernização brasileira tal como a entende a sociologia da inautenticidade, Jessé Souza capta uma consequência de não somenos importância, qual seja,

Que a revolução modernizadora tenha ocorrido inicialmente no Rio de Janeiro tem consequências importantes para nosso argumento. O Rio de Janeiro é, para os teóricos da nossa sociologia do patrimonialismo, uma espécie de capital do Brasil tradicional, por oposição a São Paulo, que seria a capital do Brasil moderno, o Brasil do imigrante. O fato de que, durante todo o século XIX, o Rio de Janeiro ter concentrado a influência modernizadora, mostra-nos o quanto é irrazoável o hipostaseamento geográfico que a nossa sociologia do patrimonialismo pleiteia em relação a uma excepcionalidade paulista nesse particular. (...) (SOUZA, 2000, p. 253 e 254)

Em um texto que nomeia como “Machado de Assis: contexto histórico” Celso Furtado assim se coloca sobre este período histórico

Meu propósito se limita a perscrutar a fase histórica em que Machado formou sua visão de mundo. Tem sido pouco assinalado por nossos historiadores o fato de que o século XIX foi em grande parte responsável pelo atraso econômico que acumulamos. Nossa história colonial está marcada por dois ciclos de grande prosperidade: o do açúcar e o do ouro. Ora, no último quartel do século XVIII tem início uma prolongada fase de dificuldades econômicas e transtornos políticos. É a época em que se inicia na Inglaterra a Revolução Industrial, que repercutirá profundamente no sistema de divisão internacional do trabalho. No período de estagnação econômica, que se estende até meados do século seguinte, define-se a situação de subdesenvolvimento que prevalece em nosso país até hoje. (...). (FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p. 145 e 146)

Talvez a relação de Celso Furtado com o Barroco brasileiro seja a mais visceral aqui tratada, trazendo uma “potência” (no sentido psicanalítico) de postulados que, na sua apresentação sintética encerra significados de profunda representação social, cultural, política e estética na cultura brasileira. Esta nossa interpretação mais arrebatadora de uma personalidade discreta e contida, não nos atrapalha a objetividade, antes nos ajuda a compreender os apelos menos discerníveis, a partida, que estão no entorno de suas proposições. Tal percepção advém da pesquisa que realizamos, de forma não exaustiva, mas não menos séria e consequente, sobre um dos vasos comunicantes daquele campo tão vasto sobre o qual se debruçava Celso Furtado e do qual se pode entrever a relação entre história, arte, sociologia, filosofia, geografia e antropologia nesta vazão fundante da cultura brasileira que é Barroco. A espíritos de erudição e sensibilidade apuradas que não

se contentam com os contornos disciplinares e transcendem suas fronteiras, não escapam estes fios condutores, que mal delineados pela ciência objetiva, deixam-se entretanto perscrutar nos tempos longos em que as mentalidades se expressam (Braudel, 1982).

E por isto mesmo, pela beleza deste desvelamento na pesquisa que achamos por bem deixá-lo por último. Nela mais do que nas outras, vemos emergir aquela imaginação mencionada por Celso Furtado, aliada a um saber filosófico e uma sensibilidade estética que mesclados, resultam em sentenças de apurado rigor estilístico.

No entanto precisamos ancorar esta imaginação num quadro real de possibilidades para que ela possa fazer sentido junto às nossas argumentações, ou como diria Lacan, é preciso sonhar com um “pé no chão e outro voando”. Dito isto passemos então aos autores e respectivos trabalhos que nos ajudaram a entender este quadro analítico de profundos remetimentos teóricos e metodológicos. O primeiro é o professor e filósofo Rubem Barboza Filho, com sua tese de doutorado, intitulada “Tradição e Artifício: Iberismo e Barroco na Formação Americana (2000), além de artigos sobre o tema e o segundo é o professor e sociólogo Eduardo Diatahy B. de Menezes, e sua pesquisa sobre o Barroco, sobretudo com seu artigo intitulado “O Barroco como Cosmvisão Matricial do Êthos Cultural Brasileiro”, publicado em 2006. Tendo em vista então o que acima foi exposto, passemos a suas hipóteses de trabalho. No que concerne a Rubem Filho

A hipótese básica deste livro é a de que os ibéricos se empenharam em desenvolver, ao longo de quase um milênio, uma variante civilizacional do Ocidente que tinha no espaço – metageograficamente entendido – a sua categoria básica e fundante. Durante séculos, eles se movimentaram animados por uma fome insaciável de espaço, de novos territórios, consolidando o territorialismo como determinação intrínseca de suas formas de vida. O conjunto de valores e instituições que estabeleceram no plano político, econômico e cultural, obedecia às necessidades e à lógica desta movimentação permanente, incorporada como elemento de estabilidade das próprias sociedades ibéricas, de legitimação dos seus centros de poder e de realização de significados vitais nascidos no transcendente ou recriados pela figura do rei durante o Barroco. (BARBOZA FILHO, 2000, p.14)

Em linha de comparação e continuidade com a hipótese acima, Menezes desenvolve seus estudos a partir da seguinte premissa

Pesquisa esta que se baseia numa hipótese relativamente ousada, segundo a qual em nossa formação sócio histórica como povo e nação, não possuindo um período medieval, surgimos, de plano, em meio à florescência dominante, durante pelo menos dois séculos, do **Barroco**; encarado este, porém, não apenas como expressão estética delimitada por periodizações tradicionais da História da Arte, mas, sobretudo, como visão de mundo entranhada no nosso modo de ser, de parecer, de criar e de agir. (MENEZES, 2008, p.2)

A compreensão que faz Celso Furtado do Barroco brasileiro está muito próxima dessas duas hipóteses de trabalho. Para nosso autor o Barroco é a síntese que expressa a cultura brasileira, em suas palavras

O ciclo barroco brasileiro constitui quiçá a última síntese cultural no espírito da Europa pré-Renascimento. (...) O quadro histórico em que se forma o Brasil – articulação precoce do Estado com a burguesia em Portugal e total domínio da sociedade colonial no universo europeu pré-renascente. Daí que se possa dizer com razão ser o Aleijadinho o último grande gênio da Idade Média. Importa assinalar que, à semelhança da síntese medieval europeia, o barroco brasileiro era expressão da sociedade como um todo. Sua mensagem atingia senhores e escravos. (FURTADO, 1984, p.16)

Esta é a quinta tese do autor, sobre qual nos debruçaremos no terceiro capítulo e que gerou uma das mais ferrenhas críticas de seus resenhistas à época. Ela se reveste de grande importância para nós, porque condensa uma série de questões importantes do pensamento furtadiano, bem como contribui para sua visão acerca da cultura e do povo brasileiros. Ela como que une passado e presente em suas reflexões, pois remete tanto a seus primeiros trabalhos, como sua tese de doutorado, como à inflexão analítica que estamos identificamos nos seus anos de maturidade intelectual.

Dada sua forma condensada e apriorística de apresentação, tivemos que refazer o caminho de sua construção dentro da obra furtadiana. Mais do que uma definição de cultura ou de enunciação de seus pressupostos, o sentido de formação, tão caro os “Interpretes do Brasil” aqui exposto, eleva e amplia o debate sobre o qual se afirma. Daqui surgiu a necessidade de ampliar a discussão e conectá-la com as demais, pois a ligação é notória e consequente, tanto em termos explicativos quanto expositivos.

Esta inflexão analítica, já aludida anteriormente, se reveste a nosso ver, sob a forma de ensaio que Adorno (2012) nos ajuda a compreender através da sua

elaboração com um campo de forças. Cremos que esta foi a forma que o autor se sentiu mais livre para expor suas ideias. Já no prefácio à “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial” ele afirma

As páginas que seguem pretendem ser um **anti-livro acadêmico**. Os problemas aí abordados são demasiados amplos para caber nos tubos de ensaio das ciências sociais. (...) O fio condutor é a perplexidade do Autor em face do mundo de sombras que contornam as minúsculas clareiras em que se arrincoam as ditas ciências. À essa perplexidade deve-se que o mesmo problema haja sido abordado de vários ângulos e que se insista em descobrir a mesma realidade em muitos problemas. Se a matéria é imprecisa, os métodos insuficientes, como pretender linearidade na abertura do caminho? (FURTADO, 1978, p.7)

Os temas abordados nos livros e artigos deste período, como por exemplo: conhecimento, liberdade, arte, cultura, mulheres, família, imigrantes, por um lado, denotando uma preocupação com a urgência do momento, isto é, a perda de sentido e estranhamento, de solidariedade social, de desenraizamento e precariedade, totalitarismo e esvaziamento da política, entre outros; por outro as grandes linhas explicativas, as narrativas que suportariam esta desagregação anterior: a difusão da civilização industrial, a acumulação como fim último do sistema capitalista, as ideologias que atravessam a Modernidade: progresso, desenvolvimento, tecnologia, ciência, entre outras, bem como o fato de questionar a própria maneira de construção do conhecimento, tanto nas ciências naturais como nas ciências sociais, evidencia que o autor estaria apontando insuficiências no plano explicativo do conhecimento científico, seu aparelhamento na tecnologia, questão igualmente denunciada por Milton Santos e indicando possíveis saídas do impasse neste contexto gerado.

Creemos que Celso Furtado, arguto nas suas indagações ao mundo, percebeu o que Christian Marazzi, em seu livro “O Lugar das Meias: A Virada Linguística da Economia e seus Efeitos sobre a Política (2009) aponta, isto é,

Na realidade, a entrada das comunicações –e portanto, da linguagem- na esfera da produção constitui a própria e verdadeira origem da virada de época que, queiramos ou não, caracteriza o presente. O ‘salto paradigmático’ – a transição do fordismo para o pós-fordismo, da produção-consumo de massa para os sistemas de produção e distribuição flexíveis do chamado just-in-time de que se pretende tratar nestas páginas –obriga a análise a ir além das clivagens disciplinares, além da divisão do saber que caracterizou a última década. O que está em jogo é a compreensão do tempo em que vivemos, ‘a questão do nosso estar no mundo’. (MARAZZI, 2009, p. 7)

Neste livro interessantíssimo, o autor interpreta a passagem para o novo modelo de produção, “como uma virada linguística da economia, no âmbito da qual acontece a mobilização produtiva da própria comunicação”. A partir desta perspectiva ele vê uma total junção entre a esfera da vida privada, do cotidiano, do mais constitutivo do ser humano com o processo de trabalho capitalista. Assim sendo

(...) A irrupção da linguagem na esfera produtiva representa um deslocamento radical no modo de conceber a ciência, a técnica e o trabalho produtivo e uma redefinição do trabalho e da própria democracia.(...) Nessa realidade, emerge um modelo de democracia totalitária, uma democracia sem direitos. (MARAZZI, 2009, s/n.)

Diante do exposto, este trabalho ensaia fazer:

- a relação entre a História do Pensamento Geográfico e o Pensamento Social Brasileiro, através da dinâmica de constituição, organização e simbolização do território brasileiro no tempo longo. Uma constante no Pensamento Social Brasileiro para tratar do processo de formação nacional. Novos estudos no campo da história do pensamento geográfico brasileiro, no campo da sociologia e da ciência política (IUPERJ, FGV-RJ, UFJF, UFRRJ, entre outros) estão reforçando esta perspectiva sob novos olhares.
- localizar o debate sobre Desenvolvimento, tanto do ponto de vista conceitual, como política pública, ou mesmo ideologia nos mais diversos âmbitos de governo e instâncias internacionais, levando em conta não só sua diacronia como sua transescalaridade.
- Identificar o que estamos nomeando como a interpretação do conceito de desenvolvimento como cultura, a partir de alguns escritos de Celso Furtado, que estão no bojo de sua inflexão analítica.
- Demonstrar como o Barroco brasileiro e a interpretação furtadiana sobre ele exemplificam muito mais do que um estilo ou período artístico, mas uma visão de mundo que informou e informa a cultura brasileira, o que contribui para a originalidade com a qual aqui se revestiu.

-Utilizar a categoria de modernidade seletiva de Jessé Souza para compreender a importância da herança ibérica na análise histórica de Celso Furtado, o que o aproximaria dos denominados Iberistas ou da linhagem orgânica identificada por Marçal Brandão (Cepêda: 2012).

Assim gostaríamos de começar delimitando o escopo do trabalho, para que possamos saber de antemão, os termos nos quais ele se desenvolverá. Esta dissertação se concentrará em um período da vasta obra de Celso Furtado, isto é, o período compreendido entre as décadas de 70 e 80 do século passado, no qual o autor publica alguns livros e artigos que conformaram uma inflexão analítica em sua obra.

São obras que, segundo vários analistas, fazem parte de momento singular do autor, quando ele reflete e incorpora algumas críticas relacionadas à teoria do subdesenvolvimento. Designaríamos este período como da “maturidade”, quando ele recupera indagações, proposições e princípios analíticos que foram colocados nos trabalhos iniciais e agora os retoma com uma mirada não exatamente nova, mas que tem sua importância recuperada. Não nos concentraremos nos seus escritos de fundo mais econômico, já sobejamente conhecidos e dissecados, sendo vasta a literatura desta lavra. Portanto não nos deteremos igualmente, no seu momento mais interventivo, tanto como intelectual como homem público, atuando em diversas frentes de trabalho, em organismos nacionais e internacionais.

De igual maneira não nos focaremos no “economista, se é que podemos isolar uma atividade das outras, que compuseram a riqueza do seu trabalho. E aqui reside uma das nossas hipóteses de abordagem: de ressaltar sua visão de cientista social, de trazê-lo para um campo mais alargado de pensamento *et pour cause* mais arriscado e mais complexo, mas não menos rico. E este “deslocamento”, não fazemos apenas de campo analítico, senão igualmente de tipo de organização do pensamento ou proposta de trabalho intelectual: vê-lo como um ensaísta, com um intelectual que procura responder às perguntas do seu tempo, indagações de época ou chamamento moral, a que toda geração encontra como desafio histórico, como contribuição intergeracional.

Desta maneira, nosso foco tenta iluminar obras menos exploradas do autor, bem como percebê-lo como um dos grandes intérpretes do Brasil, que acionaram

um imenso, erudito e refletido conhecimento, em seu sentido amplo, para nos explicar como “sociedade em devir”, como uma comunidade imaginada (Benedict Anderson) e assim desvendar nossas potencialidades, limites e desafios como civilização no contexto das nações modernas.

A apresentação procurará não ter um viés linear, do ponto de vista histórico, o sentido é tentar perceber as nuances, os não-ditos, o que se insinua, que fica em aberto para ser retomado mais adiante. Daí trabalharmos com as primeiras indagações, os primeiros vôos e depois, saltando o momento mais dinâmico, ver a recuperação. Isto tem a ver também com a própria forma do autor expor seu método interpretativo.

Celso Furtado quando enuncia seus propósitos nas análises que faz, utiliza algumas ideias como “iluminar os desvãos, jogar luz sobre as sombras, mostrar o que está oculto que nos faz lembrar do par continuidade/descontinuidade que Foucault problematizou para criticar certa visão evolucionista da história, sobretudo tendo em vista a noção de progresso nela imbricada.

Gostaríamos de deixar assinalado que nos movimentamos em percepções distintas: o que interpretamos daquilo que lemos do autor e sua obra, as interpretações dos seus comentadores, sobre o intelectual e seus livros, aquilo que ele próprio se propôs e realizou e o seu legado, já obra coletiva e apropriada por muitos (Ricoeur, 1977). Portanto sabemos do tamanho do desafio, do muito que já se fez, do muito ainda por fazer e por isto este caráter de obra aberta que nos propusemos, dado que podendo ser reapropriada por novas interpretações, novas abordagens, novos olhares, novas indagações.

Nossa pretensão, neste momento, tem as limitações que lhe são próprias. Nosso desejo ressaltar uma parte da obra ainda pouco revelada ou estudada, que é a influência da cultura na elaboração conceitual e no processo de desenvolvimento sob a ótica de Celso Furtado.

Este trabalho então se constituirá de três capítulos, a saber:

O primeiro onde faremos um resgate histórico, no sentido da longa duração, da importância que o território teve para a construção do “sentido de formação” do Brasil evocado desde as primeiras fabulações sobre ele até a atualidade, tanto do

ponto de vista físico, da concretude da materialidade espacial, como da simbolização como processo de representação da identidade coletiva e nacional brasileira; em um segundo momento no mesmo capítulo, fazemos uma correlação entre o que se convencionou chamar o debate sobre “Os Intérpretes do Brasil” e a modernização conservadora que foi implantada no país, segundo alguns, entre os quais Celso Furtado, desde o século XIX.

O segundo capítulo se constituirá na discussão do desenvolvimento como discurso ideológico e como categoria explicativa e auxiliar de processos de mudança social. Resgatando a historicidade desta categoria no pensamento econômico clássico, através de um olhar inovador, trazemos a discussão para o Brasil, em função da retomada do debate sobre o Desenvolvimentismo e sua restauração como princípio formulador de políticas públicas pelos governos mais recentes. Assim sendo também fizemos menção aos planos de governo em escala nacional e suas filiações teórico-ideológicas. A apresentação será feita desde a escala global (a partir da análise das agências multilaterais e organismos internacionais) até a local (com a proeminência das grandes cidades no novo ciclo de acumulação capitalista), no caso, o desenvolvimento urbano sob novas proposições analíticas. Este último aspecto foi pensado tendo em vista a própria configuração do debate e não necessariamente a maneira como o vemos. A consideração do desenvolvimento em escala local se presta, sobretudo, para perceber como as cidades e as grandes metrópoles foram catapultadas a *locus* por excelência das novas configurações espaciais e não só, da acumulação do capital, onde a cultura passa a ter um papel crucial nas novas formas de produção capitalista.

O terceiro capítulo se concentrará nas reflexões de Celso Furtado sobre o que estamos nomeando o “desenvolvimento como cultura”, ou seja, suas reflexões sobre o conceito de desenvolvimento a partir da cultura como uma manifestação social do processo de criação coletivo. Neste momento do trabalho então marcaremos mais sua obra e seu processo constitutivo, evidenciando linhas de força, categorias de análise e referências teóricas.

Gostaríamos de acrescentar que a introdução e a conclusão fogem um pouco do convencional para sua apresentação. Elas interagem com o conjunto do

trabalho, mas de forma independente e se constituem igualmente, em uma relação dialógica, aberta, com as demais partes do trabalho.

Nossas pesquisas se basearam, sobretudo, em consulta a obras primárias (do autor) e secundárias, realizadas em bibliotecas (Centro Internacional Celso Furtado, Biblioteca Nacional, Biblioteca da Fundação Getúlio Vargas, Biblioteca da Pós-Graduação em Geografia e do IPPUR), em sites da internet, como também em conversas informais com d. Rosa Freire d'Aguiar Furtado, viúva do professor Celso Furtado.

## 2 O TERRITÓRIO NO PENSAMENTO SOCIAL BRASILEIRO



Terra Brasilis, Mapa do Atlas Miller, 1515-1519, Lopo Homem

*“Vivemos na presença difusa de uma narrativa da origem. Essa narrativa, embora elaborada no período da conquista, não cessa de se repetir porque opera como nosso mito fundador. Mito no sentido antropológico: solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos na realidade. Mito na acepção psicanalítica: impulso à repetição por impossibilidade de simbolização e, sobretudo, como bloqueio à passagem à realidade. Mito fundador porque, à maneira de toda fundatio, impõe um vínculo interno com o passado como origem, isto é, com um passado que não cessa, que não permite o trabalho da diferença temporal e que se conserva como perenemente presente. Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para se exprimir, novas linguagens, novos valores e ideais, de tal modo que quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo.” (CHAUÍ, 2000)*

## 2. 1 O Território como Desiderato Nacional

O território do Brasil, desde sua origem, esteve ligado à fabulação sobre nossa identidade nacional. Para muitos ele é a própria significação do ser brasileiro (Carvalho, 1998; Chauí, 2000; Oliveira, 1998, 2000, 2007, 2008, 2010). Para analisar esta questão de fundo, vamos nos basear, sobretudo nos trabalhos da professora Lucia Lippi Oliveira (CPDOC-FGV), que desde sua tese de doutorado (Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um Estudo sobre o Nacionalismo, USP, 1986) vem desenvolvendo estudos sobre a identidade nacional brasileira. Para esta socióloga, o pensamento geográfico opera como uma constante na história brasileira. Por outro lado, o campo da história do pensamento geográfico vem crescendo e ganhando novos aportes e novas abordagens, como relata Moraes (2005). Mesmo este professor vem desenvolvendo ao longo de sua trajetória acadêmica e intelectual, importantes recuperações na área e ampliando a discussão e o aprofundamento da geografia no campo do pensamento social brasileiro, ao lado, é claro, do professor Milton Santos. Contudo para o primeiro, ainda há um grande espaço a ser ocupado pela produção científica geográfica, sobretudo no período colonial e imperial da história brasileira, onde a geografia como ciência e disciplinar escolar ainda não haviam sido institucionalizadas, entretanto foi produzida, utilizada e instrumentalizada para dar suporte à uma ideia de nação e de país. Deste modo a produção de estudos geográficos, será realizada por letrados, escritores, intelectuais de outras formações, ligados sobretudo à elite intelectual e política brasileira, de maneira geral, muito próximos do Estado no país.

Há que se ressaltar que escolhemos trabalhar com o conceito de território e não de natureza, meio ambiente ou espaço para abordar esta questão. A escolha é intencional: território é apropriação de uma porção do espaço, é uma construção social derivada da ação humana e envolve a disputa de poder, a diferenciação e delimitação de um nós e eles, o que vai implicar um processo de identificação entre “iguais”.

O que se pretende analisar aqui é como este processo se caracterizou na história brasileira, de modo que verificar a ocupação e utilização materiais do território brasileiro, bem como sua construção simbólica, nos revelará muito de como se encaminhou o desenvolvimento do país, isto é, de como as disputas pela apropriação do espaço situam os agentes (sociedade e o Estado) e suas ações.

## 2.2 Semântica Ambiental: Natureza, Território e Representação.

“O motivo edênico habita a imaginação nacional desde os primórdios da presença europeia. (...)” (Carvalho, 1998, p.1). Narrativas dos primeiros colonizadores (Carta de Caminha), cronistas do período colonial (Gandavo, Rocha Pita, entre outros), religiosos, viajantes, escritores (romantismo: Gonçalves Dias – Canção do Exílio, José de Alencar) até Afonso Celso com “Porque me ufano do meu país” fizeram loas ao “paraíso terrestre” que era o Brasil. Sergio Buarque de Holanda em seu “Visão do Paraíso” procura dar conta deste processo. Uma literatura mais recente contudo, decorrente de novos olhares e com novos aportes teóricos, questiona e relativiza algumas dessas argumentações (Magnoli, 1997).

As qualidades intrínsecas do território foram escrutinadas (expedições de reconhecimento e científicas- dos bandeirantes à Rondon, defendidas (celeumas entre brasileiros e reinóis) e relatadas (documentos, livros, narrativas de viagens, pinturas) de modo a fazer parte do imaginário coletivo brasileiro como uma constante. Solos, florestas, rios, clima, sol, estações, as cores, a diversidade da flora e da fauna, os autóctones, em sua ingenuidade e pureza, eram a confirmação dos desígnios divinos e da profetização presente no livro sagrado, a bíblia.

Numa abordagem psicanalítica, o Brasil foi nomeado antes de ter nascido (descoberto, achado), este *topos* já existia na narrativa temporal dos europeus, faltava encontrá-lo

Menos um conceito geográfico, ainda que para os conquistadores fosse um conceito geopolítico, militar e econômico, a América foi, para viajantes, evangelizadores e filósofos, uma construção imaginária e simbólica. Diante de sua absoluta novidade, como explicá-la? Como compreendê-la? Como ter acesso ao seu sentido? Colombo, Vespúcio, Pero Vaz de Caminha, Las Casas dispunham de um único instrumento para se aproximarem do Mundo Novo: livros. Quando lemos cartas, diários de viagem, relatos da vida americana, perspectivas filosóficas e políticas dedicadas ao Novo Mundo, podemos notar que os textos são muito menos descrições e interpretações de experiências novas diante do novo e muito mais comentários, exegeses de outros livros, antigos, que teriam descrito e interpretado as terras e gentes novas. O Novo Mundo já existia, não como realidade geográfica e cultural, mas como texto e os que para aqui vieram ou os que sobre aqui escreveram não cessam de conferir a exatidão dos antigos textos e o que aqui se encontra. Antes de ser designado como América ou como Brasil, o aqui se chamava Oriente, um símbolo bifronte: sede econômica e política dos grandes impérios da Índia e da China (descritas nas viagens maravilhosas de Marco Polo e Mandeville), mas também sede imaginária do Paraíso Terrestre, preservado das águas do dilúvio e descrito no Livro da Gênese como terra austral e oriental, cortada por quatro rios imensuráveis, rica em ouro e pedras preciosas, de temperatura sempre amena, numa primavera eterna. Terra profetizada pelo

profeta Isaías, quando escreveu: .Assim, tu chamarás por uma nação que não conheces, sim uma nação que não te conhece acorrerá a ti. (Is. 55, 6). .Sim, da mesma maneira que os novos céus e a nova terra que estou para criar subsistirão na presença, assim subsistirá a vossa descendência e o vosso nome. (Is. 66, 20). (CHAUI, 2000, p.30)

O território como natureza, a natureza como revelação divina, a revelação divina como confirmação da eleição profética; esta a tessitura que fará do meio ambiente, do meio físico uma ressignificação simbólica da sociedade que aqui se plasmará: passiva, não violenta, harmoniosa, orgânica, enfim filha da Fortuna e não da necessidade. Os homens que aqui vivem, vivem no tempo da natureza, tempo cíclico.

Esta produção mítica do país-paraíso nos persuade de que nossa identidade e grandeza se encontram predeterminadas no plano natural: somos sensíveis e sensuais, carinhosos e acolhedores, alegres e, sobretudo, somos essencialmente não-violentos. O primeiro elemento da construção mítica nos lança e nos conserva no reino da Natureza, deixando-nos fora do mundo da História. (CHAUI, 2000, p.34)

Assim sendo, símbolos e signos que representam a pátria, na jovem República, darão contornos cívicos a estas representações da nação. A bandeira, com suas cores, pinta e o hino, com sua letra, canta, as riquezas nacionais, todas elas ligadas aos elementos naturais que abundam em nosso país. Mesmo antes, a cartografia colonial e a que dela se reproduziu na Europa, demonstra a persuasão da cartografia imaginada sobre a representação abstrata, do que à época se denominava “Ilha-Brasil. O Brasil nascido sob o símbolo do jardim do éden, paraíso na terra, exalta, proclama e reifica sua imagem natural

Reafirma-se, assim, aquilo que Freud enuncia em sua obra: a articulação entre o discurso social e o sujeito psíquico, o engendramento do Eu a partir de sua relação ao Outro, sustentada no campo cultural. Campo cujos contornos transcendem as fronteiras geopolíticas, mas que, sob o tecido de uma experiência espaço-temporal, coloca-se em questão a inevitável condição de exílio a que o humano, na relação à linguagem, encontra-se lançado.(POOA, editorial, 2000, p. 07)

Com a eleição da natureza como protagonista maior da nossa missão na terra, o lugar que será reservado ao povo, à sociedade será de mero espectador deste espetáculo natural. Até porque, se fomos abençoados por Deus pelo país que herdamos, já não fomos tão aquinhoados quando o assunto é os próprios brasileiros. Questão posta no século XIX, com a independência e a escravidão, a

diversidade étnica (as três “raças”: índios, brancos e negros) e cultural, a manutenção da unidade do território, a conjugação dos interesses regionais e a supremacia do governo do Império e da figura do Imperador, foram problemas de difícil resolução para as elites que sonhavam com um país moderno, civilizado e que projetava seu futuro sob o lema da ordem e progresso. Como lidar com a miscigenação sob a influência das teorias eugênicas, tributárias do darwinismo social, então em voga? Quais os lugares de negros e índios no processo social então em curso? Como conciliar desejos autonomistas e centralização governamental, interesses nativistas e portugueses? É o que tentamos responder a seguir.

O período imperial da história do Brasil será de fundamental importância para o que aqui estamos tratando. Com a renovação das pesquisas sobre a monarquia imperial, sobretudo os estudos relacionados aos aspectos político-sociais e a armação institucional do Estado, via governo e as elites políticas (os trabalhos de José Murilo de Carvalho, de Lília Schwarcz, entre outros). Neste sentido a independência será um processo duplamente codificado: ruptura (política) e continuidade (elites hegemônicas luso-brasileiras) darão o tom de rearranjo das forças em disputa pelo poder.

Assim a construção de uma nação civilizada nos trópicos, tinha como projeto hegemônico, uma invenção do Brasil baseada numa metanarrativa geográfica, onde o território seria um todo coerente e estruturado pela própria natureza. Para tanto é preciso reconstituir o período colonial através da Ilha-Brasil e a doutrina das fronteiras naturais. Esta reinterpretação orientou um programa claro de políticas de fronteira (marcação e delimitação com outros países latino-americanos), bem como a visão geopolítica do Estado imperial, vis-à-vis as recentes repúblicas oriundas do processo de fragmentação do império espanhol. Presença incômoda e que pressionará, tanto a política interna, quanto a política externa da monarquia, na manutenção da unidade territorial brasileira.

### 2. 3 Narrativas Discursivas de Formação – Institucionalização: IHGB

O Brasil é o que é mais a interpretação produzida sobre ele desde que aqui se criou vida reflexiva. E isso porque interpretar o Brasil tem sido, antes como agora, menos avaliar e sopesar um conhecimento haurido dos fatos do que a projeção do que deveríamos nos tornar. Ato que, com frequência, mobiliza meios cognitivos, embora consista sobretudo em um exercício normativo em que o recurso ao método científico visa mais obter força retórica para o que se argui do que propriamente fundar uma explicação sobre a sua realidade.(...). (WERNECK VIANNA in BARBOZA FILHO, 2000, p.07)

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é fundado no Rio de Janeiro em 1838, com o objetivo de dar corpo a um projeto de formalização (sistematização de informações, através da coleta, tratamento e divulgação de documentos, testemunhos, textos, livros) da história brasileira, segundo uma tradição iluminista e elitista. História e Geografia são assim conhecimentos que serão utilizados para legitimar uma certa visão do país, que ao mesmo tempo que preconizava a afirmação da nacionalidade, erigia seu Outro, aquele ou aqueles que não faziam parte daquela identidade e no extremo, eram-lhe o oposto, caso das repúblicas vizinhas recém independentes. Guimaraes (1988)

No início próximo, posteriormente patrocinado pessoalmente pelo Imperador, ele se colocará a serviço da monarquia com o intuito de participar ativamente do projeto político desta última, claramente identificado com suas elites, aliás fortemente representadas em seus membros, entre os quais contavam muitos funcionários do governo e autoridades do Estado

O conhecimento geográfico do país constituía um dos suportes dessa história nacional, dando mostras do valor simbólico conferido ao território e à natureza nas representações sobre a nação. Na perspectiva do Instituto – e em conformidade com um modelo estabelecido em fins do século XVIII –, a geografia era necessária sobretudo para o entendimento da história, subordinando-se a esta como disciplina auxiliar. Quando não orientados para cartografia e questões de limites, os trabalhos de cunho geográfico convergiam quase sempre para duas direções: as corografias ou notícias de províncias/capitanias e os roteiros de viagens e explorações. Convém observar que esses temas inscreviam-se também no domínio dos estudos históricos, o que torna relativamente inócua a preocupação de certos estudos em distinguir, na produção do Instituto, conteúdos correspondentes à história e à geografia. Tal distinção não parecia fazer muito sentido no projeto acalentado no âmbito do IHGB, que entrelaçava de fato a problemática de constituição da nação com a definição de sua identidade físico-geográfica. História e geografia eram, portanto, interdependentes e complementares, constituindo “dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado. (NUNES, 2005, p.114)

Entretanto este projeto terá que lidar com questões ligadas às próprias contradições relacionadas ao país que se forjou no processo de independência. Estamos nos referindo aqui ao papel de negros e índios, que não eram reconhecidos como portadores da ideia de civilização. Portanto incapazes de integrar o ideal de população como um grupo social homogêneo e que partilhasse características comuns, como “raça”, língua e cultura, sem falar numa história comum. Como fundar então um princípio de identidade social que desse substrato a ideia de soberania nacional e legitimasse a ação do Estado como representante daquela individualidade existencial?

Foi a partir destas questões que foram incorporados estudos etnográficos, linguísticos e arqueológicos, para que a antropologia, esta mediadora e portadora da relação com o Outro, retirasse o índio de sua barbárie e o colocasse, preservando-lhe as boas características, sob a proteção do homem branco, superior e capaz de conduzi-lo rumo ao esclarecimento e à civilização.

Quanto ao elemento negro, por suas “características intrinsecamente negativas” e por se tratar da base de sustentação da produção agrícola, do trabalho e do rico mercado da escravidão, continuará fora da sociedade e a margem do sistema, só entrando nos interstícios da legalidade e da aceitação social.

Fundada numa sociedade fortemente hierarquizada, escravagista, com controle político sustentado na violência; excluída a maioria da participação cívica, esta construção simbólica vai subtrair o fator humano como princípio de coesão social e vai buscar na natureza, os valores que poderão amalgamar a ideia de nação e de identidade nacional.

## **2.4 Terra, Escravidão e Estado**

Não se pode entender a concentração da terra no Brasil sem se reportar à estreita ligação entre escravidão, lei de terras de 1850 e a expansão da atividade agrícola em moldes capitalistas no país. A conjuntura posterior a independência, o cerco cada vez maior dos ingleses ao tráfico de escravos, a expansão da fronteira de ocupação do território irão tensionar cada vez mais, a base de sustentação do complexo de produção que tem seus pilares fundamentais no latifúndio, na escravatura e na monocultura.

A lenta liberação da escravidão que se alongou pelo século XIX, através da Lei do Ventre Livre, da lei Euzébio de Queiroz e por fim a Lei Áurea, só tem sentido se for vista em relação à Lei de Terras de 1850, que fecha para os libertos e os homens livres pobres o acesso a propriedade privada, porque a partir daí só através da compra, o acesso à terra e portanto a possibilidade de autonomia frente à coalização de poder que se coloca entre os latifundiários e o Estado monárquico.

A constituição e o fechamento do mercado de terras às camadas mais pobres da população e sua concentração nas mãos dos que antes a receberam por doação real e agora privilegiados pelo posse do dinheiro e proximidade com o poder, vai condenar grande parte da população ao jugo das oligarquias regionais, aos interesses dos proprietários e à sua manutenção como mão-de-obra barata e farta, o que pelo alto e por baixo consolida a extrema desigualdade social e econômica que será uma tônica na história brasileira.

Mesmo assim o estoque de terras era enorme, era preciso estabilizar o espaço ocupado e abrir novas frentes de colonização, para que a expansão continuasse se dando a baixos custos e integrando novas formas de exploração. Era preciso igualmente debelar novos focos de tensão e contestação que ao longo do século XIX, colocaram o poder monárquico em questão e abriram espaço para o separatismo e a confrontação ao centralismo do governo imperial. Conciliar todos esses interesses, reiterar a unidade territorial, referendar o poder monárquico na pessoa do Rei, foram os desafios que o governo imperial enfrentou ao longo do período e que condicionou a formação dos gabinetes ministeriais e as políticas públicas até a proclamação da República.

## **2.5 Estados Unidos como Espelho - Fronteira, Pioneiros, Bandeirantes: Os “vazios” e o Oeste-Sertão.**

Se a instalação do regime republicano no país não significou rupturas profundas na formação social brasileira, em relação ao seu passado imediato, isto é, à monarquia (Carvalho, 1987), em função da permanência no poder, dos grupos que sustentavam o regime anterior e portanto, dos privilégios e a divisão de poder que antes vigorava, a conjuntura histórica da primeira república terá que lidar com novos questionamentos a esta coalização de classe e à manutenção das profundas desigualdades sociais daí decorrentes. O Brasil que desponta no início do século XX vai paulatinamente mostrando outra face, o que contribuirá significativamente para

as contestações sociais verificadas ao longo das três décadas que antecedem a revolução de 1930.

Um exemplo para o que aqui nos interessa, dessa tensão, diz respeito a Constituição de 1891, a qual passa para os estados, a função de legislar sobre as terras devolutas, o que deixará a quem delas depende, à mercê das oligarquias rurais/regionais, que assim darão continuidade ao regime de mandonismo local, classicamente analisado em Coronelismo, Enxada e Voto, (Leal,1948), (Santos, 2010).

Se é fato que do ponto de vista político, a hegemonia da classe continuou, por outro lado, a abolição da escravatura, a intensidade do processo da imigração (inclusive como política pública do Estado, que tinha entre seus objetivos, o “branqueamento” da população e a substituição da mão-de-obra escrava pela do imigrante europeu), o surto de industrialização verificado na cidade do Rio de Janeiro, desde a década de 1870 e depois em São Paulo, neste mais relacionado à transformação dos produtos agrícolas e mais espreado pelo interior do estado (seguindo a dinâmica da atividade agrícola), a crescente urbanização das capitais, evidenciado o aprofundamento do fenômeno urbano no país, do qual a capital do país é seu exemplo mais cabal e o aparecimento de uma classe média, relacionada à expansão do aparato administrativo do Estado (os casos dos funcionários públicos e militares, por exemplo), do comércio e das atividades tipicamente urbanas, vão consubstanciar a transformação da sociedade, tornando-a mais complexa, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social.

Em relação às atividades produtivas, o país se concentrava em manter condições favoráveis ao cultivo e a exportação do café, principal atividade da nossa economia e em redor da qual, girava todo o processo econômico do país. Assim sendo toda política de câmbio, financeira e de mercado era para sustentar esta atividade em bases propícias aos grandes lucros de seus controladores, que não por acaso, também controlavam o Estado, na já famosa e denominada política do “café com leite”. Devido a esta predominância dos interesses ligados ao café, muitas iniciativas dos governos foram contestadas pelos grupos que não se sentiam representadas por elas, como é o caso do setor industrial, que começa a se ressentir das prerrogativas agrícolas na condução da política de Estado para o setor econômico. Problemas como a “questão do encilhamento, na década de 90 e outros que virão, relacionados à sustentação dos preços do café no mercado mundial,

levarão a uma insatisfação cada vez maior, de outros setores que começam a crescer no país.

Estas mudanças nas formas de vida vão se relacionar também com as transformações nas maneiras de ver o mundo, de significá-lo e representá-lo. As novas ideias circulam, as mudanças técnicas propiciam maior rapidez e agilidade da informação, entre o Brasil e o mundo e também internamente. Os meios de comunicação se multiplicam e se ampliam, mesmo que lentamente a educação formal alcança um público maior, as faculdades de Direito, de Medicina, de Engenharia (Politécnicas) formam nossos bacharéis, havidos em participar dos novos destinos do país. Jornais, revistas, livros, panfletos atingem mais pessoas, em mais lugares. As fontes se diversificam, bem como suas origens. A vida urbana se enriquece, atrai para seus cafés, confeitarias, ruas, encontros, teatros, reuniões. As discussões políticas, partidárias, literárias, filosóficas crescem e agremiam, juntam, polemizam, enfim o espaço público se amplia e requer atenção, resposta e oferece alternativas.

É neste ambiente de maior abertura ao debate e opiniões que desponta uma questão que nos interessa especialmente. Entre as décadas de 1890/1920, isto é, após a abolição da escravatura e proclamação da República tivemos a emergência do que poderíamos designar como pensamento conversador autoritário, com Oliveira Vianna, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nina Rodrigues, entre outros, os quais buscavam referendar o tipo de sociedade que viam como solução para o Brasil, na continuidade do debate que perdurou no último quartel do século anterior (geração de 70), acerca dos destinos do país (nação, povo, economia): agrário, europeu, elitista, burocrático-centralizador.

Houve mesmo um intenso debate entre os que defendiam uma postura mais conservacionista e outros que defendiam mudanças mais profundas, a começar pela industrialização. O sentido continua a ser dar uma face (branca) ao povo, um corpo (nação) social a um Estado (cabeça) que comandava todo o processo de formação nacional.

Não é simples o panorama intelectual da Primeira República, em especial no que se refere à distinção entre os diversos projetos nacionalistas que então germinavam no cenário político-intelectual. Em tese sobre o assunto, Lúcia L. Oliveira mostra como o próprio sentido de tradição – elemento tão central para qualquer nacionalismo – era ponto de discórdia. (MAIA, 2008, p.57)

Entretanto podemos situar este debate no caldo de uma série de influências, oriundas sobretudo, da Europa e nela especialmente a França e dos EUA, que desde o último quartel do século XIX povoa o imaginário dos nossos liberais mais abertos às transformações que naquela sociedade se verificavam. Teremos aqui uma espécie de embate de duas “tradições de pensamento” acerca das ideias de liberdade, igualdade, estado, sociedade, economia, enfim daquilo que se designava como moderno e que por sua vez, estava em estreita relação com o cientificismo (positivismo sobretudo), darwinismo social, liberalismo e a ideia de progresso, entre outros.

À tradição de pensamento europeia devemos a formação das elites letradas, dos homens públicos e políticos, dos escritores e de intelectuais que buscavam em Coimbra, Lisboa, Paris e Londres o conhecimento e a titulação que aqui ou não eram oferecidos, ou eram de má qualidade, quando não queriam fugir da visão mais doutrinária religiosa e buscavam estudos mais laicos e especulativos, onde o método científico ganhava mais adeptos.

Por outro lado, a nação que se desenvolvia de forma surpreendente ao norte do continente americano, seduzia os mais jovens, aqueles que buscavam outros modelos para o país. Os EUA foram os primeiros a se tornarem independentes, a primeira República, assemelhavam-se ao Brasil na grandeza do território, na importância da escravidão e da imigração para a composição de suas populações, na presença de elementos indígenas como obstáculo à ocupação e colonização das terras. Experimentavam um crescimento econômico vigoroso e contínuo, onde os setores econômicos colaboravam de forma dinâmica para o desenvolvimento industrial. Ali o futuro estava acontecendo, era preciso atentar e se possível imitar seu exemplo, bem sucedido, de progresso material e humano.

Deste modo constituíram-se duas visões de futuro que disputavam a primazia na condução dos destinos do país: aqueles que miravam a Europa como modelo de sociedade, de desenvolvimento econômico e princípios morais e aqueles que miravam os EUA, como novidade bem sucedida de transformação social rumo ao progresso e a democracia social. Nesta aproximação de ideias com os EUA, fica evidente uma certa noção de identidade nacional, de jovens nações que estão buscando seu lugar no mundo e entre as grandes civilizações. Mas uma ideia e uma questão em especial foram a gênese de um intenso, extenso e significativo debate intelectual por parte de nossos “homens de ideias”, qual seja, a ideia de fronteira.

“(...) Fronteira é um tipo de junção de espaço simbólico, ideológico e material.(...) (OLIVEIRA, 2000, p.117) Lá como cá, pelas próprias características físicas, ecológicas e geográficas do território, os denominados “espaços vazios” (a uma questão subjacente aqui, que passa ao largo da discussão, qual seja, que estes espaços não estavam exatamente “vazios”, mas eram ocupados por pessoas e/ou conformados por processos ambientais que deveriam ser removidos, exterminados ou modificados, para que a nação, em progresso, pudesse se instalar).

Em um livro dedicado ao tema, Oliveira afirma que:

(...) Minha hipótese de investigação era a de que, nesses dois países, a geografia teria fornecido o mais forte embasamento para a construção dos modelos de identidade nacional que tiveram êxito. Nessa hipótese, não trabalhei supondo que os dois modelos de construção fossem idênticos, ao contrário, sei que as diferenças são enormes e podem ser observadas ao longo dos artigos que tratam diretamente da construção da identidade norte-americana. (OLIVEIRA, 2000, p. 11)

A produção deste imaginário, no Brasil, está estreitamente relacionada à produção literária e ensaística, as formas por excelência que nosso bacharelismo encontrou para expor suas ideias e narrativas, ainda que desde período anterior, sobretudo relacionada às sociedades científicas que aqui se instalaram (no caso da geografia, além do IHGB, tínhamos de maneira conflituosa, duas sociedades, localizadas no Rio de Janeiro, ver Pereira, 2005) e as faculdades isoladas, uma busca por estudos onde os métodos científicos de elaboração e exposição de pesquisas fossem executados.

A Primeira República foi pródiga em fabulações que procuravam rearticular os temas da terra e da construção da nacionalidade. Dois livros, escritos no mesmo ano, funcionaram como portas de entrada para a discussão sobre a natureza de nossa geografia americana e seu papel na invenção de uma sociedade moderna, inscrita na dinâmica temporal do Ocidente: *Canaã*, de Graça Aranha, e *Os Sertões*, de Euclides da Cunha.(...).( MAIA, 2008, p.55)

Sem dúvida nenhuma o livro de Euclides da Cunha marca este debate, de forma indelével até hoje. Sua formação, o sucesso imediato da publicação, a forma como aborda o problema e as conclusões a que chega, constituem o pano de fundo sobre o qual a temática se desenrola. Outros intelectuais irão escrever sobre a mesma questão, com opiniões e tratamentos diversos e nesta discussão vem à tona,

uma espécie de constituição bipolar do país: litoral-interior, cidade-campo, moderno-atrasado, civilização-barbárie, indústria-agricultura, urbano-rural.

Podemos dizer que há um pensamento geográfico presente em várias vertentes deterministas e evolucionistas, assim como no modelo de crítica literária difundida no fim do século XIX. A importância da fórmula de Taine – meio, raça e movimento- está registrada na maioria dos intérpretes do Brasil na virada do século XIX para o XX. Essas questões vêm sendo investigadas e afirmadas pelos geógrafos, principalmente por aqueles que vêm fazendo a leitura do pensamento geográfico no Brasil.” (OLIVEIRA, 2008, p.18).

Em relação aos EUA o debate surge de forma um pouco distinta. A obra que o marca, tinha a intenção, senão clara, ao menos subliminar, de lançar uma nova visão do país, que reforçasse o passado em meio a uma conjuntura de intensa transformação econômica, social e territorial. O sentido era dar relevo ao mito fundador, quando o país ia perdendo contacto com ele, assim

Uma expressão dessa narrativa fundante é o ensaio de Frederick Jackson Turner ‘ O Significado da Fronteira na História Americana’, lido em 1893 na reunião da American Historical Association que acontecia em Chicago em conjugação com a World’s Columbia Exposition, comemorativa do quarto centenário da descoberta da América. Turner faz uma releitura da excepcionalismo americano e o coloca para o mundo acadêmico. Desde então os historiadores discutem, pesquisam para ‘provar’ o acerto ou o equívoco de sua tese.”( OLIVEIRA, 2008 p. 35)

O sertão para Euclides da Cunha, o Oeste para Turner vão mobilizar uma série de ideias-força que tem na relação homem-meio, um poderoso veio de análise acerca das capacidades, dos desafios, da visão de futuro, de sociedade que os respectivos países têm para enfrentar. O livro de Euclides é uma espécie de denúncia de como um processo de ocupação que se realiza à revelia do Estado e da sociedade, pode levar a um embrutecimento do homem, ao seu isolamento e ao seu abandono. Mesmo sendo “um forte” na sua luta contra a natureza hostil e daí forjar um caráter, que pode representar o “Brasil profundo”, é preciso resgatar e recuperar este homem a bem da nação e de sua integridade nacional.

Por outro lado, a retórica de Turner é uma celebração, enunciação da vitória do “gênio do homem” sobre a natureza, que ao dominá-la, transforma-a e a si mesmo, inventando um novo homem, expressão desta simbiose entre cultura e meio ambiente. Este novo homem é a gênese de uma nova sociedade, identificada a si mesmo, que desencadeia uma nova forma de vida em comunidade. Protagonistas

dessas epopeias, bandeirantes e pioneiros serão os artífices deste território-sociedade fundante

O movimento de penetração e expansão territorial da América portuguesa vai ser, na segunda década do século XX, objeto de valorização, de reinterpretação, de construção mítica. São os paulistas que, nos anos 20 e 30, querem reconstruir a história da unidade nacional, a partir do movimento dos bandeirantes. (...). (OLIVEIRA, 2008, p.96).

No contexto da História dos EUA, o texto de Turner bem como a noção de fronteira servem como uma construção ideológica, que se tornou hegemônica e funcionou para ocultar o processo violento, racista e usurpador que o projeto de expansão territorial de suas elites realizou durante o período de colonização

O mito da fronteira é, assim, um dos mitos nacionais criados na história americana dos séculos XVII até o século XX. A ideia de chegada à terra prometida, um Novo Mundo além da crença de ser o povo escolhido povoam o imaginário norte-americano. A história deste povo é representada como a história de sucessos do homem branco, anglo-saxão e protestante. Os excluídos desta 'história oficial' foram, durante muito tempo, os índios e os negros já que não se encaixavam em nenhum dos papéis honrosos desta trama. No final do século XIX, outros 'excluídos' fazem sua entrada no cenário americano: são os operários imigrantes que participam da fantástica revolução industrial americana após a guerra de civil. (OLIVEIRA, 2000, p.128)

Este debate vai estar presente numa série de manifestações culturais, em embates políticos, em programas de associações civis, em livros, revistas, exposições que aparecerão no período considerado. A Semana de Arte Moderna, o movimento modernista, as expressões artísticas deles decorrentes, a literatura regional, enfim a agitação política, cultural e social que o país à época vive, terá estreita correspondência com a imagem de nação que se defende, pugna que colocará em confronto as diversas visões de identidade nacional.

Segundo Fischer, não é comum que haja gerações e gerações preocupadas com a identidade – ou formação, conforme chamam os literatos – em todos os países. Esse é um tema que ocupa grande parte das discussões e das obras de autores de países colonizados. Isso também ocorreu na Argentina, por exemplo, até meados da década de 30, quando os autores argentinos estabilizaram uma leitura de sua identidade que consideraram satisfatória. No Brasil, parece que se trata de uma questão mais aguda e que não se restringe a um momento, ao contrário, percorre toda nossa história. (BACKES, 2000, p.13)

## 2.6 Sentido de Formação: Intérpretes do Brasil

Temos tentado, ao longo deste trabalho, evitar um tratamento linear do tempo, na busca pela dinâmica própria que a temática requer. Neste ponto do trabalho, esta atenção eleva-se no tratamento metodológico e apoiando-nos em Braudel (1982), que conforme Arruda (1984) nos chama a atenção, ousou em seu plano de análise passar de uma ordem cronológica para uma ordem metodológica, onde o historiador estabelece os cortes temporais e a periodicidade que julgar mais pertinentes ao seu objeto de estudo (por exemplo, tempo geográfico, tempo social, tempo pessoal: as dimensões da vida prática), julgamos que para compreender adequadamente a temática enunciada acima, no âmbito de nosso objeto de pesquisa, precisamos fazê-la em perspectiva e comparativamente.

É na realidade o olhar retrospectivo que informa nossas indagações neste momento. Recuperar o debate sobre os denominados “Intérpretes do Brasil” só faz sentido se não os imobilizarmos na conjuntura em que tiveram lugar seus escritos, mas perceber a sua produção como vasos comunicantes, de extensão e largura variadas, de um sistema maior, no qual ganham pertinência sem contudo, perder a singularidade de suas contribuições.

Assim se nos concentrarmos no século XX, podemos perceber alguns momentos-chave, aceitos de modo geral pelos campos disciplinares que trabalham com esta questão. Começando pelas décadas de 20 e 30, onde segundo Candido (1984), teríamos a passagem de um projeto estético para um projeto ideológico Lafeté (1974). Nesta passagem e após a Revolução de 30, coloca-se o que o autor conceituou como rotinização no plano cultural, de um modo de ser e estar que vai rompendo com o quadro social anterior.

Conhecemos através de Antonio Candido, o mais renomado e longevo crítico, se quisermos delimitar, literário, da cultura brasileira, que no “espírito dos anos 30”, uma espécie de consciência crítica difusa semeou um interesse pelas “coisas do Brasil”, que a “rotinização” das atividades culturais propiciou uma “consciência nacional” cuja preocupação maior era conhecer a “realidade brasileira”.

É neste ritmo então que vemos a literatura regional (nordestina em especial mas também gaúcha, mineira), dar-se a conhecer e ao Brasil, tornar-se nacional,

que outras expressões artísticas como a pintura, a música (especialmente popular, com a introdução paulatina do samba no gosto nacional), a poesia, o cinema vão trazendo um Brasil novo, desconhecido na sua própria diversidade espacial, cultural, social.

À maior circulação de ideias, corresponde um crescimento do mundo editorial, com revistas, jornais, livros, entre outros, pontuando o debate sobre o país. É aqui que se inserem grandes obras, em geral tomadas como ensaísticas, porque fruto da reflexão livre, porém ponderada e consequente, de intelectuais que se legitimam não pela academia, mas pelo próprio meio diverso e consagrado da produção literária.

De modo geral estas obras marcam o desenvolvimento do pensamento político e ideológico inicialmente, acadêmico e científico posteriormente, de suas épocas, tanto para se legitimarem como para confrontá-las, nos legando novas interpretações que de certa forma, significaram uma ruptura com a tradição de pensamento anterior, seja do ponto de vista teórico-metodológico, seja do ponto de vista explicativo.

Como camadas que vão se ajustando, acresce-se a este pano de fundo, algumas obras que serão seminais, durante a década de 30, numa conjuntura de reajustamento das elites no poder, de uma nova composição de classes (urbana) na sociedade e da ascensão da indústria como motor do processo econômico. Estas obras serão uma espécie de divisor de águas no campo intelectual, por sua aceitação, suas abordagens inovadoras e suas análises que buscavam, de certa forma, responder aos anseios das classes dirigentes do país. Casa Grande & Senzala, de Gilberto Freyre (1933), Raízes do Brasil, de Sergio Buarque de Holanda (1936) e Evolução Política do Brasil de Caio Prado Júnior (1933).

Podemos afirmar que estas obras, da primeira metade do século XX, tinham como desígnio, como intenção escrutinar, moldar um certo “sentido de formação” nacional, oferecer uma resposta ao que éramos como país, como construção histórica inscrita no conjunto das nações ditas civilizadas. Os títulos dos livros não deixam dúvidas sobre isso: Casa Grande & Senzala pode ser lido através mesmo da metáfora da casa, Raízes do Brasil remete aos fundamentos, à base do Brasil (Ricupero, 2008).

Do ponto de vista teórico-metodológico temos a antropologia norte-americana (Franz Boas) como mediação ao trabalho de Gilberto Freyre, a sociologia alemã (Weber) para o estudo de Sergio Buarque de Holanda e o pensamento crítico marxista (Marx) para Caio Prado Júnior. Portanto três diferentes *parti pris* para analisar o modo como o Brasil se insere no império colonial português e como a partir daí, o país constrói sua participação na expansão do sistema capitalista e na denominada ocidentalização do mundo, ou seja, no projeto de modernização europeu. Destas obras se destacará os conceitos de plasticidade para o primeiro, cordialidade para o segundo (no conjunto dos estudos sobre personalismo, patrimonialismo) e sentido de formação para o último.

Não aludirei aos seus teores, pois sobejamente conhecidos, contudo são obras que a partir daí, pautaram os debates subseqüentes, seja para refutá-las, seja para legitimá-las, como veremos mais adiante. Estas obras dialogaram com seu tempo, ao fazerem a mediação entre passado e futuro. A conjuntura política, econômica e social do país naquele momento, repercutirá as análises por elas trazidas.

Até aqui estamos falando de pensadores, intelectuais que estavam inseridos institucionalmente ou indiretamente na influência do Estado, seja pela via do exercício profissional, seja pela ação de organizações civis ou de divulgação, como então era comum. Embora esta seja uma via de continuidade ao longo do período, isto é, a proximidade dos intelectuais ao Estado.

Posteriormente destacam-se os anos 50, onde o Nacional-Desenvolvimentismo sintetiza a ambiência política, cultural, social e econômica do Brasil feérico que se vivia então. Vivia-se o otimismo do progresso, dos 50 anos em 5 e da aceleração da industrialização. Destoando da filiação acadêmica temos no Rio de Janeiro, o ISEB, instituição que se coloca a tarefa de pensar o Brasil e com este propósito se aproxima da CEPAL, ambas as instituições muito próximas do Estado. Articulada aos governos do período, reunia intelectuais de renome no propósito de diagnosticar os desafios nacionais no combate ao “atraso” ou entraves à modernização do país.

Por outro lado, a partir da criação da USP em São Paulo e da UDF no Rio de Janeiro, veremos progressivamente este debate caminhar para o âmbito acadêmico,

o que terá como consequência outro “*modus operandi*” e mesmo a institucionalização de outra esfera de discussão e legitimação do discurso e do fazer, agora formalmente científico.

Deste modo veremos nos anos 50, o aparecimento de “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro (1958), “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado (1959), “Formação da Literatura Brasileira” de Antonio Cândido (1959) e o despontar de Florestan Fernandes na USP, à frente do instituto de Ciências Sociais. Correndo paralelamente teremos, portanto, a institucionalização acadêmica das ciências sociais no Brasil e a constituição concomitante de “escolas” como é o caso de RJ e SP, que passam a polemizar o debate.

Continuamos aqui com a referência à obra weberiana, no caso de Faoro, desta feita, reforçando o patrimonialismo como ideia-força de análise. Celso Furtado, neste aspecto revelará uma abordagem especial; sobre suas referências teóricas, ele afirma serem Mannheim, a antropologia norte-americana, via Gilberto Freyre e o positivismo (Furtado:1998). No entanto alguns dos comentadores de suas obras (Mallorquin, 2005; Ricupero, 2008; Bolaño, 2011a, 2011b; Oliveira, 2003a, 2003b; Burgueño e Rodriguez, 2001) mencionam que se pode perceber outras leituras em seu trabalho, que não ditas explicitamente. Questão a nosso ver, interessante, pois se Oliveira interpreta isto como um recurso estilístico ou de ação frente ao campo intelectual, pode nos revelar mais sobre seu posicionamento como integrante deste grupo (Bourdieu, 2010).

É importante registrar neste momento que a trajetória de Celso Furtado será distinta, particularmente, dos demais, na medida em que a participação na CEPAL abrirá todo um novo campo de reflexão, discussão e atuação, a partir da América Latina, que terá como consequência a sua Teoria do Subdesenvolvimento. É também o momento no qual terá a oportunidade criar a SUDENE, marco de sua ação como planejador e através da qual porá em prática sua concepção de planejamento governamental.

Anos 70, na correlação de forças entre o esgotamento paulatino da ditadura militar e a crescente organização da oposição, vamos ter o aparecimento de vários projetos, entre os quais artísticos, de tomada de posicionamento político, mas não só, que vão novamente resgatar os elos perdidos de nossa história recente.

Mas as influências externas também se farão notar ainda que lentamente, entrando na década de 80 e neste sentido, influenciados pelas celeumas acadêmicas do pensamento pós-moderno (rompimento com as grandes narrativas e sistemas explicativos) e a assunção de novas temáticas (direitos humanos, sociais e ambientais), conjugadas a novas formas interpretativas (virada linguística, cultural e espacial) que deslocam temas/metodologias e reacendem polêmicas disciplinares, veremos a expansão do sistema universitário e da pós-graduação, num movimento de formalização da produção intelectual em contornos científicos. Assim os debates se internalizam no meio acadêmico e daí justificam sua legitimidade social (Werneck Vianna 1997).

Neste período então são publicados “Crítica da Razão Dualista” de Francisco de Oliveira (1972), “A Revolução Burguesa” de Florestan Fernandes (1976) e “Liberalismo e Sindicato no Brasil” de Luiz Werneck Vianna (1976). Estes autores estarão dialogando diretamente com o modo como a modernização, no Brasil, se consolidou sob o regime capitalista periférico, isto é, como seu viés conservador, excludente e desigual logrou forjar a formação social brasileira durante o século XX. Aqui teremos o pensamento crítico, sobretudo Marx e Gramsci pautando o debate.

Por outro lado, veremos a crítica literária ganhar mais densidade reflexiva e propositiva com os trabalhos de Roberto Schwarz (1967, 1977, 1978, 1989). Seu texto “As ideias fora de Lugar” que tem como base o pensamento de Antonio Candido (A ética da malandragem) e a literatura de Machado de Assis vai lançar um debate que se estenderá no tempo e entre os campos disciplinares que refletem sobre a cultura brasileira.

Deste modo mesmo depois da redemocratização do país e da nova Constituição de 1988, o esforço por maior participação política, por maior distribuição de renda e por um desenvolvimento mais autônomo estariam constrangidos pelos interesses específicos das classes dominantes que operam na manutenção do controle social e político a partir do Neoliberalismo, com sua proposta de Estado mínimo e mercado como instância de resolução dos conflitos sociais. Assim sai de cena o cidadão e entra o consumidor.

Na década de 90, outra conjuntura, confusa porque enviando sinais trocados entre economia e política, isola o social na busca por si mesmo, inclusive com

projeto claro de negação de parte da herança política e cultural que predominou a partir de 30.

O debate nos anos 90 será, de certo modo, aglutinado, pelo lançamento de um livro, “O Espelho de Próspero” de Richard Morse (1982, México; 1988, Brasil), Historiador norte-americano, brazilianista e o artigo de Simon Schwartzman publicado na Revista Novos Estudos do Cebrap. Debate onde não poucos tomaram parte, poderíamos sintetizar na retomada da celeuma entre “americanistas e iberistas”. Embora, de modo geral, a maioria se baseasse em Weber, o problema era o tipo de modernização que teve curso no Brasil e na América Latina (isto possibilitou que estudiosos latino-americanos fizessem parte do debate) e sobretudo, suas conseqüências para as sociedades que aí se forjaram.

Atualmente, novamente nos encontramos em linha aberta com a tradição de pensar o Brasil, no sentido forte, debate colocado pela retomada do desenvolvimento e do Desenvolvimentismo (com novas adjetivações teóricas, por exemplo, novo, social), portanto muito mais próximos dos anos 50 no ufanismo economicista, do que no pensamento crítico dos anos 70. Atualmente diríamos que o debate se renova e ganha maiores horizontes a partir dos denominados estudos pós-coloniais. O sentido aqui é a abertura teórica, metodológica, epistêmica, bem como de temas, abordagens, releituras e a recusa clara de uma orientação europocêntrica.

Em relevo a questão é, em outra chave interpretativa, o que faz comunicar um Hélio Oiticica, uma Lígia Clark, um Glauber Rocha, com Mario de Andrade, com Tarsila do Amaral, com Mario Peixoto? Tanto do ponto de vista estilístico como político, o que tem a ver o Tropicalismo (tema, entre outros, do último Schwarz), os Dzi Croquettes e os Secos e Molhados com Oswald de Andrade, com Pagú e até recuando um pouco mais com Chiquinha Gonzaga, Sinhô e Grande Otelo e Oscarito?

Como literatura, música, cinema, televisão e internet vão se sucedendo e adensando, sob os auspícios da indústria cultural, os impasses e a complexidade da cultura brasileira, que alguns têm pejo em dizer nacional? É bem possível que para Celso Furtado Aleijadinho fosse um “Intérprete do Brasil”, assim como poderíamos

dizer que Oscar Niemeyer também, com a plasticidade tropical do concreto, sua linguagem por excelência.

O debate sobre os “Intérpretes do Brasil” legitima e sanciona a forma escrita da interpretação do Brasil, mas escrita sob determinados parâmetros, especialmente consagrados, na sua interpretação pela forma acadêmica. Será que Caetano Veloso, Haroldo de Campos e Patativa do Assaré poderiam ser designados como tais? Só para exemplificar com linguagens próximas àquelas mencionadas.

Sabemos que este debate tem algumas premissas que norteiam sua identificação, como a própria escrita, por assim dizer norma culta de expressar a experiência do sensível e do diverso, consagrada no século XIX, na cultura europeia, daquilo que nos aproxima e nos afasta dos outros, do registro palpável e longo da história. Mas entre o que ela foi e o que ela é atualmente, vai um longo curso, onde as bifurcações são tantas, que parece, perdeu-se o rumo e o horizonte para o qual caminhar (Pécora, 2012).

### **3 GEOGRAFIAS DO DESENVOLVIMENTO E GEOMETRIAS DO PODER**



Fausto e Mefistófeles de Delacroix

"Goethe's protagonist is representative of modern man who, through science, seeks to subjugate nature and to build up a new economic realm of freedom and prosperity. ... Goethe not only reveals how Faust, the representative modern man, realizes this massive project of economic progress, but also shows the existing and potential dangers associated with it." — H. C. Binswanger (*Science*, Vol 281, Issue 5377, 640-641, 31 July 1998)

"Goethe's *Faust* has a relevance for our time that we can scarcely grasp. Of all the plays written to this day it is, I would argue, the most modern, since it highlights a subject that dominates our age more than any other: the fascination created by the economy. ... [Goethe] explains the economy as an alchemical process: the quest for artificial gold. Out of this quest develops an addiction that ensnares forever the individual who has "sold his soul." Whoever fails to understand this alchemy, the message of Goethe's *Faust* conveys, cannot grasp the gigantic dimension of the modern economy." — H. C. Binswanger (*Money and Magic: A Critique of the Modern Economy in the Light of Goethe's Faust*, 1)

### 3.1. “A Economia moderna é a alquimia por outros meios”

A tragédia do desenvolvimento brasileiro não tem a ver com os quadrantes ideológicos da corrupção e do mal em cada contexto; mas reside no fato de o sucesso econômico ter absolvido os colonizadores e os escravocratas (na verdade, indenizamos os proprietários de escravos pela ‘desapropriação de seu ‘ativo’), bem como os responsáveis pela desigualdade e pela hiperinflação (males modernos, impessoais, dos quais não conseguimos sequer nomear os culpados, mesmo os economistas que atacam a ‘ortodoxia’). E, genericamente, nos acostumamos com as atitudes benevolentes diante do político que ‘rouba mas faz’. Como se as perdas ‘socializadas’, para usar a linguagem de Celso Furtado, não tivessem autoria nem destinatário, e apenas se acrescentassem à entropia do país. Esta é a nossa tragédia. (FRANCO in BINSWANGER, 2011, p.203).

Após longa pesquisa, a expensas dos limites temporais do calendário acadêmico, das dificuldades em “podar” um objeto de estudo, que como uma árvore, teima em dar novos frutos, em novos galhos, num lugar onde a aridez parece, só parece, ser a tônica, é auspicioso, quase no fim, no limiar mesmo, do tempo e da paciência, saborear, à sombra desta mesma árvore, um fruto, que confirma nossas esperanças, lá trás, depositadas em sementes, plantadas com as dúvidas que assolam os agricultores de primeira viagem, mas que confirmam suas expectativas, mais tarde, após laborioso trabalho de cultivo e uma boa dose de teimosia.

Quando este mesmo trabalho infletiu, para abarcar, ainda que parcialmente, não só pela riqueza, mas também magnitude, a obra de Celso Furtado, não tínhamos ao certo, o caminho que ele ia percorrer nem o fim no qual ia dar. Era um horizonte que se abria e só tínhamos para nos guiar, para usar uma expressão de geógrafa aqui, um veio rico de possibilidades, ainda pouco explorado e estudado, que era preciso seguir, pois havia indícios de preciosidades no caminho. Como geógrafa, eu tinha um trabalho de campo a realizar, pegar nas ferramentas, escavar, revolver e analisar os diferentes materiais que me vinham às mãos. Não havia outra hipótese e foi o que eu fiz. O tempo para o geógrafo é uma dimensão interessante, ele pode abarcar de milhões, a átimos de segundo. Pode ser o tempo do Homem, pode ser o tempo da Natureza, em verdade um contém o outro. Geralmente trabalhamos na fronteira, para usar outra expressão de uso corrente entre nós, no limiar, na interseção dos campos de conhecimento. Talvez tenha isto contribuído para Kant afirmar que a História e a Geografia eram disciplinas de síntese. E é com este espírito, expressão tão cara à Filosofia alemã, que nos propomos a estudar a

fortuna crítica, conceito que pegamos emprestado da crítica literária, para nos aproximar, daquilo que estamos nomeando como o ensaísta e cientista social, Celso Furtado. Porque não é sem dúvidas, percalços, incompreensões e surpresas que escrutinamos seu legado.

E nada mais provocante e em certo sentido, irônico, para começar esta aproximação, do que uma citação de Gustavo Franco, economista ortodoxo, monetarista e integrante do governo Fernando Henrique Cardoso, retirada de seu posfácio ao livro de Hans Christoph Binswanger, intitulado “Dinheiro e Magia: Uma Crítica da Economia Moderna à Luz do *Fausto* de Goethe”. Este livro, publicado recentemente no Brasil (2011), teve sua primeira edição em 1985, em alemão e em 1994 em língua inglesa, experimentou interessante repercussão nos meios acadêmicos, por relacionar, aparentemente dois campos disciplinares aparentemente indiferentes um ao outro, isto é, economia e literatura. E fá-lo através da obra de um dos maiores cânones da literatura ocidental moderna, Johann Wolfgang Goethe.

O mito de Fausto foi, desde a Idade Média, sendo reapropriado numa série de obras, que buscam reelaborar à luz da contemporaneidade, os dogmas bíblicos do acesso ao conhecimento, do livre-arbítrio e do tempo futuro. Goethe não foi o único, na Modernidade a retrabalhá-lo, mas a sua perspectiva, sobretudo no segundo volume, pouco conhecido, é que aqui nos interessa e possibilita a abertura ao diálogo, que neste trabalho propomos fazer, isto é, como a partir da cultura e no caso específico tratado, como a crítica literária, tomada em seu sentido amplo, pode nos ajudar a ler o “espírito de uma época, não exatamente no plano das ideias, mas da materialidade tomada como enredo, de uma história aparentemente fantástica, mas que põe em relevo, sob a máscara da ficção, os pressupostos que vão erigir as relações econômicas, portanto concretas, da sociedade tida em questão.

No nosso caso, vamos operar uma inversão analítica, isto é, Binswanger analisa a obra máxima de Goethe, Fausto, do ponto de vista econômico, relevando o quanto o escritor foi um homem do seu tempo e o ultrapassou, não só porque soube aliar cultura material e cultural intelectual, mas representou diversos papéis no meio em que estava inserido, indo do escritor, poeta, intelectual, ao homem de negócios e

conselheiro (Ministro das finanças) junto à corte de Weimar tratando, sobretudo, de assuntos econômicos.

O que vamos ensaiar neste trabalho é, partindo da obra de um intelectual, interpretado principalmente como economista, demonstrar, especialmente em seus escritos, que estamos interpretando como de síntese, produzidos entre as décadas de 70 e 80, um viés ensaísta, percebendo-o como um cientista social preocupado com as alternativas civilizacionais (para tomar um conceito-chave da tradição francesa, a qual nos parece, Celso Furtado filiava seu republicanismo) e perspectiva de futuro que “todo intelectual” se coloca quando se apercebe das “janelas ou oportunidades históricas” (Lefebvre, 1971) abertas por períodos de ruptura. Nas palavras do autor

Estou convencido de que é cada vez mais modesto o papel que cabe a nós, intelectuais, nessa Tecnopólis em que os homens ingressaram de forma irreversível. O homem moderno fez um pacto faustiano com a razão técnica e seu destino parece cada vez mais determinado por forças que escapam a seu controle. O custo ecológico de nosso compulsivo avanço tecnológico se manifesta de forma alarmante. A engenharia genética está criando tanta incerteza sobre o futuro do gênero humano como aquela que a acumulação de artefatos termonucleares já havia engendrado. (FURTADO, 1978, p. 133)

E o que a nós se afigura como excepcional, porque nos permite o diálogo crítico, é o fato de que, tanto na obra de Binswanger, como em nosso trabalho, o *parti pris* da análise é o Desenvolvimento tomado como alternativa de projeto de sociedade, no qual o apelo ao crescimento econômico se reveste de um destino coletivo, onde muitos se apresentam, mas poucos são os escolhidos, para usar uma expressão bíblica nada casual. E aqui reside a ironia, como antes enunciada, vê-lo feito no Brasil, inicialmente por um economista ortodoxo, que segundo nossa interpretação, assemelha o Estado a Mefisto, quando o primeiro se arroga o papel de condutor do processo de desenvolvimento e iguala o empresariado, tomado como o capital privado, à Fausto, quando este assume as rédeas do crescimento econômico, posto como desenvolvimento.

Aproveitando a “deixa” abrimos o diálogo com uma citação de Jessé Souza, autor do conceito de “modernização seletiva”, que nos ajudará a compor o quadro explicativo de nossa interpretação acerca do processo de modernização brasileiro, no âmbito do qual Celso Furtado pensou o desenvolvimento do Brasil. Ao reler o

trecho que citaremos abaixo, imediatamente nos lembramos da afirmação de Gustavo Franco, que abre este capítulo.

(...). Aqui me interessa apenas relacionar os aspectos sistemáticos da tese patrimonialista. Ela pressupõe uma demonização da ação estatal (sic!) e uma reconstrução do caso excepcional americano como se fosse regra geral do desenvolvimento ocidental. A nossa formação social, seria, portanto, defeituosa devido à permanente influência da herança estatal portuguesa, a qual impediu o país de livrar-se do atraso social e econômico. (SOUZA, 2000, p.182 e183)

Se partirmos da pergunta inicial “é possível ler a economia a partir da crítica literária”, tomando o campo da cultura brasileira como campo de imersão do debate e enfrentamos um anelo tortuoso e mal cozido, onde os buracos diziam mais com as ausências do que os pontos com as costuras, agora podemos dizer que temos um mosaico, que não nos dá ainda imagens claras, mas que pela sua estrutura de pontos e linhas, nos permite a leitura do tecido (lido em sua dupla interpretação: como processo-tessitura e como produto-tecido).

### 3.2 Desenvolvimento Como Obra Fáustica do Homem Moderno

Fausto de Goethe tem para nosso tempo uma relevância que mal podemos compreender. De todas as peças escritas até hoje, eu diria que é a mais moderna, pois lança luz sobre um assunto que domina nossa era mais que qualquer outro: **o fascínio pela economia**. O florescimento – ou o crescimento, como também dizemos – da economia hoje se tornou a única medida obrigatória do desenvolvimento da humanidade. Goethe, que experimentou os primórdios do processo, com a Revolução Industrial, e previu claramente quais seriam suas consequências, oferece em Fausto uma interpretação singular desse fato básico. Ele explica a economia como um processo alquímico: a busca do ouro artificial. A partir dessa busca, gera-se uma paixão que enreda para sempre a pessoa que ‘vendeu sua alma’. Todo aquele que não consegue compreender essa alquimia, a mensagem que Fausto de Goethe transmite, não pode entender a dimensão colossal da economia moderna. (grifo nosso) (BINSWANGER, 2011, p.53)

Neste livro, de leitura contagiante e enriquecedora, Binswanger ensaia uma interpretação bastante inovadora, sem ser inédita, do crescimento econômico moderno visto como progresso ilimitado, oriundo da obra humana realizada sobre a natureza. Esta sua preocupação de fundo, é contemporânea; no entanto para explicitá-la, ele vai à gênese da Modernidade Ocidental para demonstrá-lo a partir de

um dos seus signos mais paradigmáticos, qual seja, a invenção do papel-moeda (dinheiro) tomado como meio de troca e portanto, a sua transmutação como equivalente universal, utilizando aqui um *approche* de Bourdieu, na economia das trocas simbólicas. Como afirma Franco no prefácio da obra:

Os dilemas éticos do capitalismo e da economia, bem como as escolhas envolvidas nos assuntos pertinentes à moeda, ao desenvolvimento e aos custos do progresso, ofereciam um cenário inteiramente novo para o **velho tema da mercantilização da virtude**. (FRANCO in BINSWANGER 2011,p.23, grifos nossos).

Mais adiante cita Lukács, numa frase lapidar: “(...) Todos os elementos da revolução burguesa estavam no ar.(...)” (FRANCO in BINSWANGER 2011,p.23)

Binswanger é um economista de filiação ecológica, professor emérito, especialista em teoria monetária e economia ambiental. Aguçado por suas preocupações, digamos, com a preservação do meio natural, viu no livro do escritor alemão “(...) *uma ligação entre atitudes de hoje e o Fausto de Goethe, que o teórico literário alemão Werner Hamacher considera como uma crítica da ‘estética do crédito e economia da persuasão’.*” (Scally, 2012). Aproveitou, portanto, para a partir do Mito de Fausto, fazer uma crítica à teoria neoclássica do crescimento e dos fundamentos culturais (ideológicos, morais e psicológicos) do sistema capitalista.

Autor e obra são deste modo, janelas por onde mostrar a posição central do papel-moeda e de seus corolários crédito, empréstimos, obrigações, enfim da moeda escritural, para a subsunção do trabalho como criador de valor no sistema capitalista. Neste processo o dinheiro deixa de ser apenas meio de troca, para assumir funções de outra ordem, menos afeita ao comércio e produção e mais relacionada aos impulsos subjetivos do homem moderno.

Nada que um leitor atento das teses marxistas não tenha conhecimento. Entretanto, embora próximo às críticas heterodoxas ao capitalismo, o autor rejeita filiação aquela corrente de pensamento. Como tal, no último capítulo do livro, intitulado Goethe e a Economia, contextualiza a obra deste último dentro de debate econômico da época e demonstra mesmo, como aquele estava inserido e influenciava seus pares através, não só de publicações, mas igualmente por meio de relações de amizade e relações epistolares com grandes pensadores do período.

Deste modo Binswanger expõe de forma evidente como Goethe foi um leitor e intérprete atento do seu tempo (virada sec. XVIII/XIX) e como captou o “espírito de sua época”, os dilemas humanos que a Modernidade trazia em seu nascedouro.

A questão do tempo (tempo da vida terrena e tempo de Deus); da infinitude da obra humana posta pela ideia de progresso, como superação das limitações impostas à expansão da vontade humana (aqui o dinheiro em sua reprodutibilidade contínua atua como sinalizador de vaticínio); a subjugação da natureza pela ciência (técnica como leitura de mundo e agir sobre o mundo) e de ambas pela economia, entre outras mudanças paradigmáticas, conformarão o pano de fundo da “vontade de potência” (desejo, compulsão, domínio) que assolará Fausto através de Mefisto:

Em Fausto, Goethe descreve três possíveis modos de superar o tempo e a transitoriedade: o primeiro é o caminho da ciência, que passa pelo portão do passado; o segundo é o caminho da arte, que passa pelo portão do presente. O terceiro é o caminho da economia, que passa pelo portão do futuro. (BINSWANGER, 2011, p.113).

Segundo o autor, Goethe, no caminho da Ciência, coloca a produção do homem novo, que pela ontogênese, refaz a filogenia até a fonte primordial da vida humana, a causa primeira, o arquétipo da sabedoria original. “E o início era o verbo”, Deus era a palavra e é pela palavra, isto é, pela capacidade intrínseca de pensar, pela razão tomada como consciência de si, que o homem se aproxima de Deus, do Belo e do Bem. A verdade científica se aproxima da verdade de Deus, por representar aqueles atributos da manifestação divina e como tal, ela é permanente e sua regularidade, interpretada como leis naturais, revelam as causas e efeitos dos fenômenos observados.

Mais adiante Goethe, no livro, evoca o caminho da Arte. Para tal recupera Helena (figura mitológica), alegoria da arte grega, que além do mais, está sendo revivificada pela filosofia alemã à época. Será pela forma da arte e pela relação entre autor e amante da obra de arte (pelos olhos de quem a contempla) que se dará a transcendentalidade, o presente-eterno do gozo estético proporcionado pela beleza daquela forma artística. Assim “ ‘O valor infinito’ do presente transmitido pela arte contrasta com o presente experimentado meramente como vínculo entre passado e futuro.” (BINSWANGER, 2011, p.128)

Para comentar o caminho da Economia, baseado na obra de Goethe e nos desdobramentos históricos do sistema capitalista, o autor é taxativo e enfático: “O mundo moderno é determinado pela vitória da economia sobre o tempo.” (BINSWANGER, 2011, p. 139)

Esta vitória é narrada por Goethe através do empreendimento que Fausto realiza nas terras conquistadas ao mar, presente do rei por aquele ter participado da guerra, entretanto, vencida pela ajuda da astúcia de Mefisto. Este trecho da obra é muito interessante por, entre outros motivos, se aproximar mais da discussão aqui apresentada. Nele Fausto realiza sua empresa de conquistar ao mar, terras que posteriormente vão ser alvo de um grande projeto - desassoreamento do pântano, construção de uma barragem, criação de “solo” - que vai desde o cultivo agrícola, a exploração mineral até o assentamento de população, um verdadeiro projeto de colonização aos moldes do século XIX, tendo inclusive um conflito ligado à posse de terras com moradores antigos, que expressa de forma clara, o embate entre a utilização dos recursos naturais para consumo próprio e aquela realizada para fins capitalistas. Aqui Fausto é o empreendedor, empresário com visão de futuro, vislumbrando o progresso das atividades e dos homens envolvidos nesta luta do “rochedo contra o mar”. Nela Fausto vangloria-se de seus feitos e não mede esforços para executar seus planos, inclusive eliminando seus opositores, aqui representados por Filêmon e Baucis, figuras de uma antiga lenda grega, num delírio expansionista. Neste sentido, sua missão civilizatória fica explícita e o confronto de valores, formas de vida e visão de mundo entram em cena. O progresso econômico que Fausto representa, a racionalidade instrumental que utiliza, enfim o *modus operandi* que lhe enseja sucesso é assim descrito por Binswanger:

A economia industrial, por outro lado, está adaptada a necessidades imaginárias, que podem ser incessantemente expandidas pela fantasia humana; essas necessidades são insaciáveis. Neste sentido, um esforço de infinito é inerente à economia industrial. Decorre da luta por dinheiro, já que este (pela criação do papel-moeda) pode ser aumentado mais depressa e com maior facilidade que os bens, que precisam ser laboriosamente obtidos a partir do material do mundo. Por isso a tendência é produzir dinheiro em primeiro lugar; depois, fica-se tentado, seduzido pelo lucro, a conceder a esse dinheiro valor adicional como capital-dinheiro, por meio de uma expansão correspondente da demanda imaginária e da produção de bens que ele acarreta. A visão de um futuro cada vez melhor é um ingrediente vital na economia das finanças e da indústria. Tudo que estiver em seu caminho ou sugerir qualquer limitação deve ser eliminado. Ao remover esses limites internos ao progresso, a economia conquista um domínio cada

vez maior e submete o mundo todo à sua magia. (BINSWANGER, 2011, p. 141)

No último capítulo de seu livro, intitulado Goethe e a Economia, Binswanger procura demonstrar a “familiaridade” do escritor alemão com a ciência econômica, com o avanço das técnicas, a invenção de novas tecnologias e teorias científicas, com a expansão europeia em outras partes do mundo, ligado sobretudo, com a Revolução Industrial em curso na Europa e a necessidade de eliminar entraves ao comércio internacional. Bem relacionado, era membro da elite alemã, privando do contato com homens de negócios, membros de governos, a intelectualidade alemã e europeia.

### 3. 3 O Mefistofélico Desenvolvimento Brasileiro

Com esse espírito, e tendo em vista a natureza dos temas econômicos estudados, narrados e vividos no decorrer da tragédia, este ensaio conclusivo trata de três temas básicos: a candidatura de Fausto a mito ‘basilar’ do desenvolvimento econômico, em particular nos países de ‘industrialização tardia’; a invenção do papel-moeda e suas variantes como inovação implícita aos ciclos econômicos, o combustível para a industrialização e o veneno que nos levou à hiperinflação, portanto, o centro das maiores tensões entre meios e fins; e, ao final, as concepções de desenvolvimento econômico e as lições sobre o progresso enunciadas na tragédia e observadas à luz da experiência brasileira, âmbito da qual se procura ressaltar a presença de Fausto.(FRANCO in BINSWANGER, 2011, p.170)

Para validar sua perspectiva analítica, enunciada acima, o autor se socorre de David Landes e seu livro “Prometeu Desacorrentado (1969), o qual afirma neste livro, terem sido “o escopo e a efetividade da empresa privada e o alto valor associado à manipulação racional de recursos humanos e da natureza”, a dar a primazia à Europa, da civilização material decorrente do desenvolvimento capitalista.

Embora clássica e pilar do que poderíamos nomear como paradigma da Modernidade europeia, esta interpretação tem sido questionada e relativizada por estudiosos que protagonizaram o que se convencionou chamar “virada cultural” e pelos estudos pós-coloniais, desde da década de 60, 70 do século passado. Autores como Edward Said, Arjun Appadurai, Anibal Quijano, Enrique Dussel, Boaventura de Souza Santos com o livro Epistemologias do Sul, entre outros, demonstram e denunciam o viés etnocêntrico, instrumental e doutrinário destas interpretações que

visam o “apagamento, a invisibilidade e a negação do outro” como alteridade negativa, de uma pretensa positividade de ação da cultura europeia, exemplificada na noção de civilização.

O autor aproxima a interpretação do personagem Fausto ao “empresário schumpeteriano” da destruição criativa, tomando a inovação como a ação empreendedora que desencadeia o desenvolvimento econômico. Referindo-se ao interesse de Goethe pelos grandes projetos de engenharia, como o canal de Suez e o canal do Panamá, Franco afirma que não basta pensar, é preciso realizar, fazendo alusão às invenções que poderiam ter sido feitas no passado, mas que não saíram do papel.

Ao comentar o que ele chama a “ética faustica”, no sentido da adaptação dos meios aos fins, tema tão caro à Celso Furtado, Franco evoca os mitos gregos de Dédalo e Prometeu e os bíblicos de Adão e Eva ou a Torre de Babel, para demonstrar o triunfo da razão e do conhecimento leigo e científico sobre as crenças religiosas e o pensamento mítico. O custo da desobediência aos deuses é alto, mas o acesso ao conhecimento, antes negado, é certo. Resta saber quem vai pagá-lo, diríamos nós.

Fausto é de uma época em que não há mais castigo para a curiosidade, especialmente quando ela envolve experiência e a realização, embora possa haver condutas reprováveis no caminho. A ordem estabelecida é toda outra, pois não enxerga desafio nessas condutas, ao contrário, oferece inúmeras formas de encorajamento ao desejo de empreender, quando não o faz diretamente. Talvez David Landes tenha preferido associar o desenvolvimento econômico da Europa, em particular no início da industrialização, ao mito do Prometeu, em razão do papel central da inovação em um ambiente repleto de resistência ou mesmo de hostilidade. **Prometeu cria cultura e progresso, a despeito da repressão e sob o custo de uma dor perpétua.** Mas a partir de certo momento esses castigos deixam de existir: é quando fausto deixa de ser condenado, especialmente depois do Fausto 1. (FRANCO in BINSWANGER, 2011, p. 176, grifos nossos)

No entanto quando a análise é transposta para o caso dos países oriundos da expansão europeia e sobretudo, os denominados como de “industrialização tardia”, a pertinência é outra, passa-se de Fausto-empresário, para Mefisto travestido de Fausto, isto é, a ação deletéria do Estado; senão vejamos

Nos processos de desenvolvimento econômico ocorridos nos chamados países emergentes da Ásia e da América Latina, para não falar dos esforços de regimes socialistas, o ambiente para a inovação e para as iniciativas que levam ao progresso não apenas deixou de ser hostil, como também passou

ao terreno do excesso; **ou seja, os estímulos ao progresso, em geral proporcionados pelos governos, parecem se multiplicar mesmo que em detrimento de quaisquer outras considerações econômicas, sociais, políticas ou ambientais. O progresso ocorre de forma mais rápida e forçada, queimando etapas e florestas, e com muito mais participação do Estado na definição, às vezes nada democrática, dos processos e meios de desenvolvimento.** (FRANCO in BINSWANGER, 2011, p.176 e 177, grifos nossos)

Se comparamos as análises do autor para os casos em exposição, isto é, a industrialização na Europa e aquela ocorrida na Ásia e na América Latina, fica nítido os sentidos opostos de avaliação quanto ao processo em si. Deteremos-nos um pouco mais neste ponto porque ele mostra as insuficiências da argumentação utilizada, clarifica o posicionamento do autor, ao explicitar suas incongruências e diríamos mesmo, expõe a fragilidade da construção analítica que tentou realizar.

Em nenhum momento o autor põe em questão a própria ideia de progresso, arriscamos até a dizer que ele a “naturaliza” quando a associa ao desenvolvimento capitalista e à Modernidade que lhe subjaz. Causa-nos espécie que o autor não aluda à sobejamente reconhecida e ampla literatura que faz a crítica histórica, filosófica e teórica desta interpretação de mundo. Parece-nos que ele é um dado, em que pese a ideia de processo nele embutida, estático a toda análise do desenvolvimento econômico. Se a economia ganhou do tempo, como argumenta Binswanger, neste caso, foi pela própria extinção da temporalidade, por efeito de um processo linear e não dinâmico.

Por outro lado quando o autor alude às “considerações econômicas, sociais, políticas ou ambientais”, segundo se interpreta, ausentes da preocupação estatal, cabe perguntar se as florestas originárias da Europa estão em pé, por exemplo, se os levantes operários realizados na França, Alemanha, Inglaterra e demais países europeus, ao longo do século XIX, foram frutos do “processo político democrático” existente nestes países, ou antes, uma luta sem trégua (seriam os tais custos aludidos mais acima?) da classe trabalhadora pelo reconhecimento dos seus direitos políticos, sociais e civis, os quais levaram dezenas de anos e milhares de vidas para serem garantidos.

Da mesma forma, fazer menção, ainda que sublimada, à teoria etapista de Rostow, depois das críticas contundentes das análises cepalinas, do

desmascaramento de seu viés ideológico pelos críticos dos projetos de desenvolvimento nela baseados e das insuficiências apontadas pelo próprio campo da economia ortodoxa, representado pelos organismos multilaterais (FMI, Banco Mundial, BIRD, entre outros); ignorar o tão famoso “modelo prussiano” de industrialização levado a cabo na Alemanha e não menos importante, que essa industrialização, realizada nos países subdesenvolvidos, teve forte orientação e influência dos países capitalistas desenvolvidos e que em muitos casos, atendiam mais aos interesses político-econômicos destes últimos do que a superação da pobreza nos primeiros, em última instância, é padecer da própria *malaise* identificada em Fausto, qual seja, impor a sua vontade-argumentação a qualquer custo, inclusive da verdade histórica.

Contudo, ainda não chegamos ao ápice da sua argumentação, este ao nosso ver, ficou reservado para o Brasil, ei-lo

O ideal fáustico certamente encontrou no Brasil uma terra muito fértil, tal como nos países onde estão localizados os canais transcontinentais com que sonhava Goethe. Seguramente foi um lócus privilegiado para trabalhos que lembravam os do pactário, a começar pela bestialidade da colonização, pelo escravismo, os ciclos predatórios do açúcar e do café; passando pela construção de Brasília, no apogeu do industrialismo juscelinista, a capital simbólica da era fáustica; em seguida pelo milagre econômico produzido pela ditadura, **chegando ao uso desmesurado da inflação como combustível para o desenvolvimento, ao menos até 1994.** (FRANCO in BINSWANGER, 2011, p.199, grifos nossos)

E para legitimar esta linearidade a-histórica, não dialética e incapaz do novo, porque repete-se sem cessar, o autor vai buscar fundamentação numa interpretação, ao nosso ver, brilhantemente examinada, criticada e conceituada por Jessé Souza, como “Modernidade Inautêntica”. Poderíamos metaforizar o adágio “nos ombros de gigantes” para numa expressão, significar a utilização do conceito de “homem cordial”, elaborado por Sergio Buarque de Holanda, que faz o autor para afirmar que a sociedade brasileira não está imbuída do espírito empreendedor do “Fausto-empresário”, portanto, dos povos que inventam, inovam, mas ao contrário, preguiçosa em sua natureza, está destinada à repetição, porque incapaz de fazer por si mesma. Segundo o autor “(...) Era como se não quiséssemos problematizar a era moderna, ou exaltar a marcha do progresso e a destruição criadora.(...)” o nosso “gênio” coletivo, para utilizar uma ideia do romantismo alemão, ficou preso em

alguma garrafa no passado. Vaticinados pela História, não poderia ser outro nosso destino

Em vez do 'homem fáustico' de Spengler , no Brasil reina o 'homem cordial' de Sergio Buarque de Holanda, incapaz de aceitar regras sociais objetivas, apegado ao ócio, movido pela afetividade numa sociedade hierarquizada e organizada sobre a troca de favores. Este homem não é chegado ao trabalho, como o acionista descrito por Machado de Assis, preocupado com seus dividendos e jamais com os divisores, o rentista por excelência. O Fausto schumpeteriano – como Mauá ou como Percival Farquhar – é um transtorno nessa sociedade preguiçosa(...). (FRANCO in BINSWANGER, 2011, p. 200)

Prosseguindo em sua narrativa, cada vez mais “fantástica”, que a nosso ver, quanto mais tenta enfeixar o processo histórico brasileiro, às suas estreitas linhas de persuasão, mais perde em lastro analítico e força teórica, o autor compara e (con)funde Keynes com Fausto-Mefisto, ao afirmar que o verdadeiro patrono dos desenvolvimentistas no Brasil deveria ser o personagem de Goethe e não o ilustre economista inglês. Embora ambos gozem de fama histórica e pertençam à herança da Modernidade europeia, é a negatividade do polo que se faz presente no desenvolvimento brasileiro.

Se é Fausto-Mefisto o verdadeiro inspirador da ação estatal e dos agentes que nele atuam, não poderia ser outra, a relação entre meios e fins: não a predominância de um ou de outro, mas a própria (con)fusão de um e outro

Os planos nacionais de desenvolvimento, com suas autarquias, agências, conselhos e câmaras setoriais, iniciados por Juscelino Kubitschek e largamente ampliados pelos militares, hoje fazem parte da rotina orçamentária brasileira, são a nossa normalidade. Anualmente, o Congresso aprova o Plano Plurianual (conhecido como PPA), que institucionaliza os planos fáusticos e reúne obras e mais obras, projetos de todo tipo que cobrem o território nacional, sem que as novas administrações deixem de criar novos planos, novas combinações de projetos, competindo em ambição e na elaboração de seus sonhos de progresso. (FRANCO in BINSWANGER, 2011, p.202)

Portanto, na visão de Franco, na nossa incapacidade de nos organizarmos como faustos individuais, na ausência da racionalidade abstrata e da ação pragmática, gregários sentimentais e utópicos excessivos, invertemos o princípio da organização burocrática e da atuação do Estado, nem weber nos salva.

### 3.4 O Desenvolvimento no Alvorecer do Século XXI

#### 3.4.1 Introdução

O conceito de desenvolvimento (Latouche, 1996) tornou-se um campo em disputa, por dois projetos político-ideológicos com intenções hegemônicas (Gramsci por Mouffe e Laclau, 2010) e que deste modo, pretendem pautar as políticas públicas no Brasil. Ambos os projetos, embora pesem as variantes teóricas que estão presentes no debate, tem o espaço geográfico desde como superfície, receptáculo naturalizado e desprovido de caráter histórico até como produção social (Lefebvre, 1971), que se re-des-territorializa (Haesbaert, 2005) historicamente.

Neste debate fica claro também que o papel do Estado é problematizado e disputado, para mais ou para menos: regulador, empresário, legislador ou indutor. Ainda por referência ao Estado, as escalas de ação (nacional, regional e o local) se problematizam de forma essencialista, redutora e assim com tendência ao fechamento moralista (Filosofia Moral), de tipo individualismo ou comunitarismo, tutela ou autonomia (Fiori, 1997, 1999, 2000; Mouffe, 1996, 2003, 2009). Por outro lado, discute-se a qualidade das políticas públicas, se são focais ou universais, setoriais ou territoriais, se fragmentam ou integram como sua ocorrência fosse absoluta e não relativa, estática e não dinâmica, tendo em vista especialmente o Brasil enquanto realidade geográfica (território, população, recursos naturais e econômicos, entre outros).

Informam este debate duas principais correntes de pensamento: a liberal e a marxista, com suas várias tendências analíticas e vasos comunicantes. Deste modo, considerando que: no liberalismo o espaço é um dado objetivo e racional, na sua versão mais ortodoxa, um dado construído por inferências matemáticas, quantitativas que expressam a localização de um fenômeno; que a chamada “virada espacial” (spacial turn) ocorrida na passagem dos anos 60 para 70 do século passado, é fruto do aprofundamento analítico das teorias e conceitos geográficos, à luz, sobretudo dos trabalhos dos geógrafos anglo-saxões (Staszak, 2001), fortemente influenciados pelos filósofos franceses e alemães, que fizeram a crítica à Modernidade e seus remetimentos ao projeto iluminista- por exemplo sua ideia de progresso (Rossi, 2000) (pós-estruturalismo, psicanálise, teorias da Linguagem, pós-colonialismo, teorias Feministas, entre outros), estamos em presença de um sensível

quadro analítico que se compõe de diferentes visões de mundo, de distintas formas de produzir conhecimento, de muitas linhas teóricas que se confrontam, que se aliam e se anulam num constante enfrentamento com o real, com a sociedade em contínuo devir.

Isto posto, para aqueles que querem se posicionar (aqui trabalhamos com o conceito de conhecimento situado Haraway, 1995), reconhecendo o que está em disputa e quem disputa, é preciso fazer uma leitura da literatura que informa a produção acadêmica sobre o assunto, ver como este debate transborda para o Estado e influência quando não participa da elaboração de programas, projetos e planos das várias instituições governamentais. É preciso também ver como ele se amplia para a sociedade civil através dos agentes políticos, sociais e culturais que atuam na esfera pública (Melo, 2002).

É igualmente importante ter em conta as especificidades brasileiras no tratamento da questão, não só em termos da prática ensejada, mas sobretudo das filiações teóricas estrangeiras que foram produzidas em espaços e tempos outros que não aqueles da realidade brasileira.

Neste sentido é necessário identificar os participantes do debate, os discursos que elidem intenções, deixá-los falar na construção do diálogo, exemplificar as práticas consideradas equívocas e as experiências tidas como não exitosas. É fundamental então abandonar o abstrato universal do “eles”.

Ainda nesta última linha, é preciso ter em conta que muitos debates internos a determinados campos disciplinares, tem pautado mais a discussão, o que por sua vez, incorpora questões específicas que desvirtualizam o foco principal. Por exemplo, é o caso da economia (Latouche em “A Desrazão da Razão Econômica, 2001). Explica-se: o discurso neoliberal hegemônico é o econômico e daí termos a predominância de um debate que é lateral (não é o mercado, este ente demiúrgico que decide) e como tal, ele afastou se não obliterou completamente, o Político da esfera pública, o que é intencional. É preciso e urgente, portanto, resgatar o Político como dimensão inerente a todas as sociedades humanas e que determina a nossa própria condição ontológica (Mouffe, 1996), porque é aqui que, efetivamente as coisas se decidem como consenso, como dissenso ou como revolução. Mesmo no debate interno à economia, é preciso clarificar os termos para que não se proceda

ao “encaixe” dos fatos à teoria e sim construí-la tendo em vista os fatos em sua dinâmica histórico-espacial concreta (Bourdieu, 2006).

Por outro lado, a “vulgarização” dos conceitos geográficos acabou por causar confusões de conteúdo, sobretudo porque, de modo geral, faz-se tabula rasa de seus significados, não se precisa seus remetimentos epistemológicos, adere-se facilmente a modismos acadêmicos e intelectuais. De modo que atualmente o espaço, a região, o lugar, o local, o território estão presentes em quase todas as análises, muitas vezes como sinônimos, quando não o são, na ausência dos sujeitos e agentes múltiplos, relacionais, contingentes que lhes dão sentido e das relações de poder que os caracterizam (Massey, 2008; Ribeiro, 2004; Mouffe, 1996; Haraway, 1996).

Ainda neste mesmo registro, temos a escala (trans, inter, multi, qual é o significado da agregação?), como conceito e como instrumento da ação informada e objetiva, que vai materializar e dar concretude geográfica, ao que é parcial e do campo político e, portanto, mascarar o viés hegemônico, travestido de política pública, por via do planejamento (da ordem do técnico-racional) os interesses específicos dos grupos em disputa pelo poder. (Castro, 1997; Massey, 2008; Smith, 2002; Claval, 1999; Harvey, 2004)

Alguns estudiosos têm proposto, para ultrapassar este impasse, do ponto de vista analítico, o conceito de desenvolvimento territorial (Pecqueur 2002a, 2005b, 2009c, 2011d), incorporando as diferentes escalas e suas possíveis combinações, numa totalidade mais orgânica. Pode estar aqui uma saída plausível.

### 3.4.2 Crise do Desenvolvimentismo e ascensão neoliberal: Novo paradigma produtivo

Para problematizar as concepções de desenvolvimento que foram, de modo geral, adotadas no Brasil, em programas, planos e projetos, sobretudo nas últimas duas décadas, é necessário fazer-se um breve esboço do debate que informou as críticas ao Desenvolvimentismo na América Latina e a ascendência das teorias neoliberais que vieram no bojo das transformações políticas, econômicas, tecnológicas, espaciais, sociais e culturais que grande parte do mundo viveu desde

a virada dos anos 60 para a década de 70. Estas transformações societárias tiveram grande influência sobre as novas matrizes teóricas que se desenvolveram na academia, geralmente nomeadas como “virada lingüística, cultural e espacial” (Rossignol e Guerlain, 2004; Pugh, 2009; Staszak, 2001).

No âmbito dos países desenvolvidos, os denominados “trinta gloriosos anos”, período de crescimento continuado que caracterizou a reconstrução dos países europeus envolvidos na segunda guerra mundial (através do Plano Marshall, com forte distribuição de renda, resultado do pacto social entre capital e trabalho, que culminou na regulação negociada do Estado de Bem Estar Social), sofrem inflexão na espiral de acumulação, bem como fricções relacionadas à manutenção da reprodução social nos moldes que então vinham se dando (Tavares e Fiori, 1997, Fiori, 1999)

Para responder às taxas decrescentes de acumulação de capital, decorrentes da aplicação e esgotamento das políticas keynesianas, postas em prática no segundo pós-guerra e assim combater a estagnação, o desemprego expressivo, a desindustrialização em setores e cidades industriais, decorrentes da instabilidade financeira (déficit fiscal do Estado), aumento das taxas de juros, baixa produtividade da mão-de-obra e o choque do petróleo, foi montado todo um projeto para restaurar o poder de classe das elites econômicas e reposicionar a relação capital-trabalho em novas subordinações, onde prática e discurso se conjugaram para legitimar e tornar hegemônico, um programa de ajuste estrutural com uma nova ortodoxia econômica e uma regulação política (mudança de poder de coordenação intercapitalista da produção para a finança) onde o Estado seria substituído pelo mercado.

Tal projeto tinha linhas muito claras de posicionamento: um novo papel para o Estado, um amplo e inovador aporte de novas tecnologias que transfigurariam o cotidiano em todas as esferas de reprodução social e uma profunda e contínua mudança na organização da produção e do trabalho, o que vai dar ensejo à chamada financeirização do capital.

A reação coordenada, robusta e conservadora à crise, permitiram a retomada do crescimento ao longo da década de 80. Deste modo conseguiu-se novamente a estabilidade macroeconômica, a acumulação produtiva do capital e, efeito do círculo virtuoso de inovações (tecnológicas, organizacionais e financeiras), a expansão

econômica dos países desenvolvidos e outros que aproveitaram as circunstâncias internas e externas, para se posicionarem em melhores condições no mercado, agora mundial. Tudo isto foi possível em função de uma simbiose entre revolução tecnológica (micro-eletrônica, comunicação, robótica), organização da produção e do trabalho (flexível), produtividade elevada, crescimento econômico e coordenação macroeconômica de políticas (fiscais, cambiais e financeiras) que ao atuarem de forma concertada, deram um salto qualitativo no regime de produção capitalista.

Neste mesmo período, manifesta-se o esgotamento das soluções desenvolvimentistas para os entraves do crescimento econômico que a América Latina enfrentava. No Brasil a política de substituição de importações para a continuidade do processo de industrialização, enfrenta problemas de investimentos; por outro lado, a crise política agrava-se com o acirramento da luta ideológica, pelas reformas de base, entre outros enfrentamentos que ganharam a esfera pública no país (Oliveira, 2003; Fiori, 1999; Teixeira, 1997 ).

Partindo da obra de Albert Hirschman, Fiori contextualiza o debate no campo das teorias do desenvolvimento, entre os estruturalistas latinoamericanos da Cepal e os economistas anglo-saxões. Neste movimento ele constata que

(...) Mas não há dúvida também que o campo da 'teoria do desenvolvimento' acabou extravasando a revolução keynesiana e o plano estrito da economia ao incorporar progressivamente indagações e conhecimentos históricos, sociológicos e políticos que, é verdade, acabaram pesando mais no desenho das políticas e estratégias políticas do que nas construções analíticas da própria teoria. ( ) (FIORI, 1997, p.17)

Mais adiante no texto, o autor coloca que do ponto de vista dos neoclássicos foi Walter Rostow quem elaborou o que poderíamos chamar de

A doutrina do projeto norte-americano de modernização do Terceiro Mundo. Ele elaborou uma interpretação "natural, progressiva e linear" de transição por etapas das sociedades atrasadas ou tradicionais em direção a uma modernização eurocêntrica. Uma fórmula universalmente válida e capaz de orientar a ação de todos os planejadores estatais competentes. (FIORI, 1997, p. 27)

Em contraposição, veremos autores como Myrdal e Hirschman defenderem uma outra análise desta questão. Para o último

(...) o problema fundamental desses países era de ordem essencialmente política: faltava-lhes um 'agente articulador' suficientemente forte e capaz de conduzir ou induzir um programa de investimentos orientado pelos 'gargalos de mercado' e hierarquizados segundo sua eficácia dentro das cadeias produtivas. (FIORI, 1997, p. 30)

Na mesma perspectiva vemos surgir no âmbito da Cepal, uma série de estudos de autores como Prebish, Furtado, Sunkel e outros

(...) esses autores defendiam uma visão estrutural e histórica do capitalismo isto como um sistema econômico em expansão a partir da revolução industrial europeia e que foi incorporando sucessivas periferias especializadas e articuladas com base nos mercados e investimentos das economias centrais.”( FIORI, 1997, p.28)

Estas análises deram ensejo, no plano político e governamental, a um período de desenvolvimento por via de industrialização na América Latina. Entretanto a estratégia da substituição de importações como ficou conhecida, começa a se esgotar no final dos anos 50, mostrando algumas fragilidades inerentes a este processo, sobretudo em relação às reformas estruturais e sua legitimação política conseqüente.

A década de 60 apresenta, neste sentido, uma conjuntura outra, adversa a esta trajetória, o que por sua vez, vai ensejar a ascendência de novas interpretações, entre as quais, o que veio a ser o “Institucionalismo”.

(...) Ainda que de maneira indireta, estes novos estudos introduziram no debate teórico, ao lado do pessimismo reinante, uma dúvida radical com relação a todas as previsões e otimismo evolucionistas e lineares sobre a expansão do capitalismo e a transformação institucional das ' sociedades tradicionais'. (FIORI, 1997, p. 29)

Ao lado dessas teorias veremos ascender com mais força e pautar o debate, as chamadas teorias da dependência. Designadas de modo geral como “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento” (André G. Frank), “Intercâmbios Desiguais” (Arrighi), “Acumulação à escala Mundial” (Samir Amin), “World System” (Wallerstein), elas procuraram ressaltar o desenvolvimento desigual e combinado entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Denunciaram a exploração dos primeiros em relação aos últimos, o bloqueio do desenvolvimento industrial dos países periféricos e a hierarquização do sistema capitalista que impede a que todos cheguem ao mesmo patamar de desenvolvimento.

Desdobramentos posteriores a este debate desembocam, por um lado, com Aníbal Pinto, Celso Furtado e Oswaldo Sunkel na análise dos obstáculos estruturais responsáveis pela estagnação econômica da década de 60 e a interrupção do projeto de desenvolvimento nacional na América Latina.

Por outro lado, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto elaboraram outra interpretação que vai no sentido oposto, ao “defenderem” um desenvolvimento dependente e associado dos países periféricos em relação aos centrais. Propõe-se assim um ajustamento das condições particulares de cada país ao mercado internacional.

No seguimento a estas idéias vemos surgir um distinto conjunto de interpretações, que ficou conhecido como teoria do capitalismo tardio. Maria da Conceição Tavares, J. M. Cardoso de Mello, Carlos Lessa, entre outros, recolocaram a discussão em outro patamar, recuperando pensadores como Marx, Kalecki, Keynes e Schumpeter. O foco volta a ser a questão endógena, isto é, a internalização dos mecanismos de acumulação do capital.

(...) Essa nova formulação teórica levou também a uma nova agenda crítica do desenvolvimento brasileiro que sublinhava sobretudo os seus problemas decorrentes da não centralização do capital; da inexistência de um sistema de financiamento endógeno e industrializante; da não calibragem estratégica da políticas industrial; da ausência de uma política comercial externa mais agressiva, da altíssima concentração da renda e da propriedade territorial agrária e urbana e dos ‘pés de barro’ em que se sustentava o seu projeto de ‘potência emergente’ (Lessa: 1978; Belluzo e Coutinho: 1982 e 1983). (...)”. (FIORI, 1997, p. 35.)

Esta conjuntura multiescalar (local, regional, nacional e mundial) resultou numa crítica e reversão dos princípios desenvolvimentistas com claro predomínio das teses neoliberais propugnadas por seus opositores, instalados nas agências multilaterais de ajuda internacional (criadas para a arbitragem econômica, financeira e política das relações internacionais entre os países capitalistas, com claro predomínio da liderança dos Estados Unidos), como o Banco Mundial, FMI, BID e

correlatos do tipo do Banco Central norte-americano (Fiori, 1997; Tavares, 1999; Teixeira, 1996).

A defesa do mercado como instância superior de resolução de conflitos por indivíduos racionais e independentes, a assunção do primado da empresa como forma de organização social, o ostensivo combate ao papel do Estado como investidor e provedor, bem como a retração de sua ação aliada à liberação do mercado de capitais, fomentaram transformações profundas, tanto no centro quanto na periferia do sistema capitalista. Segundo Fiori,

(...) a partir dali o debate teórico latino-americano se voltou, em boa medida em resposta à realidade vivida por essas economias, cada vez mais para a discussão macroeconômica da inflação e de várias estratégias alternativas de estabilização monetária associada a uma crítica cada vez mais liberal dos aspectos autoritários do modelo desenvolvimentista-conservador que se manteve, pelo menos no Brasil e no México, até a eclosão da crise da dívida externa na entrada dos anos 1980 (...). (FIORI, 1997, p.36)

### 3.4.3 Neoliberalismo no Brasil: A escala nacional e regional da ação estatal

A década de 90 vai inaugurar um novo ciclo político-econômico no Brasil e de resto, na América Latina. O denominado “Consenso de Washington” (conjunto de reformas e políticas propostas pelos organismos multilaterais na renegociação das dívidas dos países *em desenvolvimento*) significou a inversão completa da tentativa de autonomia na condução das estratégias de desenvolvimento e justificou um ajuste às políticas neoliberais de desregulamentação, privatização e liberação das finanças, ativos públicos e do mercado nacional em geral. Deste modo,

(...) inicia-se também no Brasil desmonte institucional dos instrumentos de regulação e intervenção do Estado desenvolvimentista, de uma parte expressiva das cadeias industriais e de boa parte das infra-estruturas construídas entre a entre 1950 e 1980. Do ponto de vista político-econômico, chegava a sua última estação a ‘era desenvolvimentista’ enquanto os economistas e demais intelectuais do velho mundo subdesenvolvido voltavam a acreditar nas profecias da economia política clássica do século XIX e na visão natural, linear e cumulativa do crescimento econômico da escola neoclássica (...). (FIORI, 1997, p.37 )

As profecias a que alude Fiori são a idéia de progresso material e a homogeneização social. Do ponto de vista da análise das políticas públicas isto significou uma reversão dos princípios, propósitos e formas de concepção, implantação e avaliação das intervenções governamentais no combate à pobreza, bem como no estímulo ao crescimento econômico.

Segundo Melo, num interessante artigo intitulado “Estado, Governo e Políticas Públicas” (2002), nós tivemos uma grande inflexão no campo analítico referente a esta tríade temática, entre as décadas de 1980 e 90:

Impulsionada pela transição democrática, a análise de políticas públicas experimentou um ‘boom’ na década de 80. Esse fenômeno foi triplamente determinado. Em ‘primeiro lugar’, pelo deslocamento ocorrido na agenda pública. Durante os anos 70, esta estruturou-se em torno de ‘issues’ relativos ao ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’, nos quais a discussão se cingia aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que vertebrava o projeto de modernização conservadora do regime burocrático autoritário.(..). (MELO, 2002, p. 79 e 80)

Durante este período tivemos alternâncias entre um regime democrático, uma ditadura militar e novamente um processo de redemocratização que configuraram a relação entre Estado e Sociedade no país, nos últimos 25 anos. O marco deste “deambular político” será a Constituição de 1988, a chamada “Constituição Cidadã”.

Poderíamos dizer que ela se constitui num divisor de águas, entre o que aconteceu antes e depois de sua promulgação. No entanto preferimos dizer que ela representa uma mediação entre a reivindicação que se tornou Lei e a sua efetiva aplicação no jogo democrático, isto é, ela reconhece, mas dificilmente torna reais os princípios pelos quais foi consagrada.

Esta condição expressa, na verdade, as bases conflituais e profundamente desiguais nas quais está assentada a construção social no Brasil. Este fenômeno, já profundamente estudado por sociólogos, economistas e cientistas políticos renomados, vem se reproduzindo como um fator constituinte da sociedade brasileira, na medida em que as condições históricas que o sustentam, não mudaram substancialmente ao longo da História brasileira.

Neste sentido, a luta pelas reformas de base (fiscal, tributária, política, agrária) que sinalizaram há meio século, os pilares que sustentam a desigualdade em larga escala no país, significou a clara identificação dos entraves à efetiva

democratização da sociedade brasileira, através da consolidação dos direitos políticos e da garantia efetiva dos direitos sociais dos brasileiros.

De outra forma, isto resultaria na transformação, por dentro, do Estado nacional, bem como da aproximação das classes sociais, em termos de trabalho e renda. A forma como o Estado se construiu no Brasil, isto é, autoritária, discricionária e como uma entidade acima da sociedade que o justifica, fez dele, uma fortaleza para os premiados e uma muralha para os despossuídos.

E foi para a continuidade desta condição que a ditadura militar se implantou. Assim sendo, ela não só “retira” os direitos políticos e civis, mas reforça a estrutura conservadora que sustentará o Estado sob sua orientação. O Estado cresce, sua intervenção na vida pública aumenta e se aprofunda e ele chama a si, a “regulação” da relação entre as classes sociais, entre capital e trabalho.

Assim diante desta armadura político-conservadora estatal, foi-se construindo a resistência social através da luta pela reprodução do cotidiano, isto é, foi a partir das lutas sociais pela moradia, serviços básicos, educação e saúde que os movimentos sociais foram ganhando dimensão, importância e voz na redemocratização da sociedade brasileira.

Esta última foi sendo construída por fora do Estado, quando a sociedade se move, sobretudo seus extratos mais desfavorecidos, em busca de melhores condições de vida. Este movimento vai ganhando através da experiência prática, uma organização de idéias e visão de mundo que vai se constituindo num contraponto ao discurso conservador do poder político instalado.

Deste modo aquilo que inicialmente se constitui para reivindicar direitos sociais, passa a questionar a falta de direitos políticos e civis, o que vai balizar a luta pela redemocratização no Brasil e a volta da normalidade institucional do Estado democrático, através de eleições livres.

Entretanto a organização dos movimentos sociais neste período, suas reivindicações, seus formatos institucionais e suas formas de luta, vão apontar algumas limitações que permearão o sentido e as estratégias de sua legitimação perante a sociedade brasileira.

No que tange aos aspectos mais especificamente espaciais desta mudança, o autor coloca que:

(...) Esse deslocamento encontrava um paralelo no 'locus' político-organizacional das demandas que se moviam da escala nacional para a escala local. A essa transformação da agenda política seguiu-se de perto uma redescoberta na agenda de pesquisas das políticas municipais e da questão da descentralização. (MELO, 2002, p. 80)

A segunda determinação está relacionada à manutenção dos obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas mesmo depois da redemocratização, segundo Melo: “Em outras palavras, foi o ‘desencantamento’ em relação ao Estado – e em relação à sua capacidade de intervenção social – que levou a um maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública.” (MELO, 2002, p. 81)

Há um debate na literatura pertinente ao assunto que aponta para um viés reivindicativo de inserção social das camadas desfavorecidas, no conjunto da sociedade brasileira, através da melhoria das condições de vida, isto é, o acesso e a garantia de serviços públicos pelo Estado. Não há, portanto, ao menos, inicialmente, uma tendência de mudança efetiva desta mesma sociedade, no sentido de alterar as bases pelas quais se sustenta e reproduz.

Neste sentido há uma demanda dirigida ao Estado e não um questionamento de sua estrutura e organização, de seus fundamentos institucionais e legais. Esta condição vai gerar um “diálogo de recompensas”, onde na verdade quem pauta a discussão e o ritmo do atendimento das reivindicações será o Estado e não a sociedade em seu conjunto e de forma soberana.

Isto se dará em função da “força inercial”, do poder acumulado e da ingerência que o Estado alcança no seio da sociedade brasileira. De tal forma que ao atender as reivindicações colocadas pelos movimentos sociais, estes serão “incorporados” na lógica de funcionamento e gestão da coisa pública; de outra forma, as lideranças, propostas e as organizações civis serão, de certa forma, absorvidas pela lógica que visavam combater.

Como se pode constatar, mesmo com estes condicionamentos, avançou-se bastante na luta social, no combate às desigualdades e no retorno aos direitos civis e políticos, dos quais a Constituição de 1988 é símbolo e resultado. Contudo ela

expressa, como não poderia deixar de ser, as contradições inerentes a este processo de negociação onde o Estado foi, ao mesmo tempo, partícipe e árbitro das decisões, entretanto tomadas. E é aqui que se forjou o núcleo duro dos desafios posteriores a redemocratização brasileira no que tange à participação social nas decisões públicas.

Contudo a terceira determinação foi protagonizada “pela difusão internacional da idéia de reforma do Estado”. Desenvolvendo sua argumentação, o autor coloca que

O debate analítico se detém nas implicações da disjuntiva cultura política/desenho institucional e no caso dos estudos de políticas, o foco é sobre a incidência da cultura política sobre a efetividade e eficácia de políticas. Em outras palavras, a cultura associativa local produz maior eficiência de um programa de governo? (MELO, 2002, p.81)

Fazendo menção à literatura produzida por este debate, expos as limitações de algumas novas abordagens que reificam o conceito de povo e não contextualizaram o sentido de autonomia dos grupos analisados. Para concluir este ponto do trabalho, Melo coloca que “Pode-se observar que, em certo sentido, se antes o objeto da ‘encantamento’ da imaginação social brasileira era a ação estatal, nos anos 90, esse objeto passa a ser representado, de forma paulatina e ainda embrionária, pela sociedade civil.” (MELO, 2002, p. 82)

Atualmente como coloca Chico de Oliveira, há que se lutar pela radicalização da democracia e a socialização da política no país. O que isto significa realmente? Verificou-se ao longo dos anos 90, por uma série de conjunturas políticas, sociais e econômicas, um “arrefecimento” dos movimentos sociais, sobretudo urbanos, e de suas manifestações públicas, com a exceção sintomática e reveladora do MST.

Esta situação por uma lado foi decorrente, da incorporação e atendimento em parte, pelo Estado, das reivindicações sociais e por outro, suscitou a incorporação das lideranças e organizações de luta social, pelos canais institucionais (partidos políticos, ONGs, governos, entre outros) existentes na sociedade brasileira.

Então na medida em que este fenômeno ocorre, há uma mudança de posição na democracia brasileira: anteriormente a sociedade se moveu “por fora” e os movimentos sociais lutavam pela legitimação de sua participação na vida pública

nacional. Agora aceitos socialmente e integrando os canais institucionais legais, os movimentos sociais enfrentam a dificuldade e os limites existentes na democratização institucional da estrutura de Estado e da sua forma de atuação.

Será talvez uma afirmação banal, mas a sociedade brasileira neste período avançou e o Estado, nos seus diferentes poderes (Executivo, legislativo e Judiciário), continuou com valores, regras e estruturas antigas, algumas completamente desajustadas, desatualizadas e incapazes de dar conta à complexidade social que o país hoje apresenta.

É óbvio que esta situação não é aleatória nem natural, ela serve aos interesses consolidados na História brasileira e que resistem à sua mudança estrutural. Por outro lado, demonstra uma incapacidade de organização e atualização dos movimentos sociais, no sentido de acompanhar as mudanças que eles próprios reivindicaram e de se lerem numa nova lógica de atuação. Há falta de reflexão crítica, formação e preparação para os novos combates.

*Assim* “a difusão internacional das reformas neoliberais, que visavam reduzir o escopo da intervenção pública” deu ensejo a três debates subsequentes, quais sejam: o insulamento das elites burocráticas que tem como pressuposto básico a argumentação que o ambiente democrático coloca em risco a racionalidade econômica (racionalidade técnica x racionalidade política), o segundo tem um forte viés institucionalista, onde é privilegiado o impacto de variáveis explicitamente político-institucionais na explicação dos padrões diferenciados de reforma do Estado e o terceiro está relacionado com a criação das agências regulatórias, vis-à-vis com a gestão macroeconômica. Daqui resultou uma série de estudos sobre o federalismo brasileiro e o deslocamento da ênfase do processo decisório (burocracia executiva) para o campo legislativo e a relação entre os poderes da República.

Temos que identificar onde hoje está a dinâmica da sociedade brasileira, onde hoje ela se renova e ultrapassa, onde hoje ela aponta os caminhos da superação de sua desigualdade histórica e a resistência a esta luta.

Creemos que há um sentido difuso nesta leitura, não está tão claro, em termos de agentes, setores, classes, grupos ou lugares. O Brasil, no último quartel do século XX, apresentou algumas mudanças significativas: o desenvolvimento se

interiorizou, as metrópoles relativizaram importância na rede urbana, as cidades médias ganharam expressão; as migrações internas diversificaram destinos, as regiões mudaram perfis e inter-relações, houve modificações de renda, idades e perfis na pirâmide social; a transnacionalização da economia e empresas brasileiras, estabilidade monetária e econômica e não menos importante, normalidade democrática. Poderíamos concluir que a tal incorporação social de parte das classes desfavorecidas está se dando no país, a questão é em que sentido e com que qualidade. Os recentes resultados do censo de 2010 já apontam nesta direção.

Assim sendo este ponto merece maior cuidado e pode ser prematuro apontar sentidos claros, no entanto podemos trabalhar algumas hipóteses. A primeira seria dizer que não há um sentido único, que a escala local ganhou dimensão e que esta se relaciona mais rapidamente com a escala global (Milton Santos). A segunda que os movimentos sociais disputam com outros atores sociais, emergentes, o protagonismo das lutas sociais e se veem obrigados a se repensar e às suas estratégias e formas de intervenção e organização. Terceiro, que a sociedade brasileira está diante de desafios antigos, sob novas configurações, que houve perda de qualidade no debate político-institucional e dos próprios canais representativos, fato que não se dá somente no Brasil, mas que se constitui em fenômeno global na contemporaneidade.

Diante do exposto podemos dizer que o desafio hoje é ler a transversalidade da democracia na sociedade e no Estado, brasileiros. É perceber onde ela se coloca, onde ela permite o debate e o confronto real de idéias, onde ela existe como práxis e como sentido de vida.

#### 3.4.4 Desenvolvimento na Escala Local

Apoiando-nos, sobretudo, nos trabalhos de Souza (1996, 1997, 1999, 2004), procuramos neste ponto abordar a relação entre estas três formas de agenciamento governamental, referidas ao urbano e a cidade. Assim apresentamos uma sucinta recuperação do debate que se estabeleceu no campo dos estudos urbanos, no contexto histórico que estamos tratando aqui.

Fazendo menção à obra de Lefebvre (O Direito a Cidade, O Pensamento Marxista e a Cidade e A Revolução Urbana), Harvey (A Justiça Social e a Cidade) e Castells (A Questão Urbana), o autor expõe as críticas, do campo marxista, à prática e a produção acadêmica do planejamento de corte keynesiano que se vinha realizando até então.

Estas críticas são direcionadas, especialmente, à Escola de Chicago (idealismo da sociologia culturalista e ao darwinismo social dos sociólogos urbanos) e à economia neoclássica e a sua interpretação reducionista dos indivíduos como mero consumidores. Assim sendo, buscavam, ao mesmo tempo, a desideologização, por um lado, dos pressupostos então em voga, e por outro, a politização dos estudos urbanos, pela relevância que os conflitos sociais ganharam como viés explicativo dos problemas urbanos.

Isto se deveu à importância e expressão que os movimentos sociais ganharam neste período, vis-à-vis ao Estado e aos partidos políticos. Igualmente fazem menção ao papel desempenhado pelos planejadores urbanos, que protagonistas da intervenção centralizadora e tecnocrática, serviriam à manutenção da reprodução do sistema capitalista no longo prazo, mesmo que contrariassem momentaneamente, interesses específicos de grupos ou frações do capital.

No entanto para o autor, deve-se relativizar o teor reducionista desta última crítica, pois

Trata-se, antes, partindo-se da premissa de que as sociedades capitalistas são contraditórias e não monolíticas (negar isto equivaleria a abdicar do pensamento dialético e mesmo a negar a possibilidade de uma mudança substancial a partir do interior da própria sociedade), de indagar: por que deve-ser-ia excluir, 'a priori', a possibilidade de um planejamento que, mesmo operando nos marcos de uma sociedade injusta, contribua, material e político-pedagogicamente, para a superação da injustiça social? (SOUZA, 2004, p. 29)

Em outra perspectiva, refletindo sobre a experiência brasileira, Milton Santos, em 1980, numa conferência na UnB intitulada “Geografia e planejamento: o uso do território – geopolítica.” coloca que:

Em primeiro lugar, tanto geografia como planejamento conhecem uma definição e uma prática que estão muito aquém de seu significado e de suas reais possibilidades tanto a geografia como o planejamento apenas

levantam uma ponta do véu da realidade que são ambos postos a ensinar estudar e praticar. Me refiro o planejamento que se ensina nas universidades é aquele que se pratica nos órgãos de planejamento. Me refiro à da geografia que se ensina, que se aprende para ensinar e que se pratica. A relação entre a geografia que praticamos e o planejamento que praticamos é uma relação vazia entre duas ambiguidades. (...). (SANTOS, 1980, p. 5)

Por outro lado, as críticas conservadoras, cada vez mais ancoradas nas teses neoliberais, investem contra as políticas keynesianas acerca do crescimento econômico e a capacidade de regulação e investimento do Estado, que à época sofriam reveses consideráveis.

Assim contrariamente ao planejamento, vão defender a tese da governança local (*local governance*), no rastro da popularização do termo gestão (management), que advoga uma nova visão da administração de recursos no curto e médio prazos. Neste sentido, ignoram o quanto contingente são as tendências do mercado, como princípio ordenador, incentivando a concorrência e a competitividade entre as cidades, como se de empresas se tratasse.

Ao terminar esta parte do livro, o autor aponta uma série de desafios ao campo do planejamento e gestão urbanos, entre os quais:

Contextualização do planejamento nos marcos mais amplos da produção teórica do conjunto das ciências sociais, inclusive no que diz respeito às teorias do desenvolvimento. A reflexão teórica sobre o desenvolvimento está vinculada, acima de tudo, a escalas supralocais (internacionais, nacional e regional), em torno das quais diversas ciências sociais tem, sobretudo a partir dos anos 50, oferecido contribuições. Os problemas das conceituações e das abordagens existentes, como os renitentes etnocentrismo, economicismo, teleologismo e a negligência para com o papel do espaço,(...), não excluem, portanto, a existência de uma densa e variada tradição de teorização. O desenvolvimento 'urbano', em contraste, tem largamente padecido de sua imersão em um ambiente de rarefação propriamente teórica. (...) ao passo que a expressão desenvolvimento urbano, embora de uso corrente tanto na linguagem ordinária quanto na literatura científica, permanece basicamente na condição de uma noção 'pré-teórica', antes que um verdadeiro conceito científico (Souza, 1998). Uma das tarefas, por conseguinte, ao se lidar com o planejamento e a gestão urbanos como pesquisa social aplicada, é integrar a reflexão sobre aquilo que, sinteticamente, deve ser a finalidade do planejamento e a gestão – o desenvolvimento urbano, ou a mudança social positiva da e na cidade – com as reflexões a respeito do desenvolvimento social (ou sócio-espacial) em geral, beneficiando-se de idéias e inquietações que tem surgido a propósito da meditação sobre transformações ('modernização', redução de desigualdades etc.) em outras escalas de análise. (SOUZA, 2004, p.40, grifos nossos).

Embora considerando a disputa pela hegemonia discursiva, a disseminação e substantivação da gestão (urbana, ambiental, territorial, entre outros) para o autor os conceitos de planejamento e gestão não são excludentes, pois apontam para dinâmicas temporais e processuais complementares no que tange ao governo das cidades

Não obstante, a pretendida (não por todos, felizmente) substituição de planejamento por gestão baseia-se em uma incompreensão da natureza dos termos envolvidos. Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem 'referenciais temporais distintos' e, por tabela, por se referirem a 'diferentes tipos de atividades'. Até mesmo intuitivamente, planejar sempre remete ao 'futuro': planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, 'tentar similar os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-e contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de benefícios'. De sua parte, gestão remete ao presente: gerir significa 'administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas'. O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando evitar-se ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra; e a gestão é a efetivação, ao menos em parte (pois o imprevisível e o indeterminado estão sempre presentes, o que torna a capacidade de improvisação e a flexibilidade sempre imprescindíveis), das condições que o planejamento feito no passado ajudou a construir. Longe de serem concorrentes ou intercambiáveis, planejamento e gestão são 'distintos e complementares'. (SOUZA, 2004, p.46)

### **3.5 A Cultura como dimensão da política pública voltada para o desenvolvimento**

Podemos localizar de modo geral, a introdução da questão cultural nas políticas desenvolvimento em uma sequência de conjunturas históricas que principia com os processos de descolonização na África e na Ásia, com a eclosão dos movimentos sociais nos países desenvolvidos (Maio de 68, Luta pelos direitos civis nos EUA), com a luta política e ideológica na América Latina e seus rebatimentos na academia e na política.

Assim sendo esta conjuntura histórica condensou em poucos anos, profundas transformações que já vinham se manifestando, de forma localizada e pontual, em diferentes dimensões da vida social: política, econômica, social, cultural, na produção da ciência e do conhecimento. Poderíamos afirmar que foi uma crise de

sentido e esgotamento de padrões que até aquele momento tinham se mostrado capazes de fazer a sociedade capitalista funcionar.

Várias foram as implicações decorrentes destes questionamentos, bem como vários foram os motivos que os suscitaram, como podemos ver ao longo deste trabalho.

Se olharmos do ponto de vista das bases materiais do padrão de acumulação e regulação que vai se impondo no rastro das transformações tecnológicas, financeiras e produtivas, podemos refletir com Pecqueur (2004) que postula a seguinte suposição:

Notre hypothese de base est que les conditions de structuration du posfordisme impliquent l'émergence de la question territoriale, fondement du lien nouveau entre géographie et culture. Ainsi, la géographie économique comme champs d'analyse devient le registre de réflexion qui permet aujourd'hui de renouveler le rapport entre l'espace et l'économie (CF. I. Généau de la Lamarlière et J. F. Staszak, 2000) tant au niveau de la production que de la consommation. En effet, les interrogations des économistes critiques de la théorie standard établissent une remise en cause des paradigmes comportementaux des agents économiques à partir de la question culturelle, ce que l'on pourrait appeler 'le tournant culturel en économie' (A. Orléan, 2002). Chacune des deux disciplines poursuit son effort d'intégration de la variable culturelle avec un certain parallélisme sans que l'on puisse envisager très clairement en première analyse, la synthèse d'une géographie économique que soit culturelle. (PECQUEUR, 2004, p.72)

Ao lado desta relação que o território [por nós entendido aqui como lugar, que enseja a *“vida de relações”*: “No lugar – um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições – cooperação e conflito são a base da vida em comum (...)”. Santos (1996, 258) in Ribeiro (2003) estabelece entre geografia e cultura, podemos perceber também, por outro lado que “a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade” . (Santos (1996, 258) in Ribeiro (2003). Daí que Hermet (2002) em trabalho realizado a partir do Fórum sobre Desenvolvimento e Cultura, realizado em Paris em 1999 sob os auspícios do BID, nos mostra como as experiências frustradas de ajuste estrutural colocadas na Europa do Leste, bem como aqueles na América Latina e de resto, em outros lugares, lograram mostrar as limitações de modelos únicos de intervenção, para realidades diferentes, não levaram em conta as culturas locais, que engendram

formas distintas de formação social, bem como de concepção de mundo e de relações sociais.

Geralmente estas intervenções protagonizadas pelas agências multilaterais de ajuda ao desenvolvimento, conveniadas com governos, agências internacionais de financiamento e outros organismos internacionais, não levaram em conta o que nos alerta Yousfi (2007) em um trabalho de fôlego (“Culture and development: a review of literature . The continuing tension between modern standars and local contexts”):

Multiple and often competing conceptualizations of culture have offered development thinking both a framework and a vocabulary for distinguishing one group of people from another in terms of their differing systems of meaning, patterns of behavior, or levels of technology. They have also offered different visions of the relationship between culture and development. However, while theses various perspectives diverge on many issues, they also share a common position. difficulty They show a persistent in grasping the articulation between the role of culture (suspected of bringing back ‘tradition) and individual autonomy (seen as a condition for a ‘modern society). (YOUSFI, 2007, p.4, sublinhados nossos)

No mesmo parágrafo ela propõe o rompimento, efetivo, com a dicotomia e muitas vezes, raciocínios binários, que informam este debate e tendem a limitar uma interpretação que abarque um leque maior de possibilidades discursivas em relação ao que é observado na realidade: “(...) Throughout, we will emphasizes the need for development thinking to break away from the tradition/modernity dichotomy IF more effective policies are to be designed and implemented.” (YOUSFI, 2007, p.4)

Deste modo depois de seguidos fracassos nestas linhas de intervenção, bem como a consideração das novas formas de produção e acumulação onde a denominada “sociedade do conhecimento” e a proeminência dos valores, dos saberes locais, da ciência, dos comportamentos sociais, passa a pautar as práticas, vemos a incorporação destes bens intangíveis nas novas interpretações acerca do combate à pobreza, do desenvolvimento e das políticas públicas visando o crescimento econômico e o bem estar social. Assim vemos surgir novas formas de políticas sociais, econômicas em diferentes escalas de intervenção, com especial relevância para a escala local.

Paralelamente a estas constatações, vão sendo construídos e disseminados conceitos que vão informar discursos sobre as novas formas de organização social, como Capital Social, Capital Humano, Criatividade, Inovação, Redes Sociais, entre outros.

Kliksberg (1999) em um artigo no qual argumenta a importância do “capital social e da cultura como chaves essenciais do desenvolvimento” e tendo sobretudo a América Latina como *locus* privilegiado de análise, afirma que:

(...) Diversas líneas de investigación recientes concluyen que es imprescindible superar los reduccionismos de corte economicista e incluir em la reflexion sobre el desarrollo las dimensiones políticas, institucionales y culturales. Por su parte, Enrique V. Iglesias, presidente del BID, señala que ‘el desarrollo solo puede encararse em forma integral; los enfoques monistas sencillamente no funcionan.(Iglesias, 1997). (KLIKBERG, 1999, p.87 grifos nossos)

Em seguida reforça o argumento, dizendo que:

Este marco de agitado debate sobre la validez del pensamiento econômico convencional há generado condiciones propicias para instalar um área de análisis em continuo crecimiento alrededor de la Idea de ‘capital social’. Uno de los focos de esse análisis es el reexamen de las relaciones entre cultura y desarrollo. (KLIKBERG, 1999, p.87 grifos nossos)

No entanto como nos alerta Ribeiro (2004) de forma clara e num texto muito sugestivo: “Em síntese, o uso instrumental do denominado capital social –que nada mais é do que a cultura dos lugares– destrói o próprio capital social. (...)”. (RIBEIRO, 2004, p.105)

Em relação às cidades e ao desenvolvimento urbano, o debate das cidades mundiais (Sassen, 2001 e 2011), da reconcentração produtiva, do empresariamento urbano (Harvey, 1996), recoloca o urbano a partir de sua centralidade na gestão das atividades produtivas e da apropriação dos seus ativos (infra-estrutura, ciência, empresas, trabalhadores, consumidores) para a reprodução do capital. Deste modo são diversos os remetimentos analíticos para este debate, onde a cultura passa a ser considerada como importante meio de instilar processos inovativos de organização, produção e consumo de produtos que tem a cidade como *locus* privilegiado de ação. Neste sentido Klein e Tremblay (2004) apontam reflexões que teriam chamado a atenção para este debate:

The relation between **creation and city** is well established. H. Lefebvre (1970) saw the city as the centre of all creation, while J. Jacobs was the first to talk of the 'creative city', in her *Cities and Wealth of Nations* (1984). But it was R. Florida (2002) who popularized the notion of the creative city, associating it with the presence of a new 'creative class'. (KLEIN e TREMBLAY, 2004, p. 23)

O “concerto de vontades” que dá contornos ideológicos ao conjunto de intervenções urbanísticas fruto destas políticas na cidade tem, pelo menos três décadas e articula uma série de interesses que vão desde a escala local até a global, passando por instituições públicas, privadas, organismo internacionais, governos local, regional e nacional, além das diferentes frações do capital (financeiro, imobiliário, comercial, industrial) e de classe presentes e atuantes no meio urbano. Tais projetos se baseiam e legitimam, no denominado planejamento estratégico e seus coadjuvantes, como o governo gerencial, o marketing territorial e urbano e na figura jurídica das PPP: parcerias público-privadas.

Com operações pontuais no tecido urbano, sustentadas em grandes investimentos públicos e privados, sendo os primeiros materializados nos terrenos do Estado, na renúncia fiscal e no financiamento público, pretende-se criar novas centralidades, que conjugando usos, aposta fundamentalmente nos serviços qualificados, ligados ao lazer, à fruição da paisagem, da riqueza cultural advinda da heterogeneidade social ali existente. A cidade no discurso, toda ela, mas de fato, partes dela, passam a ser a própria mercadoria, evidenciada pelo seu valor de troca, mas baseada discursivamente em seu valor de uso. As cidades deste modo vêem-se na confluência de interesses internos e externos que reposicionam o urbano na lógica da expansão do capital sob novas bases de acumulação.

Como mensagem de convencimento e aderência coletivos, são montadas campanhas de marketing (City marketing, marketing urbano) baseadas na “espetacularização do urbano”, que nada mais são do que apropriação das mais valias urbanísticas propiciadas pela sua singularidade cultural, social e espacial.

Correspondendo quase a um modelo de arquitetura (dita internacional, estandardizada), de cultura (museus icônicos, eles mesmos obras de arte), e de sociabilidade (estar e ser visto, hedonismo exacerbado, imagem e o instantâneo) onde o urbano é mais simulacro do que autenticidade, os novos espaços projetados

pouco tem a ver com a sua envolvente, rompem com seu entorno, querem a cidade à sua imagem e semelhança (Vaz e Jacques, 2001).

Embora imageticamente este projeto (ou seriam projetos?) elabore a ideia de convivialidade, de retomada da urbanidade, com ações colaterais de grande efeito mediático, na verdade age no sentido do aprofundamento da desintegração sócio-espacial, na medida em que não tocam nas questões fundamentais relativas à valorização e especulação imobiliária, à ausência continuada de uma política de habitação social, de infra-estrutura urbana, dos serviços relacionados à qualidade de vida, a intermodalidade do transporte público de massa, à retomada efetiva do espaço público e sua utilização pelo conjunto da população.

Numa discussão paralela, Bolaño (2011) em um trabalho sobre indústria e criatividade, localiza na Inglaterra, o debate e o “mainstream” sobre o conceito e o contexto no qual se desenvolveram as indústrias criativas, na sua percepção:

No que diz respeito às chamadas **indústrias criativas**, o conceito nasceu na Inglaterra e a crítica também. Philip Schlesinger, por exemplo, insistiu, em diversas ocasiões (Schlesinger, 2007; 2009; 2010) na relação entre a esfera política do Reino Unido, seus think tanks e a constituição de uma doutrina baseada nos interesses do New labour de Tony Blair, preocupado com a competitividade do país na chamada economia do conhecimento, de modo que ‘the pursuit of creativity policy became a national project’ (Schlesinger, 2007, pag.379). É interessante notar que ‘this line has become particularly emphatic with the realization that the BRIC countries [present an increasing threat to high-end ‘creative activities’] (idem). Um tema de particular interesse é como esse conceito inglês termina se internacionalizando, adquirindo outro sentido.(...). (BOLAÑO, 2011, p.369)

Em outra clave de inserção do debate, mas ainda dentro do mesmo tema Reis (2011) afirma que:

É unânime entre os estudiosos da **economia criativa** (Venturelli, 2000; Hartley, 2005; Tepper, 2002; Reis, 2006) atribuir a uma confluência de fatores o amálgama que impulsionou a formação de uma nova dinâmica de processos e modelos sociais, culturais e econômicos, no qual a economia criativa encontra um terreno fértil. Dentre eles destacam-se a globalização, as novas mídias, a falência dos modelos econômicos tradicionais em promover desenvolvimento e inclusão e a valorização do conhecimento como ativo econômico diferencial (Reis, 2008). Sendo assim, embora o aporte que a criatividade gera em termos econômicos, sociais e culturais seja tema corriqueiro na literatura econômica, ela passa a ser vista agora como recurso básico, diferencial e imprescindível. (REIS, 2011, p. 2, grifos nossos)

Mais adiante a autora mencionando o contexto de surgimento do conceito de economia criativa, alude que:

Embora não haja consenso quanto às raízes da economia criativa, as evidências bibliográficas coletadas indicam sua primeira aparição sob a roupagem da expressão Creative Nation, surgida na Austrália, em 1994 (Department of Communications, Information Technology and the Arts, Austrália, 2004).

Motivada por um lado pelas nascentes discussões acerca da importância da preservação da diversidade cultural como amálgama social da nação e, por outro, pelo impacto das novas tecnologias de informação e comunicações na maior inserção da economia australiana no cenário mundial, Creative Nation foi o prenúncio de uma convergência entre objetivos culturais, econômicos e sociais, em uma espécie de desenho de economia criativa *avant la lettre*, tingido com nuances de uma preocupação com a sustentabilidade em termos amplos, como se nota na referência que o discurso faz ao legado entre gerações. (REIS, 2011, p. 8)

Este discurso se apresenta, para legitimá-lo com um *corpus* científico, político e ideológico que busca sedimentar caminhos e diminuir resistências, sobretudo porque assenta um pacote propositivo de ações, que aparentemente buscam solucionar problemas ligados à degradação urbana, à desqualificação do trabalho e à estagnação da economia. Como assevera Celso Furtado

A história dessa civilização é a crônica da subordinação progressiva de todas as formas de atividade criativa à racionalidade instrumental. A pesquisa científica se pôs progressivamente a serviço da inventividade técnica, que por sua vez estava a serviço da acumulação. A criatividade artística conheceu uma evolução similar e progressivamente se colocou a serviço do processo de diversificação dos padrões de consumo, instrumento da acumulação. (FURTADO, 1978, p.45)

É fato que está relacionado, como colocou Marazzi anteriormente, à mudança paradigmática do sistema capitalista, onde o trabalho intelectual e o uso do ócio são mobilizados para a acumulação do capital, sob novas bases de exploração muito mais sutis do que tivemos até então. Muito ligado ao empreendedorismo, à iniciativa individual, à prestação de serviços por nichos de mercado e renda, se ajusta perfeitamente à flexibilização das condições de trabalho e renda.

Como estamos assistindo atualmente no Rio de Janeiro, na verdade mobiliza capitais vultosos e interesses corporativos que buscam na “requalificação urbana”, na “monumentalidade” construída e no lazer como negócio, através dos vários

capitais envolvidos, sobretudo financeiros, rentabilizar no terciário aquilo que já não conseguem na indústria.

## 4 TESE, ANTÍTESE E SÍNTESE: O MOVIMENTO DA ESPIRAL

O Lugar da Cultura na Obra de Celso Furtado: abordagens e críticas.



A 1ª Missa no Brasil – Candido Portinari

#### 4.1. Que Somos: 7 Teses Sobre a Cultura Brasileira

*“A referência que me vem ao espírito, quando penso em Raúl Prebisch, é Goethe, com quem se parecia inclusive fisicamente. Tinha o mesmo senso de universalismo, a mesma fortaleza interior e a mesma ânsia de viver cada momento plenamente.” Celso Furtado*

*Que País É Este?*

1

*Uma coisa é um país,  
outra um ajuntamento.*

*Uma coisa é um país,  
outra um regimento.*

*Uma coisa é um país,  
outra o confinamento.*

*Mas já soube datas, guerras, estátuas  
usei caderno "Avante"  
— e desfilei de ténis para o ditador.  
Vinha de um "berço esplêndido" para um "futuro radioso"  
e éramos maiores em tudo  
— discursando rios e pretensão.*

*Uma coisa é um país,  
outra um fingimento.*

*Uma coisa é um país,  
outra um monumento.*

*Uma coisa é um país,  
outra o aviltamento.*

(...)

2

*Há 500 anos caçamos índios e operários,  
há 500 anos queimamos árvores e hereges,  
há 500 anos estupramos livros e mulheres,  
há 500 anos sugamos negras e aluguéis.*

*Há 500 anos dizemos:  
que o futuro a Deus pertence,  
que Deus nasceu na Bahia,  
que São Jorge é que é guerreiro,  
que do amanhã ninguém sabe,  
que conosco ninguém pode,  
que quem não pode sacode.*

*Há 500 anos somos pretos de alma branca,  
 não somos nada violentos,  
 quem espera sempre alcança  
 e quem não chora não mama  
 ou quem tem padrinho vivo  
 não morre nunca pagão.*

*Há 500 anos propalamos:  
 este é o país do futuro,  
 antes tarde do que nunca,  
 mais vale quem Deus ajuda  
 e a Europa ainda se curva.*

*Há 500 anos  
 somos raposas verdes  
 colhendo uvas com os olhos,*

*semeamos promessa e vento  
 com tempestades na boca,*

*sonhamos a paz da Suécia  
 com suíças militares,*

*vendemos siris na estrada  
 e papagaios em Haia,*

*senzalamos casas-grandes  
 e sobradamos mocambos,*

*bebemos cachaça e brahma  
 joaquim silvério e derrama,*

*a polícia nos dispersa  
 e o futebol nos conclama,*

*cantamos salve-rainhas  
 e salve-se quem puder,*

*pois Jesus Cristo nos mata  
 num carnaval de mulatas.*

*(...)*

*Publicado no livro Que país é este? e outros poemas (1980).*

Em 1965, Theodor Adorno, já de volta à Alemanha após os anos de exílio, foi convidado a participar de um programa de rádio pública no qual vários alemães respondiam a uma pergunta considerada decisiva, principalmente diante do enorme esforço de reconstrução, material e psicológico, do pós-guerra: Was is deutsch [o que é alemão?]. **Em vez de um mero pretexto para respostas evidentes, o adjetivo tomado como objeto exigia dos convidados reflexão e escolha, pois a pergunta, aparentemente simples, denunciava o peso da história recente.** No século XX, marcado pelo nazismo, pela derrota da Alemanha em duas guerras mundiais e pela recente divisão do país no auge da Guerra Fria, o que poderia ainda ser lembrado como algo especificamente alemão? (ALMEIDA in ALMEIDA e BADER, 2009, p.11)

Continuando em sua narrativa, Almeida lembra que esta questão suscitava, para além da conjuntura recente da sociedade alemã, lembranças históricas constrangedoras, porque 100 anos antes, Richard Wagner, em um pequeno artigo, havia se colocado igualmente esta pergunta, num contexto de forte disputa pela afirmação e proeminência da Alemanha diante de seus congêneres europeus, notadamente França e Inglaterra. Para fazer face a esta questão

(...), Adorno começa questionando o sentido da própria pergunta, que facilmente engendraria meros estereótipos, (...). A pergunta então é reformulada, **e a experiência do intelectual exilado torna-se o parâmetro de uma reflexão filosófica mais abrangente:** o que moveria Adorno, depois de ter sido expulso da Alemanha, depois de todas as atrocidades do período nazista, a ainda se reconhecer (e a seu pensamento), como 'alemão'? (ALMEIDA in ALMEIDA e BADER, 2009, p.12)

Em sua argumentação Adorno evoca a língua alemã,

Que 'possui uma peculiar afinidade eletiva com a filosofia e nomeadamente com o momento especulativo'(...). Um sentimento de 'estar em casa' na própria língua, que teria sobrevivido até mesmo no exílio, e seria indício de seu pertencimento a determinada 'cultura do espírito' [Geisteskultur], porque não dizer, inequivocadamente 'alemã'. (ALMEIDA in ALMEIDA e BADER, 2009, p.12 e 13)

E neste sentido faz uma reflexão acerca das tradições intelectuais e seus remetimentos culturais ao discutir o significado do termo *Geist*, que no francês *esprit* teria outro sentido, mais próximo do *Witz* alemão e em nossa língua, seria traduzido como alguém "com espírito ou espirituoso", sem falar na dificuldade em traduzi-lo para o inglês. Não podemos perder de vista, igualmente os enfrentamentos relacionados à tradição dos embates entre *kultur* e *Civilisation*. Benjamim em instigante texto, "A Tarefa do Tradutor", coloca a questão fundamental que aqui se aborda e inicia, digamos assim, um campo de reflexão que perpassa todo o século XX, passando pela denominada "virada linguística" dos anos 60/70, da qual usufrui

Antoine Berman para, entre outros, escrever “Bildung et Bildungsroman”, que nos situa acerca deste conceitos na tradição filosófica alemã e moderna.

(...) Na argumentação de Adorno, que não foge do enfrentamento desses pecados de origem, **a palavra Geist evocaria também duas outras, fundamentais para a consolidação dessa tradição intelectual alemã: Bildung [formação cultural] e Geisteswissenschaft, que normalmente traduzimos por ‘ciências humanas’.** (ALMEIDA in ALMEIDA e BADER, 2009, p.13)

Almeida nos revela da mesma forma outro carácter desta tradição de pensamento evocado por Adorno: “a indissociação entre rigor conceitual e expressão literária. Na tradição alemã, desde a época de Goethe, são tênues as fronteiras entre *Dichter* [poeta] e *Denker* [pensador],(…).” (ALMEIDA in ALMEIDA e BADER, 2009, p.13)

Durante a pesquisa que fazíamos para nos aproximar da obra e do pensamento de Celso Furtado, tanto em seus escritos, como em seus comentadores e até seus detratores, na própria história de vida dele, em seu percurso intelectual e humano, sentíamos uma proximidade, a que não poucas vezes nos indagamos acerca da sua veracidade ou mesmo fundamento, isto é, faria sentido vincular seu pensamento à tradição filosófica alemã? Porque a cada vez que mergulhávamos num aspecto ou aprofundávamos outro, aqueles remetimentos vinham à tona, de maneira tão sutil que chegávamos a duvidar de nossa intuição, mas esta percepção colava-se a nós como aquela expressão do historiador d’Ecole d’Annales “a terra cola-se à pá”(Marc Bloch, Lucien Febvre ou Fernand Braudel?).

Por ora deixaremos esta dúvida no ar, faremos menção a ela, ao longo do texto, tentando explorar possibilidades de aproximação e afastamento e ao final, nas conclusões, tentaremos responder, ainda que de forma aberta (Umberto Eco, 2005). Entretanto podemos avançar neste momento que a chave para introduzir este debate, sem dúvida, é o conceito de *Bildung*, ao qual voltaremos mais tarde.

Estas palavras iniciais serviram não só para enunciar uma das questões que perpassará este capítulo mas também para introduzir a discussão que faremos a seguir e que diz respeito ao esforço reflexivo que Celso Furtado fez, entre as décadas de 70 e 80 do século passado, sobretudo quando do seu retorno ao Brasil e sua reinserção na vida pública brasileira, vivendo no Brasil, porque de fato, dela nunca se afastou, mesmo estando no exílio. Fato que ele procurou afirmar, quando

da publicação do livro “O Modelo Brasileiro”, resposta, segundo o autor, aos que diziam que ele nada sabia do Brasil de então.

Tal esforço atualmente é visto, por aqueles que tem se debruçado por suas obras mais tardias e recuperado suas reflexões deste período, como de uma inflexão de seu pensamento, para abarcar outras preocupações que, como o próprio autor afirmou, não cabiam nos marcos analíticos que desenvolvia anteriormente e que significaram à época em que foram escritas, um encontro necessário, entre obra e momento histórico.

Tais reflexões tem como seu núcleo duro a relação entre Cultura e Desenvolvimento. Uma das hipóteses com as quais trabalhamos nesta dissertação, é a de que a dimensão cultural do processo de desenvolvimento, como interpretamos, em Celso Furtado, está presente desde seus primeiros trabalhos, a começar por sua tese de doutorado, se quisermos ser precisos. No entanto, se quisermos ser românticos na acepção filosófica mais aceita, poderíamos anteceder esta percepção, para sua juventude, onde a história familiar, a condição de sertanejo (a qual segundo d. Rosa Furtado, ele sempre se filiou), naquele “excesso de geografia”, se nos permitem uma licença poética, com a qual ele se reviu pela obra-prima de Euclides da Cunha “Os Sertões”, pelos depoimentos realizados em sua obra autobiográfica e até, pasma-se, numa crítica –“fogo amigo”- de Eugênio Bulhões, que afirmou a escrita de Celso Furtado tão primorosa que melhor seria se ele fosse escritor. Deixando a economia, diríamos nós, para os mais rudes.

E para apresentarmos nossa hipótese, tal como formulada acima, vamos acompanhar a “construção das ideias” que resultaram no livro “Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise, publicado em 1984. Antes é necessário fazer uma breve apreciação sobre o método de trabalho do autor, tal como o percebemos ao longo de nossas pesquisas e tal como é ressaltado por seus comentadores.

Chico de Oliveira em “A Navegação Venturosa” (2003) comenta que podemos intuir nos escritos de Celso Furtado, referências a que ele não se reporta explicitamente e que isto seria uma espécie de trato analítico particular do autor, configurando uma tomada de posição quanto ao meio intelectual. A nosso ver este aspecto condiz com uma das outras hipóteses a que faremos referência mais adiante, que é a “forma ensaísta” (Adorno 2012) com a qual o autor reveste seu

pensamento e determinadas obras suas, sobretudo no período em que estamos tratando.

Por outro lado, o desenvolvimento dos escritos que resultaram no livro mencionado, bem como de resto, daqueles que podemos acompanhar um pouco mais de perto, como é o caso mesmo de sua obra máxima, “Formação Econômica do Brasil” (que tem em sua tese e em “A Economia Brasileira”, parte de sua gênese), nos mostra que o autor reelaborava seus textos, acrescentando e retirando conteúdos, mudando a organização da escrita, trocando conceitos, numa dinâmica de aprimoramento, maior clareza e aproveitamento do fluxo intelectual para melhor compreensão de seus escritos. E esta dinâmica é claro, se refletia nas edições de seus livros, tanto em língua portuguesa, como nas suas traduções.

Se por um lado, esta característica nos permite acompanhar paulatinamente o desenvolvimento de suas ideias, por outro torna mais complexa o exame de suas obras, pois não devemos nos ater, para um estudo acurado, em obra ou mesmo edição isolada, é necessário ir mais além, muitas vezes recuando no tempo e conjugando vida e obra.

Aqui temos um debate paralelo mas que temos que estar atentos num trabalho com esse viés, qual seja, aquele que já mencionamos no início, referido às diferentes línguas e culturas, mas que aqui se coloca no mesmo universo cultural e linguístico, nem por isto menos rico ou mais fácil. Os campos disciplinares da cultura, da sociologia, da linguagem, da crítica literária, informados pela psicanálise, filosofia, semiótica e mesmo pelas artes, nos advertem para o sentido da “leitura de uma obra e seu autor” (Kristeva, Ricoeur, Foucault, Lacan, entre outros). Atentos a esta dificuldade, não nos propusemos aqui uma leitura heurística, rígida e sistemática da escrita furtadiana. Nem pretendemos, démarche que cremos extremamente delicada, “dizer que o autor disse” ou afirmar categoricamente posicionamentos de sua parte. O que tentaremos isto sim, são aproximações, interpretações, leituras que sabemos muito mais afeitas ao nosso universo de análise, portanto, dos nossos questionamentos intelectuais, do que aquele, profundo, longo e diverso que presidiu ao pensamento de Celso Furtado.

Com estas advertências em mente, vamos então ao texto que consideramos basilar nesta discussão e que foi se “revelando” à medida que nos aprofundávamos

na pesquisa e leitura da obra, bem como no entendimento de seu percurso de vida, de modo geral. Devemos dizer que este texto, tem muito mais do que aparenta dizer, a começar pelo título. Como procuramos demonstrar no início, a pergunta que se colocou Furtado e que colocou a nós também (Que somos?), tem muito, a nosso ver, o sentido que Almeida (2012) discerniu ao comentar o episódio com Adorno e a Alemanha. Interpretamos o “que” da pergunta como o país, a nação ou seja, como totalidade social engendrada historicamente. À pergunta formulada no início, Furtado oferece 7 teses sobre a cultura brasileira. Para entendermos o contexto de sua apresentação, tendo sempre em vista, o que foi dito antes, isto é, que o autor elabora num continuum reflexivo, vamos às circunstâncias históricas específicas.

#### 4.1.1 Conjuntura Sócio-Política da Redemocratização Brasileira

O retorno do Desenvolvimento ao debate acadêmico, político e ideológico nos últimos anos, tanto do ponto de vista nacional, como internacional, é fruto das profundas mudanças que o mundo vem sofrendo desde meados da década de 70, do século passado.

As transformações econômicas, tecnológicas e sociais que o sistema capitalista vem experimentando desde então, colocaram em xeque, a organização social, os sistemas explicativos, os valores e formas de vida que se vivia até aquele momento.

A assunção do neoliberalismo como doutrina econômica e orientação política dos governos ocidentais, rechaçou todo arcabouço conceitual onde se baseava o desenvolvimentismo, nos então países nomeados de terceiro mundo ou em desenvolvimento.

Isto significou um profundo revés na orientação das políticas públicas de governo, que de modo geral ficou conhecido como o “Estado Mínimo”, isto é, um recuo da participação do Estado, tanto na economia como na sociedade.

Paralelamente teremos a valorização da participação de entes privados na resolução dos problemas sociais, tanto através da sociedade civil, representada pelas ONGs, quanto pelas empresas privadas que vão assumindo um papel cada vez mais importante e influente na esfera pública de decisão.

No Brasil esta conjuntura histórica será vivida e intensamente pautada pelos desdobramentos do período de redemocratização política do país, revelando assim, uma profunda dinâmica social e política posta pelas disputas de projetos de nação que se contrapunham à ditadura.

Conforme Wladimir Satafle (2012) e Andre Singer (2012), todo este período será hegemônico pelo campo intelectual da esquerda, na proposição, no debate e na colocação de alternativas de construção da ideia de país, nação e Estado, que culminará na Constituição de 1988.

Inspirados por esta *démarche* fomos às fontes, de modo geral, da tradição da crítica da cultura brasileira, que embora tendo antecedentes importantes, se coloca como campo de reflexão nas primeiras décadas do século XX, perpassando pelo debate do “caráter nacional”, pela tradução do território como sinalizador, signo e símbolo da nação, pela Semana de Arte Moderna e os demais rebatimentos destes “códigos de enunciação” que vivemos ao longo daquele período.

Aqui a figura de Antonio Candido é fundamental, pois vai estabelecer uma linha de reflexão e leitura que incorporará as grandes temáticas da época. Seguindo-a chegamos à Schwarz e a reelaboração da “ética da malandragem”. Contudo ao chegarmos a este último, são outros o momento, as ideias (para fazer menção a texto seu já clássico “As Ideias Fora de Lugar” e todo debate que promoveu), a sociedade, o Estado, ainda que autoritário, enfim a conjuntura histórica que nem por isto ou por isto mesmo, vai se “olhar no espelho”, não para olhar o presente, mas para ver o passado através deste último e com este retorno, para uns e fuga para outros (o Tropicalismo por exemplo), vai visitar ou melhor, se colocar as mesmas questões, outrora postas, para encontrar as respostas que aquele mesmo presente “raptava de maneira nada romântica”.

É aqui, entre as décadas de 70 e 80 que se insere a produção furtadiana que buscamos interpretar. Assim ao mapearmos este “texto-terreno”, vemos um debate intenso, rico, profundo ainda que por vezes abafado, metafórico, metamorfoseado em diversas linguagens estéticas (música, literatura, teatro, cinema, artes plásticas, entre outras) que retoma o diálogo com a herança da cultura brasileira, a fim de tecer laços, de preservá-los, em mais um momento onde eles pareciam se desfazer pela política ideológica que queria calar vozes e suas dissonâncias.

Subjaz em seu texto uma formulação mais elaborada, ensaística, propositiva, diagnóstica a que se colocam os pensadores de seu tempo, homens que veem para além do imediato, do palpável, do presente, intuindo o tempo longo, como de resto sempre foi uma das suas perspectivas de análise, comunicando os tempos-espacos no movimento de seu pensamento-ação.

Embora no exílio ou de novo, por isto mesmo- o lugar aqui não é só físico, mas existencial, que na tensão entre longe e perto, permite ver melhor, porque deslocado do embotamento que, por vezes, turva o olhar- Celso Furtado faz uma inflexão em seus trabalhos, que tanto pode significar uma abertura quanto um salto qualitativo na sua reflexão. Momento no qual a cultura se torna o núcleo duro de seus escritos. Queria o mestre vislumbrar mais adiante? Oferecer algumas respostas às tão angustiadas questões colocadas pelas vanguardas artísticas e políticas de esquerda no Brasil?

Segundo interpretação de d. Rosa Furtado, este período foi antecedido por um dos maiores momentos de reflexão e tentativa de síntese de seu pensamento crítico. Portanto, sem abandonar o escopo do trabalho consolidado anos antes, mas incorporando as críticas através da superação, o autor antecipou muitas das questões fundamentais ao país, que anos posteriores saltariam para a ribalta do debate nacional.

No domínio que aqui estamos tratando, a ditadura militar elaborou fatos e suas interpretações, mexeu por dentro, nos mecanismo de reprodução cultural da sociedade brasileira, de modo a quebrar com a corrente que a montante, ligava o tempo histórico com os momentos mais libertários da construção da cultura brasileira. O nexo foi quebrado, era preciso reatá-lo e é aqui, que cremos, Celso Furtado vislumbrou a reconstrução nacional. Atuando no mesmo tempo em que os elos eram desfeitos, oferecia a amálgama que cozeria uma nova tessitura. O tecido não se romperia se mantivéssemos a tensão das linhas e a força dos nós.

Entretanto, não sem disputa pelo polo conservador (novas leituras do período em tela, reforçam o caráter civil-militar da ditadura, isto é, os militares se fizeram acompanhar, no processo de realinhamento do Estado e ação governativa, de estratos e grupos conservadores da sociedade civil, entre os quais, aqueles afeitos à cultura e a educação, Aarão Reis), de um “projeto de futuro” para o país, sintetizado

pelo lema “Brasil superpotência”, onde o nacionalismo se recobre de um essencialismo tradicionalista, que se bifurca em dois caminhos: um para a adesão da cultura popular, através do futebol, da música, da televisão e da educação (o civismo moralista e patriota como substituto da cidadania por um lado e de outro, a reforma da educação, com a massificação do ensino superior), e outro para as elites, mais conotado à preservação dos valores e bens da cultura erudita brasileira.

Sendo assim, o aparato administrativo-burocrático do Estado vai ser adaptado, para responder às novas orientações ideológicas do governo, de nítido viés centralizador, planejador e corporativo. Novas estruturas são criadas, como órgãos públicos, ministérios e empresas estatais. O executivo se impõe ao legislativo e ao judiciário e estabelece uma forte hierarquia de comando. No plano da cultura, é criado o Conselho Federal de Cultura, entre outros órgãos setoriais, no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, que vai responder por todas as políticas deste campo de atuação pública. Designados como os “Cardeais da Cultura Nacional” por Gilberto Freyre, que fazia parte desta instituição, seus conselheiros, serão de modo geral, homens públicos que vão reproduzir uma certa relação de longa data no país, isto é, intelectuais de renome e de alinhamento político-ideológico diverso, que se colocarão ao serviço do Estado, para numa relação ambígua, levar adiante seus projetos pessoais e coletivos. Deste modo, darão continuidade à uma relação que se aprofundou e ampliou após a Revolução de 30 e os governos de Getúlio Vargas.

Entretanto se no debate ideológico, a esquerda consegue firmar escolhas e posicionamentos, no campo econômico a onda neoliberal vai entrar com força e legitimar mudanças na organização do Estado, na relação entre este e a sociedade e fazer um ajuste subordinado do país, aos mecanismos internacionais de regulação e produção capitalista.

Neste sentido, nos primeiros governos após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 88, a tônica será “modernizar” as estruturas administrativas do governo, fazer do mercado o lugar privilegiado do pensamento e atuação econômica, “autonomizar” a sociedade civil da tutela do Estado e fazê-la atuar como “indivíduos racionais dotados de escolhas pessoais”.

Assim sendo o Desenvolvimento como idéia mobilizadora das vontades coletivas e como visão de governo será ostracizado no debate público e político, perdendo muito do seu vigor analítico e de sua intervenção social.

No plano internacional e no campo das idéias, as grandes narrativas que davam sentido às aspirações sociais e políticas, deram lugar às críticas das suas formulações totalizadoras, homogeneizantes e indiferenciadas. Assim o econômico deixa de pautar as proposições alternativas de esquerda e dá lugar à busca de sentido nas formas de viver e ver o mundo, o que vai abrir a porta para a cultura como lugar da interpretação e visão de mundo segundo as diferentes vivências individuais e coletivas.

É daqui então que vemos emergir em diferentes regiões e países do mundo, novas propostas de desenvolvimento, não mais somente na escala nacional, através do Estado e nem com acento economicista, mas absorvendo novas escalas espaciais (local, regional, supranacional), novos agentes (ONGs, grupos sociais, étnicos, civis, privados etc.), com diferentes demandas: ecológicas, de gênero, sociais, culturais, entre outras. O Desenvolvimento pluraliza-se, tornando-se diverso, processual e mais democrático, porque deixa de ser apenas uma política pública para ser uma reivindicação social.

Deste modo, tendo sua gênese no pensamento econômico na virada no século XVIII para o século XIX, discurso ideológico de assimilação política no pós segunda guerra mundial, derivando em, por um lado, política pública de crescimento econômico, e por outro lado, de combate à pobreza; atualmente o Desenvolvimento é retomado, em diferentes bases políticas e sociais que atualizam o debate ideológico e conceitual que está por trás de sua materialização social.

Considerando então o que acima foi colocado, não há como falar de Desenvolvimento no Brasil, sem se levar em conta a pessoa e a obra de Celso Furtado. Economista, intelectual, homem público, figura política, participou ativamente da construção institucional do Estado brasileiro, da administração pública, da política econômica, da produção acadêmica e intelectual em toda segunda metade do século XX, os mais vigorosos anos em termos de crescimento econômico e desenvolvimento social na história do país, apesar de sua extrema desigualdade social, econômica e cultural.

Retomar seu pensamento no debate atual sobre Desenvolvimento, é enriquecê-lo através de sua fortuna crítica, é localizar histórica e espacialmente o país neste debate, é recuperar reflexões que anteciparam, já na década de 70, muitas das questões que atualmente mobilizam as análises sobre o futuro do país, como por exemplo, a relação entre cultura e desenvolvimento no processo histórico brasileiro, revelando as potencialidades e desafios sociais com os quais, o país hoje se defronta, tendo em vista as novas formas de produção e acumulação do sistema capitalista.

O que estamos denominando, para objetivo deste trabalho, como sua produção intelectual madura, realizada entre as décadas de 70 e 80 do século passado, revela uma acuidade de pensamento e crítica, uma qualidade de análise e reflexão que demonstra a diversidade de suas preocupações no que tange aos destinos do país. Ao interpretar a criatividade como um processo social, a técnica (aqui interpretada como *teknè* grega) como um valor coletivo e a inovação como resultado do labor cultural, ele recoloca a discussão fundamental em seu lugar, o desenvolvimento como emancipação humana.

Qualitativamente diferente, portanto, como nós estamos interpretando seu pensamento, das conceituações e interpretações compreendidas no que se tem designado como “economia criativa, cidade criativa e cultura criativa”, um campo de proposições que vem no bojo da chamada “sociedade do conhecimento”, nova interpretação do estágio atual do capitalismo.

Desta forma, pôr em relevo a obra de Celso Furtado para pensar o Desenvolvimento vis-à-vis à sua territorialização, às suas expressões culturais, à sua dimensão humana, social e política é enriquecer o debate e reconhecer a importância e qualidade do pensamento social brasileiro para a teorização e a prática, relação profundamente marcada de sua atuação, consequente e profícua, dos agentes públicos e privados que atuam neste campo tão complexo da realidade brasileira.

E é aqui que faz todo sentido, pensar sobre o que está se entendendo por desenvolvimento e suas diferentes adjetivações: econômico, social, humano, territorial, cultural. E pensar a partir das nossas próprias indagações, problemas e possíveis soluções, não é mais possível, o replicar acrítico de experiências

exógenas, pois já fartamente demonstradas as suas consequências negativas sobre o conjunto da sociedade. É mister então, estarmos atentos as reflexões oriundas e realizadas a partir da nossa realidade, dentro do nosso contexto histórico e atentas às especificidades da sociedade brasileira.

Sem perder de vista, é claro, as diversas escalas de análise e atuação, dada as suas diferentes e intensas relações na atualidade, fato que nunca fugiu das reflexões furtadianas, pois desde suas primeiras obras, apontou a estreita relação da história brasileira à expansão capitalista no mundo.

#### 4.1.2 Projetos em Disputa pelo Brasil

Durante o governo João Figueiredo (1979-1985) teremos a Lei da Anistia e assim o retorno dos exilados durante a ditadura militar. Período bastante conturbado, com a grande greve no ABC paulista, o atentado do Rio Centro, a campanha pelas diretas já, enfim com o retorno da mobilização popular pela democracia. Por outro lado no plano governamental, esgotados os recursos econômicos e financeiros utilizados pelos governos militares para manter a economia em crescimento, mergulhamos na crise do endividamento externo, que duraria toda a década.

Com esta conjuntura adversa no plano econômico e a perspectiva de democratização da vida pública, manifestações de diferentes setores sociais assomam à esfera pública para dar voz e cara a movimentação pela volta das eleições e dos direitos civis plenos. Dentre estas teremos muitas de cunho estético ou cultural, em que artistas expõem o grito por tanto tempo calado e a ânsia pelo futuro que se avizinha, mas que não se sabe ao certo, como chegará. É aqui que muitas vozes se elevam, para perscrutar este devir aqui tão perto e ao mesmo tempo, tão desconhecido.

Assim retomando uma certa “tradição de pensamento”, já aludida no primeiro capítulo deste trabalho e mesmo no início deste, em que em determinados períodos de incerteza e convulsão, intelectuais, artistas, políticos, entre outras vozes públicas,

se interrogam acerca do país, do estado da nação, do seu povo. Isto aconteceu com a Alemanha, a Rússia, a Espanha, com Portugal e igualmente na América Latina com a Argentina e com o Brasil.

Conosco há referência na literatura de que José de Alencar, Machado de Assis ou mesmo noutra clave, Afonso Celso se colocaram esta questão. Na conjuntura histórica que estamos tratando, houve algumas que vamos mencionar aqui, entre as quais, a que Celso Furtado se coloca. A primeira, um poema de Affonso Romano de Sant'Anna, intitulado "Que país é este?", escrito como narra o poeta em sua estadia na Alemanha, pelos idos de 1978. Tal poema foi capa do Caderno Ideias do Jornal do Brasil em meados de 1980, com grande repercussão nacional e internacional. É o poema que inicia este capítulo. Posteriormente o poeta lança o livro de mesmo nome, que segundo sua editora era "uma coletânea de poemas que dão um panorama crítico da sociedade brasileira de então." Tal poema foi reproduzido e afixado em lugares públicos, aumentando a indignação geral e o desejo por mudanças efetivas no país.

No mesmo ano, 1984, em que Celso Furtado lança seu livro, Roberto Damatta lança o livro "O que faz o Brasil, Brasil? Segundo seu autor

Note-se que se trata de uma pergunta relacional que, tal como faz a própria sociedade brasileira, quer juntar e não dividir. Não queremos ver um Brasil pequeno e outro grande, já feito. Não! Queremos, isto sim, descobrir como é que eles se ligam entre si; como é que cada um depende do outro, e como os dois formam uma realidade única que existe concretamente naquilo que chamamos de "pátria". Numa linguagem mais precisa e, mais sociológica, dir-se-ia que o primeiro "Brasil" é dado nas possibilidades humanas, mas que o segundo Brasil é feito de uma combinação especial dessas possibilidades universais. O mistério dessa escolha é imenso, mas a relação é importante. Porque ela define um estilo, um modo de ser, um "jeito" de existir que, não obstante estar fundado em coisas universais, é exclusivamente brasileiro. Assim, o ponto de partida deste ensaio é o seguinte: tanto os homens como as sociedades se definem por seus estilos, seus modos de fazer as coisas. Se a condição humana determina que todos os homens devem comer, dormir, trabalhar, reproduzir-se e rezar, essa determinação não chega ao ponto de especificar também que comida ingerir, de que modo produzir, com que mulher (ou homem) acasalar-se e para quantos deuses ou espíritos rezar. É precisamente aqui, nessa espécie de zona indeterminada, mas necessária, que nascem as diferenças e, nelas, os estilos, os modos de ser e estar, os "jeitos" de cada qual. Porque cada grupo humano, cada coletividade concreta, só pode pôr em prática algumas dessas possibilidades de atualizar o que a condição humana apresenta como universal. As restantes ficam como uma espécie de fantasma a nos recriminar pelo fato de as termos deixado nos bastidores, como figuras banidas de nosso palco, embora estejam de algum modo presentes na peça e no teatro." (DAMATTA, 1986, p.12 e 13)

Vemos aqui um desejo de compreender, de (re)conhecer, se de aproximar, de maneira positiva, o que somos enquanto formação social. Ainda que dentro do espectro da dualidade, mas no sentido do somatório, das possibilidades abertas pelo encontro das culturas de que somos procedentes. Há aqui igualmente o sentido da superação, da criação do novo como alternativa e possibilidade de realização.

No fundo, essa questão do relacionamento dos universais de qualquer sistema com um sistema específico é das mais apaixonantes de quantas existem no panorama das Ciências Humanas. Trata-se, sempre, da questão da identidade. **De saber quem somos e como somos; de saber por que somos. Sobretudo quando nos damos conta de que o homem se distingue dos animais por ter a capacidade de se identificar, justificar e singularizar: de saber quem ele é.** De fato, a identidade social é algo tão importante que o conhecer-se a si mesmo através dos outros deixou os livros de filosofia para se constituir numa busca antropológicamente orientada. **Mas o mistério, como se pode adivinhar, não fica na questão do saber quem somos. Pois será necessário descobrir como construímos nossas identidades.** (DAMATTA, 1986, p 13)

Tendo este panorama rápido porém bastante significativo do ambiente, no qual Celso Furtado está organizando seu livro, voltamo-nos agora para o debate específico no qual se incluiu. O primeiro texto que viria compor o livro foi apresentado em um encontro (Encontro Nacional de Política Cultural, Belo Horizonte) em abril de 1984 e publicado no mesmo ano, no segundo número da Revista do Brasil, ambos promovidos por Darcy Ribeiro; aqui começamos a deslindar alguns fatos. Mas deixemos Darcy falar por ele mesmo, porque vale a pena

Voce tem em mãos o segundo número da nossa Revista do Brasil. Melhor que o primeiro, mas ainda não tão (oh meus ãos, que fazer?) livre e desafiante como quisera. **Minha vocação –creio- era fazer uma revista antropofágica, mas me faltam matéria prima, engenho e arte.** Você tem por aí algum iracundo querendo expressar-se?

Antonio Candido nos fala de Drummond: uma joia. **O texto de Celso Furtado sobre cultura brasileira nos dá um Celso novo, aberto, escrevendo mais em tom antropológico que de economista.** Moacir recorda travessuras de Mário de Andrade no Rio, lembrando que ele não vivia nos gabinetes de Capanema ou de Rodrigo, mas na boemia carioca.

(...). É tempo de sairmos do resenhismo simplório e das notas irresponsáveis, dos semanários, que estão em moda hoje em dia com a decadência da crítica profissional. Queremos dar voz a tanta gente boa que se devota criticamente às letras e às artes dando razões e desrazões para nos habilitarmos a repensar a criatividade brasileira. (RIBEIRO, 1984, p.3)

Esta revista era um projeto de Darcy Ribeiro que tinha como objetivo recuperar, até pelo nome (este nome Revista do Brasil, foi o título de uma publicação, inicialmente de Monteiro Lobato, que posteriormente passou para o

governo de São Paulo, de muito sucesso à época e que buscava um tom moderno e nacional, dentro digamos, do espírito de renovação cultural que se vivia nas primeiras décadas do século XX) uma iniciativa de imersão no universo cultural brasileiro, pelos mais diversos setores artísticos e intelectuais nacionais. Seria uma tentativa de retomar o projeto cultural que foi abortado pela ditadura militar.

Em três parágrafos Darcy lista nomes, expressões e faz um posicionamento claro que remete para um dos momentos mais fecundos da cultura brasileira, onde se teria gestado toda a referência intelectual e artística que viria a ser incontestada, para o bem ou para o mal, durante o século XX.

Lembremos igualmente que Celso Furtado começa sua vida profissional fazendo o mesmo, isto é, escrevendo artigos para revistas no Rio de Janeiro, escrevendo inclusive sobre arte, dos quais um era sobre a semana santa em Ouro Preto, visita que fazia à cidade e acompanharia Orson Wells, se este não tivesse faltado ao encontro, que no entanto, Furtado manteve.

Este artigo vai dar ensejo a duas críticas, uma publicada na mesma revista e na revista Senhor, pelo crítico de arte Franklin de Oliveira e a outra pela psicanalista Betty Milan na Folha de São Paulo. Da primeira, Celso Furtado teve conhecimento e respondeu, numa replica que segundo nos disse d. Rosa Furtado (por ocasião de um Seminário no BNDES, onde havia uma mesa designada para discutir o pensamento de Celso Furtado), foi uma das duas únicas respostas que o autor fez aos seus críticos. Ainda conforme esta última, nosso autor não costumava fazê-lo. A segunda, da psicanalista Betty Milan, provavelmente desconhecida ou ignorada por Celso Furtado. Desta discussão, artigo e replica serviram para a produção do livro Cultura e Desenvolvimento em Época de Crise. Segundo o autor são ideias que já vinham sendo trabalhadas há algum tempo, com o sentido de maior abertura e diálogo com as ciências sociais, bem como um esforço de totalização da interpretação oferecida. O caráter ensaístico do artigo e sua feição dialógica, talvez tenham causado estranhamento aos seus críticos, Franklin de Oliveira e Betty Milan, não a Darcy Ribeiro, que afirma, no número de publicação da crítica do primeiro, ter gostado do texto. Parece-nos que Celso Furtado sabia da “audácia” que estava cometendo e dos “riscos” que corria, mas como depois demonstrou em sua réplica, a eles não se furtou, pelas exigências intelectuais e éticas que se impunha.

A impressão que temos ao ler a introdução de “7 Ensaios sobre a Cultura Brasileira” (todas citações subsequentes, neste item, serão deste texto que está em anexo) é que Celso Furtado está dialogando com seus pares, nada a estranhar se o texto tenha como objetivo uma palestra. No entanto aqui sentimos o autor “pensando alto”, elaborando os fatos sob o signo de suas “afinidades eletivas”. Mas temos aqui também, um diálogo do autor com sua obra, num exercício de pensamento que se pensa a si mesmo. À reflexão do presente, identificado pelo estigma da crise e da decadência societária que denota, mais profundamente uma crise de identidade, o autor responde com o movimento da *Fortuna*, que tanto dá o problema, quanto a solução, dependendo de quem percebe o movimento, interceptá-lo na fase ascendente. E esta percepção aguda e lúcida só tem quem está atento ao movimento da história, das experiências anteriores, como demonstra sua menção à Semana de Arte Moderna e a figura de Mario de Andrade.

O autor vê nesta conjuntura, ruptura com o quadro histórico que formou o Brasil, especialmente sua economia primário-exportadora. Um processo de mudança social, que encetado por dentro e por fora (solavanco políticos dos anos 20, crise de 29 e rupturas institucionais dos anos 30), fomentou a industrialização e a urbanização do país sob a batuta do Estado forte. Se compreendemos bem a mensagem, aqui fala o estruturalista que vê na mudança da estrutura social e econômica, o mote para o rompimento com o passado, impulsionado por uma industrialização vista como necessária e consequente.

No entanto, ainda que sob o lema de Goethe “Agir para pensar em vez de pensar para agir” em momentos de otimismo, o autor congrega o otimismo do pensamento, no sentido da superação, com a constatação dos percalços e impasses a que o Brasil chegou nas duas últimas décadas, justamente o período da ditadura militar. Aqui também percebemos uma certa desilusão com o tipo de industrialização que se implantou no país e sua consequente modernização dependente, que reforçou e internalizou os mecanismos de tutela e regulação que anteriormente se executavam a partir de fora.

Parece-nos que o autor faz um paralelo entre história e interpretação, talvez no próprio exercício analítico, ele constatasse os limites processuais e interpretativos

do modelo de desenvolvimento que se instalou no Brasil anteriormente ao golpe militar.

Este através do autoritarismo político reforçou o desenvolvimento mimético e promoveu o deslocamento da esfera política pela criação de uma tecnocracia na gestão do Estado e a promoção de uma ideologia geopolítica de potência regional. O mecanismo de sustentação econômica deste modelo levou a um endividamento externo brutal e ao comprometimento das contas públicas.

No entanto feitas as devidas leituras do processo em curso, diagnosticados os liames do seu revés político-econômico, era hora de, aproveitando as oportunidades históricas postas pelo esgotamento daquele modelo, fomentar as sinergias das forças sociais para a ação informada e consequente. Aqui se coloca a retomada do desenvolvimento pelo exercício consciente da vontade coletiva e a reconstrução das estruturais sociais pelo movimento político.

Novamente Celso Furtado adverte, após o estímulo à ação construtiva, que não se deve errar no “reducionismo economicista” anterior, causa possível do “mal desenvolvimento” que o Brasil experimentou, gerando uma imensa desigualdade social e uma brutal concentração de renda, o que nos levou ao impasse vivido naquele período.

Estaria aqui o resenhista dialogando com suas próprias convicções internas e os erros cometidos nas avaliações anteriores? A ideia do “mal desenvolvimento”, a decepção com os frutos da industrialização como implantada, o alerta para a não consideração de outros fatores, que influenciam a mudança social, seriam indícios das reflexões a que o autor se devotou, durante seu período de exílio e de vida acadêmica, que lhe permitiram, a partir de um ângulo interno ao seu pensamento e externo aos fatos correntes, ver melhor e diferentemente a recente história da sociedade brasileira?

Como ressaltamos anteriormente, este texto pode ser lido em camadas, mas nos interstícios há reflexões que não se colocam de todo, não ficam explícitas, é como se houvesse uma tensão analítica entre os pressupostos teóricos e os fatos históricos, que não corresponde objetivamente à interpretação ensaiada, senão por mediações ainda não completamente estabelecidas no plano da explicação. Esta

tensão será captada por Betty Milan em sua crítica, entretanto a resposta que a autora encontra, além de redutora não faz jus ao escopo analítico da obra de Celso Furtado, nem à sua posição política.

Em outras palavras, a crise do desequilíbrio da balança de pagamentos é consequência, em termos muito sintéticos, da internalização pelas elites, dos padrões de consumo imitativos, a que não correspondem, nem a produtividade do trabalho, nem o padrão de distribuição de renda que o país tinha, obviamente impactando duramente a relação entre o nível de poupança interna e os vultuosos planos de investimentos do Estado. Conforme o autor “*surge uma contrafacção de sociedade de massas em que se acomodam formas sofisticadas de consumo supérfluo com carências sociais*”. Desta maneira, as tensões estruturais vão se manifestando, sobretudo, na inflação e no endividamento externo.

Neste momento de sua exposição, o autor incorpora ao seu esquema explicativo, um elemento não exatamente novo, mas conforme ele mesmo mencionou, que não mereceu a devida atenção em avaliações anteriores e que agora assoma com especial relevância em função do momento político que se vivia no Brasil

A superação desse impasse, somente a criatividade política impulsada pela vontade coletiva poderá produzi-la. Ora, essa vontade coletiva terá de surgir de um reencontro das lideranças políticas com os valores permanentes de nossa cultura. É aqui que se insere a questão inicial: que somos? Uma reflexão sobre nossa própria identidade terá que ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento futuro se alimente da criatividade de nosso povo e contribua para a satisfação dos anseios mais legítimos deste. Devemos pensar em desenvolvimento a partir de uma visualização dos fins substantivos que desejamos alcançar e não da lógica dos meios que nos é imposta do exterior. A superação do impasse estrutural que está no fundo de nossa crise somente será lograda se o desenvolvimento futuro conduzir a uma crescente homogeneização de nossa sociedade e abrir espaço à realização das potencialidades de nossa cultura. (FURTADO, 1984, p.15)

E para cumprir este desiderato, Celso Furtado volta a mencionar metaforicamente a *Fortuna*, mas agora potencializada pela *Utopia*, e aqui aflora, segundo o autor, a tarefa mais profícua a que são destinados os intelectuais

(...)falar de desenvolvimento como reencontro como o gênio criativo de nossa cultura e como realização das potencialidades humanas pode parecer simples fuga na utopia. **Esta ação de vanguarda constitui uma das tarefas mais nobres a serem cumpridas pelos intelectuais nas épocas de crise.** Cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o

aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história, onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão. (FURTADO,1984, p.15)

Comentando então o convite que recebera de Jose Aparecido de Oliveira, secretário de cultura de Minas Gerais e presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura e de Darcy Ribeiro, secretário de cultura do Rio de Janeiro, “para sugerir alguns temas de discussão, para um confronto de ideias sobre as relações entre cultura e desenvolvimento”, assim o autor se expressa

(...) Meu ponto de vista é que esse debate deve ter como referência imediata a nossa história (...) inscrita num quadro que desborda amplamente de nossas fronteiras. **Sou de opinião que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento.** É porque a abordagem da problemática do desenvolvimento não se tem beneficiado de prévia reflexão sobre nossa cultura que nos contentamos com montagens conceptuais sem raízes em nossa história, nos diagnósticos da situação presente e em nossos ensaios prospectivos.” (FURTADO,1984, p.15)

Após a discussão da introdução do ensaio, vamos nos deter agora mais especificamente, em cada tese, porque como o próprio enunciado diz, são teses que trazem em seu bojo ideias e interpretações sobre elas.

A primeira tese discorre sobre o processo de mundialização da cultura europeia. Segundo o autor, ele será fruto de dois eventos complementares e sucedâneos, quais sejam, o Renascimento e “o avanço da fronteira geográfica”, através das grandes navegações. Na conjugação deles, amplia-se a base do processo de acumulação na Europa . Ressalta-se que o “foco de onde parte esse segundo vetor conducente à mundialização da cultura europeia é Portugal”.

A segunda tese aborda o projeto de expansão comercial português, do qual a cultura brasileira é um dos múltiplos frutos. O principal a reter neste ponto é a contribuição do avanço técnico dos recursos postos a serviço do projeto marítimo. Para o autor a concretização deste último deve-se à “aliança precoce entre a monarquia portuguesa e a burguesia de Lisboa”. No que tange à colonização do Brasil

(...) Essa articulação íntima entre o Estado e grupos mercantis estará igualmente presente na ocupação, na defesa, e na exploração das terras americanas em que se constituirá o Brasil. A isso cabe atribuir o sentido de continuidade que caracterizará a ação portuguesa, patente na permanente preocupação de preservar a integridade territorial, a despeito dos altos

custos incorridos na defesa de vastas áreas sem perspectivas de valia econômica. (FURTADO, 1984, p. 16)

Na terceira tese o autor analisa a contribuição das três matrizes culturais que vão formar a cultura brasileira. Mesmo em menor número, o peso da cultura portuguesa sobre as demais será notório, sobretudo porque estas mantiveram o contacto com suas origens, ou seja, a metrópole, além de exercer o domínio sobre as demais “(...) Enquanto os aborígenes e os africanos são isolados das matrizes culturais respectivas e privados de memória histórica, os portugueses tem acesso a um fluxo de valores vindos do exterior em permanente renovação.” (FURTADO,1984, p.16)

Na quarta tese Celso Furtado ressalta o papel do Estado e da igreja como artífices do processo de dominação, a arquitetura e a escultura seriam então, marcos deste jugo num embricamento entre elementos locais e forâneos. Assim sendo “(...) As estruturas de dominação social estavam constituídas pelos senhores de terras e pelos estamentos burocráticos civil, religioso e militar. Na ausência de uma classe mercantil poderosa, tudo dependia do Estado e da Igreja.” (FURTADO,1984, p.16)

Na quinta tese o resenhista ousa na interpretação e no estilo, centralizando a discussão no Barroco brasileiro como síntese social de um processo espaço-temporal que remonta ao período pré-renascentista

(...) o quadro histórico em que se forma o Brasil –articulação precoce do Estado com a burguesia em Portugal e total domínio da sociedade colonial pelo Estado e pela Igreja – congela o processo cultural no universo europeu pré-renascente. Daí que se possa dizer com razão ser o Aleijadinho o último grande gênio da Idade Média. Importa assinalar que, à semelhança da síntese medieval europeia, o barroco brasileiro era a expressão da sociedade como um todo. Sua mensagem atingia senhores e escravos. (FURTADO,1984, p.16)

À ousadia interpretativa corresponderá os tons mais tenazes das críticas feitas, tanto por Betty Milan quanto por Franklin de Oliveira, que mais a frente veremos com detalhes.

Na sexta tese o autor comenta a divisão internacional do trabalho que se seguiu à industrialização e que portanto, mudou o padrão de acumulação. Neste item ele expõe como a seu ver, esta mudança conseguiu isolar os dois vetores da expansão do sistema, isto é, o incremento da produtividade do trabalho e a diversificação do consumo. A teoria das vantagens comparativas estabelece seus

parâmetros neste processo, secundarizando os seus efeitos perversos para os países de base agrícola, ou por outra, subdesenvolvidos. Mas o que mais nos interessa aqui é a menção ao povo e não há como não lembrar de Euclides da Cunha n'Os Sertões, no trecho grafado por nós logo abaixo. Deste modo então, tendo o Brasil em tela

(...) Era o processo da modernização dependente, que outra coisa não é senão a utilização do excedente retido localmente para modelar os padrões de consumo de forma a facilitar o fluxo de importações e aprofundar a divisão internacional do trabalho. A modernização dependente fez que a ruptura da síntese barroca conduziu ao bovarismo e não a novo processo cultural criativo, à diferença do ocorrido na Europa com a passagem da visão do mundo medieval para o humanismo. O distanciamento entre elite e povo será o traço característico do quadro cultural produzido pela modernização dependente. (...) **O povo era reduzido a uma referência negativa, símbolo do atraso. Ignorado das elites esse povo segue seu curso próprio, reforçando sua autonomia criativa e diferenciando-se regionalmente.** O indianismo de um Carlos Gomes ou de um Alencar não é mais do que um rejeição do povo real. E a ironia sutil com que Machado observa este tem o sabor de uma escusa em face de um tema proibido. (FURTADO, 1984, p.17)

A sétima tese, em reforço ao analisado acima, é de especial relevância para uma das chaves analíticas, que a nosso ver, escapou à interpretação de Chico de Oliveira; ela começa assim

A descoberta, casual ou buscada, do país real pelas elites é certamente o traço mais saliente do processo cultural brasileiro no século atual. (...) Com a urbanização a presença do povo faz-se mais visível e sua criatividade cultural mais difícil de ser escamoteada.(...). (FURTADO, 1984, p.17)

Do povo Celso Furtado ressalta a formação da classe média no quadro da modernização dependente e seu correlato complexo posicionamento em relação às classes menos favorecidas e a elite. Do seu comportamento dúbio e flexível, decorre o difícil trânsito cultural na sociedade brasileira. No entanto reside aqui uma das questões em aberto na análise de Celso Furtado. Voltaremos a ele mais adiante quando expostas as críticas de seus comentadores. Para finalizar a exposição das teses o autor escreve

Em síntese, neste final do século XX, o processo cultural brasileiro se apresenta como a resultante de múltiplos fatores, cabendo assinalar por seu relevo a forte atuação da indústria da cultura como instrumento da modernização dependente, a incipiente autonomia criativa de uma classe média em que existem raízes populares ainda frescas e a força reativa de uma massa popular ameaçada de descaracterização cultural. **A classe média constitui-se no lócus privilegiado da criação cultural, interagindo entre a modernização dependente e a busca de uma identidade que somente pode vir das raízes populares.** A concentração da renda não é senão o verso da modernização dependente. Portanto, uma

nova síntese cultural, que recolha a força criativa do povo, pressupõe o aprofundamento do processo de democratização e a redução da heterogeneidade social. (FURTADO,1984, p.17)

Ao ponto final da resenha Celso Furtado intitula “Política Cultural” e o começa de forma sintomática, dando um tom mais pragmático a sua retórica, vislumbrando deste modo, a formulação de políticas públicas e a observância das características culturais das nossas expressões estéticas. Neste ponto da reflexão o autor ressalta a questão das técnicas e do avanço tecnológico, daí que “(...) E seria equivocado imaginar que as técnicas são neutras. Elas refletem o contexto cultural em que surgem(...)”. O que nos faz lembrar da preocupação que Milton Santos evidenciou em seus últimos trabalhos, acerca de como as técnicas são portadoras de impulsos globais que subvertem as culturais locais. Sua reflexão que entende o território como um sistema de objetos e um sistema de ações ajuda-nos a compreender a complexidade com a qual se reveste o espaço na contemporaneidade. Tendo em vista então que além de intelectuais, os promotores do Encontro desempenhavam funções de governo na área em tela, Furtado adverte que

Não me escapa que a preocupação dos promotores deste encontro vai mais longe do que um projeto de reflexão sobre a cultura brasileira, seu gênio e figura. **No centro da indagação que aqui nos reúne está a interação da cultura como sistema de valores com o processo de desenvolvimento das forças produtivas.** A interface entre a lógica dos fins, que rege a cultura, e a dos meios, razão instrumental inerente ao desenvolvimento da capacidade produtiva. (FURTADO,1984, p.17)

Não ignorava Celso Furtado e possivelmente os organizadores do evento as transformações que o capitalismo vinha impondo aos processos produtivos e à organização da vida social, desde meados dos anos 60. No bojo destas transformações, a cultura e os bens culturais passaram a desempenhar papel relevante na acumulação de capital. Não foram coincidências a organização, dois anos antes, da Conferência Mundial sobre Políticas Culturais no México e a celebração, pela ONU, da Década da Cultura e do Desenvolvimento entre 1988 e 1997. Celso Furtado participava à época da ONU como consultor para as políticas culturais e como tal, fez pareceres e ministrou palestras sobre o assunto em vários países.

Fazendo a ligação entre este último aspecto e a pergunta que intitula a sua reflexão, Celso Furtado aludindo à complexidade que o tema aporta aos que

pensam sobre ele, mas por outro lado lembrando do exercício analítico que o pode simplificar afirma

(...) que a questão central se cinge a saber se temos ou não possibilidades de preservar nossa identidade cultural, o que pressupõe haver respondido à questão que inicialmente formulei: que somos? **É dessa interrogação que se deve partir para formular uma política cultural, que outras coisas não é senão um estímulo organizado às formas de criatividade que enriquecem a vida dos membros da coletividade.** (FURTADO, 1984, p.19)

Na continuidade do texto, Celso Furtado aborda uma questão interessante e a nosso ver, relevante para os dias de hoje, que diz respeito ao acesso e ao consumo dos bens culturais por um lado e por outro, os instrumentos com os quais propor políticas públicas voltadas para o setor e aqui vemos, talvez, a concepção inicial dos princípios que posteriormente basearam a Lei de Incentivo à Cultura, tal como formulada por ele, quando ministro da Cultura. Pela importância assinalada, reproduzimos então, os dois parágrafos finais do seu artigo.

Um maior acesso a bens culturais também melhora a qualidade de vida dos membros da coletividade, mas se fomentado indiscriminadamente, pode frustrar formas de criatividade mutilando a cultura. A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. **Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social o objetivo central de uma política deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. Não se trata de monitorar a atividade criativa e sim de abrir espaço para que ela floresça.**

**Necessitamos de instrumentos para remover os obstáculos à atividade criativa, venham eles de instituições venerandas que se dizem guardiãs da herança cultural, de comerciantes travestidos de mecenas ou do poder burocrático.** Trata-se, em síntese, de defender a liberdade de criar, certamente a mais vigiada e coartada de todas as formas de liberdade. Portanto, uma verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que creem no gênio criativo de nossa cultura. (FURTADO, 1984, p.19)

## 4.2. Antítese: A disputa de sentido

Apresentados o trabalho e o seu contexto de realização, passemos agora às críticas formuladas por Franklin de Oliveira, jornalista e crítico literário, que compunha o conselho editorial da Revista do Brasil e Betty Milan, psicanalista e colunista do jornal A Folha de São Paulo. A crítica do primeiro saiu tanto na revista assinalada quanto na Revista Senhor (nº172, 04/07/1984, p. 43-45) e como julgamos que esta última tinha uma maior divulgação junto ao público não especializado e

portanto, maior divulgação, foi nela que Celso Furtado publicou sua réplica (nº175, 25/07/1984, p. 84-85). Já a crítica de Betty Milan foi publicada no jornal A Folha de São Paulo de 26/05/1984, onde também menciona a fonte de leitura do artigo de Celso Furtado, sem indicar a data.

A crítica de Franklin de Oliveira se reporta a três ordens de fenômenos mas que podemos compreender dentro de uma única questão: um pretense anacronismo perpetrado por Celso Furtado, fundamentado em uma abordagem teórico-metodológica equivocada, interpretação que o resenhista julga erro inaceitável e que compromete a fidelidade aos fatos, tais como ele os compreende. O resenhista não teria perdoado “intromissão na seara alheia”, como bem detectou Celso Furtado em sua réplica.

As interpretações equivocadas do resenhado dizem respeito à colonização portuguesa e a história do Brasil a partir da relação entre Estado e burguesia, à consistência do Barroco brasileiro e sua gênese histórica e por último, ao Renascimento como acontecimento histórico e estilo estético.

O autor começa situando o espaço da resenha de artigos publicados em revista e justifica, a seu ver, porque o faz: “a natureza do tema e a posição que o professor Celso Furtado ocupa na vida intelectual do país justificam a sua abordagem, ainda que a voo de pássaro”. (OLIVEIRA, 1984, p.131)

Ignorando a pergunta inicial do título – que somos – trata a introdução às teses como uma “súmula da evolução econômica brasileira”. A partir desta interpretação, acusa o resenhado de “estabelecer senão uma articulação monística, mecânica e mecanicista, entre a história de nossa evolução econômica e a história de nossa vida cultural” (OLIVEIRA, 1984, p.131). A crítica assim estabelecida tinha endereço certo: uma pretensa subordinação, que fazia Celso Furtado, da superestrutura pela infraestrutura econômica, ou em outros termos, a submissão da vida cultural e da produção intelectual às condições da produção da vida material.

Fazendo alusão ao historiador de arte Arnold Hauser, afirma que “Ensina o monismo causalista que determinada arte corresponde à sociedade em que foi produzida. Nesta linha, teremos então, que sociedades decadentes só podem inspirar artes decadentes” (OLIVEIRA, 1984, p.131). E segue citando exemplos de

artistas que fulguraram em sociedades que passavam por crises de monta, como Goya na Espanha.

No final do parágrafo, para corroborar a si mesmo, deduz: **“eis no que dá a sociologia da arte – e da cultura – quando seus cânones são mecanicistas: Ela as transforma em realidades subordinadas, além de despojá-las de sua complexidade mental”** (OLIVEIRA, 1984, p.131, grifos nossos). No mesmo diapasão passa para a história brasileira e fazendo menção à introdução onde Celso Furtado reflete sobre o nordeste açucareiro nos séculos XVI/XVII e as Minas Gerais no século XVIII, dentro da ideia de ciclo e decadência, de resto típica abordagem entre os economistas, já criticada por historiadores, como por exemplo, Ciro Flammarion Cardoso, condena aquilo que em sua opinião, seria a vinculação objetiva e imediata que Celso Furtado faz ao analisar a relação entre vida social e expressão estética.

Em seguida passa diretamente à crítica da quinta tese e nela se prolonga. Aqui se trata de discernir acerca da manifestação do Barroco brasileiro e o debate, assaz polêmico outrora, naquela época, ultrapassado, sobre a existência ou não no Brasil, de uma Idade Média. Aliás ponto igualmente mencionado por Betty Milan, mas enquanto aquele se detém nos aspectos históricos e estilísticos, esta se reporta à possível condição inconsciente do resenhado. O resenhista a compreende e lista uma série de manifestações artísticas, como somente um estilo estético e assim, depreendendo, leva sua narrativa para um viés, que supomos, não foi aquele designado por Celso Furtado. Mas como que enredado em sua própria lógica de exposição e pensamento, não está atento a este detalhe.

Novamente por reduzir os termos do debate e me perdoem os leitores, através de uma verborragia classificatória e personalística, ao critério estético-estilístico, o crítico se perde do fundamental e fica no “varejo” da exemplaridade, o que fragilizou sobre maneira sua interpretação, de resto pouco respeitosa para com o resenhado. Estivesse atento à sua própria advertência inicial, o cuidado com as resenhas de textos publicados em revistas e não faria prova de puro proselitismo, como bem percebido por Celso Furtado.

Exposto os senões de Franklin de Oliveira, vejamos agora as ponderações de Betty Milan. Às considerações desta última, devemos nos ater com mais cuidado,

porque ainda que aqui e ali, cometa alguns deslizes, para usar um termo seu, bastante escorregadios em suas conclusões, suas reflexões discutem efetivamente o que esta em questão, mesmo que o olhar, talvez demasiado informado pela psicanálise, acabe fechando, em vez de abrir a discussão, que pela amplitude que tem, deveria incorporar outros ângulos de análise em sua resenha. Talvez ao tentar fazer a “clínica dos intelectuais” por meio do texto de Celso Furtado, tenha incorrido na extrapolação do *ethos da intelligentsia brasileira*, diagnosticando onde não havia sintoma.

A autora abre seu texto da seguinte forma

Quem somos? A questão de Celso Furtado retoma a de Affonso Romano de Sant’Anna e a de Roberto Damatta, inscrevendo-se numa repetição sintomática. Se a questão não cessa de se colocar, é que a identidade não cessa de escapar à nossa intelligentsia, cuja sintoma é tentar agarrá-la. O que explica essa busca infrutífera? **A que se deve essa outra forma de pobreza ou tristeza?** (MILAN, 1984, s/p, grifos nossos.)

Aparentemente sob a influência de Lévi-Strauss (ou seria Paulo Prado?) e depois de se indagar se um “cidadão da Mangueira” duvida da “tradição” ou do “lugar a que pertence”, ou ainda “desconhece a sua cultura” ou “deixa de homenagear os seus valores”, afirma que esta dúvida acomete especialmente a intelligentsia e o texto de Celso Frutado pode nos ajudar a explicar o porquê. Ressalva teríamos nós na designação destes termos para ilustrar seu exemplo, pois denunciam exatamente o oposto daquilo que quer evidenciar por sua simples enunciação. Diante do exposto, suas reflexões nos levam a perguntar se a identidade, tal como parece expressar, é algo dado ou estático, que não admite oscilações ou dúvidas, que a relação do eu em si com o que o circunda, com o mundo constituído exteriormente a este eu, não admite “transbordamentos” ou reelaborações advindos desta mesma relação, que é sempre dinâmica, porque feita no tempo e em sociedade.

Após a enumeração rápida e sintética das 7 teses, a autora elabora aquilo que seria, segundo sua interpretação, a resposta à crise de identidade da intelectualidade brasileira

As teses são sobre a cultura brasileira. No entanto, em quatro das sete teses o autor só aborda a cultura portuguesa. **Na quinta, topamos com o barroco, para ler que Aleijadinho é um gênio medieval e descobrir, então, que não é daqui. Já que não tivemos Idade Média.** O texto furta-nos o artista que, sendo grande, não pode ser nosso e, neste mesmo ato,

valoriza o que não temos. **Já aqui começa a ficar clara a razão da crise de identidade. Se deixamos de reconhecer como nosso o que o é, recusamos o que somos pelo que não podemos ser (já que o outro não nos reconhece como idêntico a ele), ou seja, recusamos a diferença para desejar uma identidade impossível.** (MILAN, 1984, s/p, grifos nossos.)

A partir desta conclusão, a nosso ver apressada e limitadora, Milan deriva uma interpretação que é mais sua, do que propriamente evidenciada no texto furtadiano e ignora a intenção que este aludiu ao final de seu artigo. No seguimento da sua exposição, a autora afirma “apesar do desinteresse pelo que é hoje a cultura brasileira, pelo que a diferencia e lhe dá especificidade, (...)”. Ignoraria a resenhista o contexto social em que escrevia? Teria conhecimento dos objetivos a que se destinava o texto que tentava compreender? Ato contínuo à sua generalização e demonstração de desconhecimento daquilo sobre o qual escrevia, resvalava para uma afirmação, no mínimo, pouco cuidadosa para com a biografia de Celso Furtado, ao escrever que “o autor desliza inconscientemente para a xenofobia”, quando este alerta sobre os efeitos deletérios a que a incorporação de técnicas estrangeiras poderia acarretar ao processo criativo brasileiro. Mais uma vez, demonstra ignorar a obra do resenhado, já que 6 anos antes, em 1978, Celso Furtado publica no Brasil, na condição de exilado político, “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial”, livro onde justamente discute estas questões, a partir de sua atividade como professor da Sorbonne e integrante do Conselho Acadêmico da Universidade das Nações Unidas. A técnica e sua difusão é um dos eixos analíticos sobre os quais se constitui sua interpretação acerca do processo de desenvolvimento e sua outra face, o subdesenvolvimento, portanto um conceito que evidencia não só a razão instrumental que está por trás da inovação mas igualmente o contexto ideológico onde teve sua gênese.

Segundo seu raciocínio, que de partida e permeio, demonstrava a fatuidade e ligeireza de suas argumentações, “a política de Celso Furtado só indica saída para a cultura através da clausura”. Aqui não podemos nos indagar do suposto desconhecimento pela autora da resenha, por auto-evidente e de conhecimento público, da condição de ex-exilado político de Celso Furtado, por reconhecidamente defender a democracia e a liberdade no Brasil, inclusive textualmente no artigo objeto da crítica. Na continuidade da sua análise Milan conclui que “*a promessa dessa proposta é a de que este país, quase um continente, acabará por se*

*transformar numa ilha*” (MILAN, 1984, s/p.) . Saberá o que estaria evocando, de fundo mítico e histórico da cultura brasileira, quando evocou a metáfora geográfica para significar isolamento? Parece-nos que não.

No seguimento de seu discurso, a autora, indiretamente, desconfia de um “recalque lusitano” na escrita de Celso Furtado, porque entenderia este último, a tradição e a identidade como “*encerradas e enterradas*” no passado, além dela fazer menção à uma diferença ortográfica entre o português europeu e brasileiro acerca do sentido de progressão, isto é, evolucionar e evoluir.

A autora continua sua exatidão do texto de Celso Furtado, em apoio aos seus argumentos, afirmando que “a identidade se cria e se recria, se faz através de uma rememoração que implica repetir, mas necessariamente, diferenciar. Se essa possibilidade é negada,(...) a identidade é funesta”. (MILAN, 1984, s/p.)

Ora aqui Betty Milan acede aquilo a que “negou” a Celso Furtado e aos demais intelectuais, isto é, criar e recriar através da dúvida, da indagação, dos questionamentos aos pares e aos termos mesmos que definem esta identidade, de tensionar a tradição pelo novo, pelo evoluir para usar um termo furtadiano, da própria história coletiva e pessoal. Como tal a autora no mesmo texto se contradiz e fragiliza mais ainda, a argumentação que veio “mancando de sentido” para dobrar-se sobre si mesmo, quase ao término da sua resenha, quando cita Mario de Andrade, o mesmo Mario de Andrade que Celso Furtado alude no início de seu artigo, para propor o carnaval de Joãozinho Trinta e a Antropofagia como símbolos da cultura brasileira, tal como enunciada por ela. Para Betty Milan “o Carnaval, a nossa ópera de rua”, é o que há de mais brasileiro “(MILAN, 1984, s/p.). Se assim é, então o Andrade é outro, Oswald de Andrade, sob a batuta (para usar uma metáfora carnavalizada) de Mikhail Bakhtin. Mais adiante temos então a crítica sem peias e objetivamente endereçada

Se a cultura oficial não percebe isso, é porque vive de importar – as teorias da moda, os grandes mestres, os padrões afetivos e sexuais. Vive dos monopólios que cria: althesseriano, barthesiano, bergsoniano, deleuziano, foucaultiano, lacaniano, merleauPontiano, nietzschiano, reichiano, russelliano, sartriano. O mercado de monopólios é variado e abriga qualquer um que nele introduza um produto novo, defina o próprio território e nunca se atreva a opinar sobre o outro. A palavra de ordem é ‘ cada macaco no seu galho’, única forma que o respeito conhece, e a prática se organiza de modo a exigir a máxima especialização e eliminar toda crítica. (MILAN, 1984, s/p.)

Estaria a autora querendo dizer com este parágrafo que nossa *intelligentsia* não tinha autonomia de pensamento? Evocando o intenso debate das “Ideias fora do lugar” no caso tratado, além das ideias, seus autores estariam igualmente deslocados de lugar, porque fora da cultura que pretendiam compreender? Em apoio à sua opinião, manifestada acima, Milan nos diz que

**A política dessa cultura é a da segurança individual; e o seu resultado, o arcaísmo da produção: ideias já em desuso há dez ou vinte anos emplacando com força total aqui e denotando o descaso dos líderes de opinião pelo seu público.** Nesse contexto, é óbvio que só se pode dissociar cultura de identidade. Se o lugar que produz a identidade fosse reconhecido como produtor de cultura, seria necessário admitir interlocutores e rever o saber, condenando o autoritarismo.(...) (MILAN, 1984, s/p, grifos nossos)

Atentos estivessem ambos, Franklin de Oliveira e Betty Milan, ao conjunto da obra e ao momento em que veio a público o texto resenhado e o resultado de suas críticas fossem “bem mais conseguidos”, para usar uma expressão tipicamente portuguesa. Afeitos ao formato e a brevidade da hora a que se cinge o ensaio, deixaram-se levar pela interpretação rápida e extemporânea; nada mais enganador. Pois como nos alerta Theodor Adorno, Eduardo Lourenço, Octavio Paz, entre outros grandes ensaístas, a forma ensaio encerra uma complexidade e profundidade de interesse, a que só os leitores atentos percebem o vigor, o rigor e a tentativa de síntese que requer grande esforço analítico e, portanto, o risco de dizer muito em pouco espaço. Celso Furtado não se furtou a ele. Neste sentido então, lembramos as palavras iniciais de Darcy Ribeiro quanto a qualidade das críticas que tínhamos em nossas revistas.

### 3.3 Síntese: A Obra

Já no título de sua réplica “A Responsabilidade de um Intelectual. Uma resposta a Franklin de Oliveira”, Celso Furtado chama a atenção para o papel do intelectual no esclarecimento e no visionamento das soluções em momentos de crise.

Nos parágrafos seguintes, ele dá conta da composição do texto, aludindo a que talvez não tenha sido claro o suficiente, ao “misturar coisas heterogêneas”: relação entre crise e criatividade, um esboço de visão diacrônica da cultura brasileira

e a questão das políticas culturais no Brasil. Faz igualmente menção, com alguma ponta de ironia, à “intromissão em seara alheia”, ao comentar que

(...) Todos clamamos contra o excesso de especialização, mas nos armamos de desconfiança quando vemos alguém excursionar fora de sua especialidade. Dediquei muitos anos de minha vida a estudar o Brasil e estou convencido da insuficiência do que escrevi. **Muitas ideias que me vieram ao espírito nesses anos foram postas de lado, porque desbordavam do universo conceitual e metodológico com que trabalhava. Não se veja aí uma tentativa de explicação para o fato de que esteja agora avançando hipóteses sobre o que somos, resvalando para um ensaísmo que repugna nossa época de modelização.** (FURTADO, 1984, p. 84, grifos nossos )

Para firmar sua escrita, Furtado alude ao que comentamos anteriormente, quando fizemos relação com Chico de Oliveira e sua interpretação acerca do mesmo assunto; assim se expressa o autor

À guisa de comentar o meu pensamento, o Franklin de Oliveira apresenta teses de muitos autores que também podem ser refutadas. Mas não serei eu quem irá fazê-lo. **Refutar as ideias de um autor com as de outros é especialidade que me escapa. Tratarei tão-somente de fazer mais claro o meu próprio pensamento.** (FURTADO, 1984, p. 84, grifos nossos)

Aqui Celso Furtado se posiciona quanto à forma de apresentação do seu pensamento e a maneira como redige suas ideias. De alguma forma polêmica, o autor define sua autonomia intelectual, menos afeita talvez à rigidez acadêmica (lembramos que grande parte de sua produção foi realizada fora do circuito acadêmico, sendo somente integrada quando de seu exílio em Paris, ainda que em contacto com seus debates) e mais voltada, esta é nossa hipótese, a apresentação ensaísta, muito mais exposta nesta fase. Nos perguntamos se método e apresentação se transfiguraram para dar lugar a objetos que não se prestam a escrutínios sistemáticos e rígidos, como outrora em sua obra e seu campo de formulação mais próximo, isto é a economia. Daí a tensão com seus comentadores, que o captaram ainda sob a égide do anterior exercício analítico, quando ele ensaiava a saída dele, para uma abordagem mais próxima das ciências humanas. Daí que obras com a de Binswanger, a que apresentamos no início deste capítulo como outras do mesmo gênero, sejam tomadas de surpresa e não sem alguma polêmica. Mas se pensarmos no início da formalização do campo da economia, sobretudo como Economia Política, não estava muito longe deste diálogo, haja vista a proximidade com a Filosofia. É possível que o enquadramento positivista e a aproximação com as ciências exatas, sobretudo a matemática e estatística, através

da econometria, tenham contribuído fortemente para este afastamento. Uma das razões, segundo D. Rosa Furtado na introdução à publicação “Ensaio sobre Cultura e o Ministério da Cultura”, obra que reúne alguns textos do professor e de colaboradores sobre o assunto, para que Celso Furtado tenha retornado a este enfoque

(...) a saber, que o instrumental da economia era insuficiente para entender os problemas do Brasil e do mundo; e que o uso generalizado, e até abusivo, da matemática, e dos grandes modelos econométricos, deixara de lado outras variáveis importantes no entendimento dos problemas sociais, como se as ciências sociais fossem meras ciências naturais. (d’Aguiar Furtado, 2012, p.7)

Passando para o conteúdo do texto e mais do que isto, para como determinados conceitos operam em seu “constructo teórico”, o autor pondera sobre o Renascimento nos seguintes termos:

Creio que ficou pouco claro por que atribuo importância a uma reflexão sobre o Renascimento no estudo das origens de nossa cultura. Somos filhos dessa época de transição, interregno entre dois mundos ordenados: o da fé e o do conhecimento científico. **Nenhum conceito é mais representativo do Renascimento do que o de Fortuna, a incerteza que nos espreita por todos os lados. Ora, como já lembrara Virgílio, a Fortuna ajuda aos audaciosos....** (FURTADO, 1984, p. 84, grifos nossos)

Neste momento de sua explicação, o autor assume a releitura renascentista da cultura clássica e coloca que “o homem do Renascimento via no conhecimento mais a **compreensão** do que a **explicação** do mundo real, do qual se sabia parte”. (grifos nossos) Desta interpretação, Celso Furtado vai derivar, por um lado, um eixo de sua reflexão e atuação como intelectual, que é a ação informada para a intervenção no mundo e por outro, nossa hipótese de trabalho acerca de sua visão sobre a colonização do Brasil, de resto numa passagem que exigiu um esforço maior de análise, tanto em sua obra quanto do ponto de vista teórico, que é o sentido empreendedor, destemido e organizado, portanto moderno, da ação da coroa portuguesa no seu projeto de expansão marítima e comercial, da qual o capitalismo se serviu para agregar outras regiões do globo, à sua lógica de acumulação e produção.

(...) Mas existe outra imagem de tipo ideal humano, que se liga em geral ao Renascimento inglês e tem em Francisco Bacon sua expressão mais completa. É o homem que parte do conhecimento para organizar a ação e pela ação aprofundar sua visão de mundo. Ora, esse segundo arquétipo de homem do Renascimento tem seu mais lídimo representante no príncipe Dom Henrique, que de seu observatório em Sagres concebeu e executou o primeiro projeto de exploração em âmbito planetário. Nós somos frutos

dessa vertente de Renascimento e somente dela. A contra-reforma veio confirmar o que já éramos. Afirmei no meu texto que houve 'articulação precoce do estado com a burguesia **em Portugal**'. Essa é uma tese do historiador Antonio Sergio que me parece da maior importância para entender o projeto de expansão marítima português. Em um dos meus livros (*Criatividade e Dependência na Civilização Industrial*, Rio, 1978) cheguei mesmo a afirmar que daí surgirá a corporation dos holandeses e ingleses, instrumento principal da expansão desses povos. O Franklin de Oliveira, lendo demasiado rápido o meu texto, trocou **em Portugal** por **de Portugal**, transplantando o processo para o Brasil com ilações inconsequentes. (FURTADO, 1984, p. 84, grifos do autor).

Este trecho do texto é muito importante porque releva influências, derivações e marcações do processo analítico de Celso Furtado. Necessário se faz um corte mais profundo para considerá-lo em suas deliberações. Ao longo desta pesquisa, assim como já aludimos antes acerca de uma possível influência da filosofia alemã sobre o pensamento de Celso Furtado, por caminhos que ainda não estão totalmente claros para nós, outra percepção é aquela que nas leituras dos diversos trabalhos, intuíamos com uma interpretação positivada da coroa e do Estado português, por um lado, e por outro, da cultura portuguesa, pela rememoração e celebração do Barroco como arte de síntese brasileira.

Se assim fosse, poderíamos aproximar o pensamento de Celso Furtado ao debate entre Iberistas e americanistas, na avaliação da herança colonial portuguesa para a história do Brasil. No entanto esta aproximação requer todo cuidado porque ela não é extensiva, nem no tempo, nem no espaço, do Império Colonial Português. A chave para o entendimento do primeiro ponto é o Estado, tanto na organização deste último, como na consolidação territorial e política do Brasil independente.

Para o primeiro caso temos a referência a Antonio Sergio e sua interpretação acerca dos "Descobrimentos Portugueses". Antonio Sergio foi um intelectual da geração posterior a "Geração de 70" em Portugal, que ficou conhecida pelas Conferências do Cassino e figuras de proa da intelectualidade portuguesa como Antero de Quental, Eça de Queiroz, Oliveira Martins, Teófilo Braga, entre outros. Sob a influência de Proudhon buscavam pensar o país e a decadência em que ele mergulhou no século XIX, com a independência do Brasil. Buscavam atualizar a cultura, a política e a sociedade portuguesas, ainda imersas em um profundo mal estar civilizacional.

Sérgio, e essa foi a sua coragem e a sua glória, recusou-se a qualquer neutralidade, colaborante ou não, tanto sobre o plano da acção como do pensamento. A sua obra é uma obra de combate, herdeira do primeiro Antero e de algum Oliveira Martins. Aqui reside o segredo da sua influência, de algum modo mais eficaz que a de ambos – ao menos sob o plano ideológico – por mais coerente e sistemática. (...) De algum modo, o seu reino foi o do impossível que ele soube apresentar como o possível, por essa passagem quase fatal que liga o ser ao dever ser. Sérgio foi um utopista. (...) O nosso urgente dever continua sendo o de pensar com o máximo de clareza e na suposição de que se a razão não move o mundo deve movê-lo. (LOURENÇO in PINHO, 2007, p.1)

Antonio Sergio era aquele tipo de intelectual versado em história, geografia, filosofia, literatura, enfim de formação geral clássica e daí retirava a fonte de suas ideias, a que a noção de totalidade encimava como fundamental. Tinha uma visão diferente do triunfalismo heroico dos historiadores clássicos e primava por um racionalismo crítico e se colocava como missão “pensar Portugal”, por via de um discurso mais popular, afastando-se do discurso hermético e arcaizante da academia. Um homem, diríamos, muito próximo daquele tipo ideal identificado na cultura portuguesa por Celso Furtado, e que viu da crise dos anos 20, sair a ditadura salazarista em Portugal e com a qual, se bateu vigorosamente.

Na parte de I de sua tese de doutorado, onde Celso Furtado apresenta e discute suas fontes, ele assim se manifesta acerca de um dos pontos que vai fundamentar, em toda sua obra posterior, a interpretação sobre a empresa marítima portuguesa, bem como a relação entre Estado e burguesia neste projeto. Aqui temos, segundo uma das hipóteses, a constatação de que algumas das ideias-força de seus trabalhos posteriores, já estavam esboçadas em seu trabalho inicial

A ideia central discutida na primeira parte desta tese – a de que a burguesia comercial marítima portuguesa, precocemente desenvolvida, foi a força propulsora do movimento das Descobertas – apareceu como hipótese de trabalho, pela primeira vez, nas Considerações histórico-pedagógicas do ensaísta português Antonio Sergio, publicadas 1915. Inicialmente ignorada, depois vigorosamente combatida, finalmente com respeitáveis defensores, a ‘hipótese’ de Antonio Sergio foi nada mais que um movimento de oposição às teses ‘celto-poéticas’ dos historiadores românticos portugueses Oliveira Martins e Teófilo Braga.

As ideias de Antonio Sergio, depois seguidas pelo historiador Jaime Cortesão, foram reformuladas nesta tese. **Abandonando o método estritamente histórico – que é o dos autores citados – encaramos os mesmo problemas de um ponto de vista sociológico. Não nos limitados aos dizeres dos cronistas da época** (Antonio Sergio induziu sua ‘hipótese’ da análise de um trecho do cronista Zurara); **procuramos reconstituir a marcha geral dos acontecimentos e captar-lhes o sentido.** (grifos e sublinhados nossos)

O objetivo da primeira parte da tese é extrair o traço-de-união que existe entre o movimento de emancipação nacional português, as grandes expedições marítimas e a forma que apresentou a colonização do Brasil. No método adotado e na tentativa de aproximação de todos esses movimentos históricos está a possível contribuição do presente trabalho. (FURTADO, 2001, p. 14 e 15)

Diante do exposto, seguindo os passos do mestre, poderíamos ousar dizer que segundo nossa interpretação, Celso Furtado estaria mais próximo dos Iberistas do que dos Americanistas, no entendimento positivado de certos aspectos da herança cultural portuguesa, para a formação social brasileira.

Por outro lado temos o papel que a monarquia representou na preservação da integridade territorial brasileira, acrescentaríamos nós, sobretudo o papel do poder moderador (aliás assunto de não somenos importância para a ciência política brasileira, tendo esta discussão chegado até a constituinte de 88, com a ponderação de sua viabilidade na política nacional). Este debate incorpora um outro eixo de interpretação furtadiano (1984), aludido inclusive por Chico de Oliveira (A Navegação Venturosa) como ímpar dentro da tradição do pensamento social brasileiro e que tem a ver com o Federalismo brasileiro. Aqui o autor faz referência, em sua obra, sobre as tensões entre as forças centralizadoras e descentralizadoras após a independência. Neste ponto podemos acrescentar outra intuição acerca do pensamento de Celso Furtado: é justamente a partir do Federalismo que o autor incorpora a dimensão espacial em seu corpo analítico. É por força deste aspecto essencial da formação social brasileira, que Celso Furtado introduz a dimensão espacial e ecológica para analisar o território nacional, como bem demonstram suas análises sobre o Nordeste. As suas características urbanas ficaram mais relacionadas ao processo de modernização conservador levado a cabo através da industrialização, assim como suas características rurais ao processo de colonização e ocupação territorial ao longo da história brasileira.

(...) E não se deve perder de vista que o Estado nacional enfrentou grandes dificuldades para organizar-se e alcançar alguma eficácia. **Só a continuidade do sistema monárquico com sua simbologia encarnada na pessoas do imperador explica a preservação da unidade nacional.** Na primeira metade do século houve revoltas aberta ou veladamente separatistas em nove províncias, inclusive as mais povoadas. Se se tem em conta a pacacidade dos recursos de que dispunha o governo central e seu crônico endividamento externo, percebe-se a magnetude do esforço político realizado. (...). (FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.146, grifos nossos)

Por último, mas não menos importante será o contexto de sua afirmação de que “Aleijadinho seria o último grande gênio da Idade Média”. Reconhecendo que ele a tomou de uma referência e não a declarando, assume-a como afirmação. Em seus argumentos, o autor se reporta muito mais ao que poderia ser interpretado como o “ambiente cultural, os valores e crenças” que a obra de Aleijadinho incorpora, do que a uma filiação histórica ou estilística “*tout court*”, ao que ele nomeia como “espírito” da Idade Média.

Neste ponto retomamos então uma crítica de ambos os comentadores acerca da existência ou não, no Brasil, de uma “Idade Média” ou seu corolário, o “feudalismo”. Foi necessário voltarmos à sua tese, para esclarecermos, desde o início, como operava esta questão em sua construção explicativa. No segundo capítulo da primeira parte (Antecedentes Portugueses da Colonização do Brasil) de sua tese, intitulado “Os Fundamentos Sociais da Expansão Portuguesa”, o autor elabora sua interpretação acerca destas questões; mas antes, mesmo no primeiro capítulo já mencionado o autor coloca que

Uma das ideias dominantes deste trabalho – a inexistência de feudalismo no Brasil – está indicada na História econômica do Brasil, de Roberto Simonsen, São Paulo, 1937. De posse desta indicação, procuramos desenvolver um corpo de ideias coerentes com a moderna definição econômica das instituições feudais e fiel à realidade social e econômica do Brasil Colônia. A ideia, também dominante no presente trabalho, de que a monocultura, fundamento da organização econômica colonial brasileira, era um imperativo do meio tropical encontra-se desenvolvida na obra de Caio Prado Jr., Formação do Brasil contemporâneo (Colônia). (FURTADO: 2001, p.19)

Contrariamente ao que seus críticos propõem, não só Celso Furtado incorpora a indicação de Simonsen para o Brasil, da ausência de feudalismo no país, como igualmente vai fazê-lo para Portugal, isto é, segunda sua interpretação dos fatos e baseado em Henri Pirenne, Alexandre Herculano, Gilberto Freyre, Nelson Werneck Sodré, entre outros, o autor vai afirmar que

Em Portugal o problema se apresenta de maneira diversa. Desde logo, o feudalismo não chegou a tomar formas definitivas. Não houve aquele isolamento cultural a que antes nos referimos. Pelo contrário, a península representou um dos poucos pontos de ligação com o mundo mulçumano durante toda a Idade Média. À necessidade de combater aos maometanos Pirenne atribui mesmo um papel importante no processo de transformação da ordem feudal de todo continente. Há ainda a considerar, no campo social, a permanência nas terras libertadas pelos cristãos de uma população, livre ou escrava, de elementos mestiços de mouro, com grande experiência nas atividades artesanais e mercantis. Esses elementos

procurariam naturalmente se fixar nas cidades e constituir núcleos de vida independentes dos domínios senhoriais. (FURTADO,2001, p. 26)

Aludindo em continuidade à sua argumentação, sobre a precocidade da formação do Estado nacional e da burguesia portuguesas e da conjugação desses atores na empresa de expansão marítima e comercial, o autor escreve

A história portuguesa apresenta assim essa peculiaridade da ascensão completa e definitiva da burguesia em pleno século XIII. Sob este aspecto, Portugal está dentro do mesmo quadro histórico das repúblicas italianas. A revolução política que leva à constituição do Estado nacional português é a mesma revolução econômico-social que implantará a supremacia definitiva da classe burguesa, isto é, dos núcleos urbanos. (FURTADO,2001, p.27)

Associando ao desenvolvimento das classes sociais em Portugal, à consolidação do território nacional e sua independência política e o caráter moderno da coroa portuguesa (dinastia de Avis, denominada “Ínclita Geração” por Camões) a feição que tomou o Estado português, o autor pondera então que

A colonização da América tropical obedece, como veremos adiante, a esse mesmo espírito que marcou a independência portuguesa e levou às empresas expansionistas. Os males da colonização e da decadência portuguesa que se processará implacavelmente desde inícios do século XVI serão igualmente resultantes de contradições inerentes ao sistema que levaria à grandeza de Portugal.(...). (FURTADO,2001, p. 36)

E concluindo o capítulo, Celso Furtado assevera que “A análise da economia colonial é tão importante para a compreensão da atual sociedade brasileira quanto a da formação histórica de Portugal para compreender-se a razão de ser das grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização.” (FURTADO, 2001, p 39). Embora o autor não tenha feito esta relação direta, acrescentamos nós, que efetivamente este caminho analítico é pouco feito, infelizmente, para tratar da história do Brasil. Muitos não tomam este cuidado necessário, o que gera trabalhos superficiais e pouco fundamentados na sua interpretação. A crítica corriqueira geralmente tem este lastro.

A título de ilustração do que vimos asseverando como hipóteses acerca da obra de Celso Furtado, vamos rapidamente fazer menção à parte final deste capítulo, intitulada Apêndice, o autor faz uma revisão geral das ideias expostas anteriormente. É interessante ver a sua divisão em “fatores geográficos, históricos e psicológicos”. Aqui o autor contrapõe, reforçando seus argumentos, algumas interpretações à época aceitas, sobre o que vinha de considerar, como por exemplo a “continentalidade ou maritimidade” do apego da sociedade que ali se forjou e neste

sentido o élan à fixação ou evasão do território, qual elemento definiu o “caráter português”, se o homem branco e católico das cruzadas ou o mestiço resultante da reconquista. Vamos nos deter mais especificamente a uma questão que vai se desdobrar lá na frente, quando da interpretação acerca do Barroco e do povo brasileiro. Aqui vemos a influência de Gilberto Freyre de uma maneira bastante interessante

A idealização de um tal conjunto de qualidades entre os portugueses dos fins da Idade Média foi grata aos escritores românticos. de uma maneira geral, essas qualidades caracterizaram o castelhano da Reconquista pertencente ao núcleo de resistência ao invasor. **O português, cosmopolita por formação histórica, amaciado pelos contatos de culturas, tolerante por tradição com os mouros e judeus, portador de uma cristianismo sem arestas, voltado desde cedo para o comércio** – em nada corresponde àquele retrato à El Greco tão ao gosto de historiadores do último século. Tanto o espírito guerreiro quanto as crenças religiosas ‘passionément professées’, levaram-nos para Portugal os cruzados que vieram a dirigir a Reconquista. Esses elementos não participaram da experiência de intercuro cultural que tinha vivido a massa moçarabe que constituiu o lastro da população do Reino. No entanto, como observamos, foi essa massa que decidiu o destino histórico do país. (FURTADO, 2001, p. 45 e 46, grifos nossos)

No passo seguinte Celso Furtado de maneira cabal, finalizando a análise das críticas ao autor dirigidas, esclarece sua posição quanto ao entendimento de que sua escrita coloca a produção intelectual como “simple reflexo inerte da infraestrutura econômica”. Como tal ele afirma “Não aceito a dicotomia entre o ‘econômico’ e o ‘não-econômico’ nos processos macrosociais, e menos ainda o conceito de ‘infra-estrutura econômica’, herança do século 19 que conduziu tanta gente que sabe de economia a dar ‘explicações econômicas’ da história”.

E se reportando à questão da crise, escreve

**Falei de crise num sentido amplo, como hoje se fala de uma crise de civilização, que afeta em graus diversos todas as culturas contemporâneas.** O que me preocupa no Brasil é menos a dimensão econômica da crise e mais a social. (...) E chamei a atenção para o fato de que períodos de crise foram, muitas vezes, fases de grande criatividade artística na vida de certos povos. **Mas, acrescentei, para que essa força criativa seja canalizada no sentido da superação da crise é necessário que se gere uma vontade coletiva sob a forma de um projeto político.** (FURTADO, 1984, p.85, grifos nossos)

#### 4.4 Fortuna crítica: Desenvolvimento como Cultura

Queria inicialmente ser romancista, ficcionista. **A minha grande leitura até hoje é literária. A descoberta que faço do homem é através da literatura, nunca pela ciência. As ciências sociais são métodos de reduzir, e o homem só capta totalmente.** E é preciso inventá-lo. Tudo que é global depende muito da imaginação. É como a visão da história, que é uma criação do homem, razão pela qual cada geração tem uma visão distinta dela. Quando penso uma realidade, penso primeiro pela imaginação, depois pela análise. Quando algo está muito explicado perde para mim o interesse, já está superado. A história é como uma obra de arte que o homem inventa, cria, evidentemente, com muitos elementos da realidade. Mas a lógica chega finalmente a ter unidade, sentido, através da própria invenção humana. E isso quem faz, admiravelmente, são os romancistas. **Depois de passar pela história percebi que para aprofundar tudo precisava das ciências sociais, mas sem perder o gosto pela imaginação,** que é o que acontece com quem faz ciência é o rigor do método, a necessidade de se submeter a provas de erros para, finalmente, formalizar a realidade, colocá-la numa linguagem matemática, o que vai empobrecê-la totalmente.

(...)

**(...) Meu método sempre foi este, globalizar pela imaginação.**  
(FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.197, grifos nossos)

Para finalizarmos este capítulo, faz-se necessário discutir o que, a nosso ver, seria a definição de cultura para Celso Furtado, ou na ausência de tal definição clara e objetiva, quais seriam os termos pelos quais o autor baliza esta questão, que em última instância, é o objeto deste trabalho.

Neste momento é importante assinalar que nós não partimos com nenhuma definição a priori, muito embora tenhamos claro o contexto desta discussão, de modo aproximativo, no meio acadêmico, artístico, político e social. Como uma temática interdisciplinar ela abarca tanto antropólogos, sociólogos, historiadores, geógrafos, filósofos, quanto artistas, políticos e intelectuais. O sentido foi mesmo deixá-lo em aberto, para melhor perceber sua construção no exercício analítico do autor. Mas antes de chegarmos a esta discussão, é preciso estabelecer algumas pontes que nos levam até ela. Estas mediações foram se mostrando em leituras de suas obras e seus comentadores, não de forma clara e acabada, mas em constante relação com seu universo explicativo, nem sempre de fácil apreensão e de forma transdisciplinar, já que é construído por meio de várias contribuições teóricas, como tentaremos demonstrar.

Se anteriormente já mencionamos o fato de que para entender a relação entre a história de Portugal e a história do Brasil é necessário compreender o papel e a configuração do Estado português, para tentarmos perceber como concebe Celso Furtado o processo cultural, a noção chave é a ideia de povo. Não todavia de forma isolada e abstrata, mas povo entendido no seu devir histórico, na construção cotidiana de sua reprodução social (Lefebvre:1971 e Ribeiro: 2012). A sua apreensão parte de uma visão filosófica, humanista a qual se juntam outros fatores, como por exemplo, a lógica weberiana entre os fins e os meios, a técnica como vetor de exteriorização subordinada (Milton Santos), a criatividade como ato de liberdade ou mimetismo cultural e a própria configuração deste povo em classes e grupos sociais (Gilberto Freyre: Euclides da Cunha: e Darcy Ribeiro:), com interesses e dinâmicas distintos. Considerando estes aspectos, assim se expressa o autor

**(...) Por isso eu afirmava em trabalhos anteriores que quem reflete sobre o desenvolvimento acaba enveredando por uma teoria geral do ser humano, pelo que chamo de antropologia filosófica. No Brasil o debate sobre as opções do desenvolvimento demanda uma reflexão prévia sobre a nossa cultura, que ponha em relação a lógica dos fins, que a rege, e a dos meios, razão instrumental inerente à acumulação.** Como preservar o gênio criativo de nossa cultura diante da assimilação de técnicas que, se aumentam nossa eficácia, não deixam de ser vetores de valores que mutilam nossa identidade cultural? Uma visão de conjunto do processo cultural brasileiro deste fim de século revela, no primeiro plano, o papel crescente da indústria cultural transnacional como instrumento da modernização dependente. No segundo plano, distingue-se uma certa autonomia de criação numa classe média assediada pelos valores dessa indústria, mas que conserva uma face voltada para a massa popular. No terceiro plano, e abarcando todo horizonte, se perfila enfim essa massa popular cada vez mais ameaçada de perder seu caráter cultural específico. A emergência de uma consciência crítica em certos segmentos da classe média está favorecendo a percepção de valores especificamente populares, e permite criar zonas de resistência ao processo de deformação cultural. **Uma nova síntese cultural brasileira não seria capaz de se cristalizar sem o fortalecimento dessa consciência crítica.** (d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.185, grifos nossos)

Em seu discurso de posse no Ministério da Cultura, em 1986, Celso Furtado ensaia uma definição de cultura; simples, que serviria segundo o autor, para ponto de partida ao diálogo: “Cultura para mim, é a dimensão qualitativa de tudo que cria o homem. (...) O homem, com seu gênio criativo, dá significado às coisas, e são essas coisas impregnadas de significação que constituem a nossa cultura.” (FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, .51)

Mais adiante, em sua fala, o autor toca na dimensão fundamental para apreender este ato criativo no seu lugar, por excelência, de surgimento: “(...)

Portanto, eu diria que a preocupação com o cotidiano, ou a dimensão cotidiana da cultura, contém grande parte da resposta à pergunta que formulei: o que é cultura?”. (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, .52)

Por que segundo sua interpretação

(...) Objetos ligados à prática da vida trazem sempre algum traço de mensagem estética, da mesma forma que na representação do cotidiano se entrelaçam o funcional e o espiritual. Isso apenas confirma o que para nós é evidente: em tudo que cria, o nosso povo introduz uma mensagem estética. A arte não se dissociou da prática, não emergiu como cultura de salão. Ela continua ligada ao cotidiano da vida. (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p.94)

E analisando a relação entre passado e futuro, no que tange à nossa herança cultural, notadamente os ciclos da cana de açúcar e da mineração, e aos desafios impostos pelo avanço tecnológico na atualidade, relação que como já vimos, não isenta de polêmicas, permanece no entendimento do autor como constante de nossa afirmação cultural, segundo ele

**Nós, brasileiros, podemos afirmar que nossa identidade cultural nasceu inicialmente no plano cultural. Pois se é verdade que, entre nós, o Estado antecedeu à nação, mais razão existe para afirmar que a Cultura antecipou-se à existência do Estado.** Já no século XVII apresenta-se entre nós o embrião de uma personalidade cultural. Pensemos na força que apresenta nossa criatividade cultural no século XVIII, quando éramos uma simples constelação de feitorias. (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p..53)

Mas voltando um pouco nesta narrativa, iremos à própria história de vida do autor e perceber, como a nosso juízo, ela o influenciou particularmente naquilo que denominamos de “excesso de geografia”, perfazendo na obra do autor, a ligação estreita entre prática e teoria, na sua compreensão acerca da cultura como expressão de um cotidiano, onde o vivido se erige em saber pela experiência, acumulado. Não à toa esta citação é extraída de um texto que ele nomeou “Revisitando Euclides da Cunha”, fruto de uma palestra na Academia Brasileira de Letras

Mas, antes de entrar diretamente na matéria que nos ocupa, gostaria de dar um testemunho pessoal: sou originário da região do Brasil em que a chamada Guerra de Canudos repercutiu mais profundamente. Durante minha infância, no alto sertão da Paraíba, presenciei grandes romarias de sertanejos que se deslocavam para Juazeiro do Padre Cícero. Este, um rebelde em conflito com as autoridades civis e religiosas, desencadeou entre a população sertaneja uma onda de fanatismo similar à que suscitara Antonio Conselheiro. Meu imaginário infantil estava povoado de história de milagres. Um primo meu próximo praticou um crime de morte e, para evitar ser preso, refugiou-se no cangaço. Ele nos visitava ocasionalmente, e me

contava histórias fantásticas de milagres praticados pelo Padre Cícero. Outro parente, meu tio-avô, que como recruta participara da Guerra de Canudos, contava-me as prodigiosas peripécias que vivera durante essa campanha militar. Nesse mundo, o único certo era a insegurança, e a ele se contrapunham as ideias de progresso e civilização que me seriam inculcadas na escola primária. ((FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.155 e 156)

Ocorre que se para entendermos a noção de cultura em Celso Furtado devemos incorporar a ideia de povo, para entender esta última como povo brasileiro, não há como não fazer referência à Euclides da Cunha, que para o autor tinha a mesma importância em nossa cultura, “(...) papel fundador, comparável ao de Cervantes na cultura espanhola ou ao Goethe na cultura alemã. Trata-se de uma influência difícil de circunscrever, que assume formas por vezes contraditórias.” (FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.156 e 157)

Celso Furtado vê em Euclides da Cunha e sua obra máxima, *Os Sertões* a epopeia, em negativo (dialética negativa) da formação cultural brasileira. Nesta obra teríamos o alfa e o ômega das “esperanças acumuladas”, da raiz ao fruto, do germe à obra final do gênio criativo, tanto do autor, como do retratado, no caso, o povo brasileiro. O sertanejo seria a expressão por excelência, desta amálgama entre virtude e destino, possibilidade e realização; originário de misturas, de histórias, tempos e lugares distintos, conteria em si a virtualidade, o devir a ser, enfim do gentio a gente a que todo povo aspira, chegar à sociedade e no ápice, à civilização como antevia Darcy Ribeiro.

Estava dado o passo definitivo para captar a originalidade do processo de formação de nossa cultura. Euclides chega a encarar como algo positivo o abandono a que o mundo litorâneo, que para ele seria inautêntico, condena o mundo sertanejo, matriz de nossa cultura. Sua intuição aponta na direção certa quando afirma: ‘A nossa evolução biológica reclama a garantia de nossa evolução social’. É no plano dos valores sociais que se dá o embate decisivo.

Portanto, se cem anos depois a obra de Euclides permanece tão importante, é por sua profunda atualidade. Ela nos ajuda a reconhecer que o Brasil é um país em construção. Assim, os problemas que hoje nos angustiam – a fome, o analfabetismo, o latifundismo – são substrato da realidade por ele descrita. Em nosso país há uma imensa população amorfa, de raízes culturais múltiplas, sendo caldeada e ascendendo progressivamente à cidadania. O mitológico sertanejo euclidiano deve ser visto, pois, como a prefiguração do cidadão consciente que hoje se afirma. (FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p. 159)

Ainda no mesmo diapasão, em um outro texto, este sobre o livro de Darcy Ribeiro “O povo brasileiro”, Celso Furtado vai encontrar continuidade no seu esquema explicativo. Assim a partir do princípio de “transfiguração étnica”, segundo o qual os povos se formam

Darcy parte do princípio de ‘transfiguração étnica’, processo por meio do qual os povos se formam. Identifica, no caso brasileiro, cinco áreas culturais que surgem autônomas, mas apresentam similitudes fundamentais derivadas do sistema escravista que constitui a matriz de todas. Sendo assim, se compreendemos a lógica da organização societária da zona de mais antigo povoamento – o que o autor chama de ‘Brasil crioulo’ – ,temos a chave para reconstituir o desenvolvimento das demais.

A cultura crioula se expressa nos costumes e na conduta decorrente dos imperativos da economia de monocultura do açúcar. Tem raízes nas matrizes culturais indígena, africana e europeia, mas se contrapõe como um estilo de vida novo. Cada agente permanece rigidamente sem seu plano de vida e olhará para o mundo a partir de transfigurações geradas pela cultura nova. Trata-se de estrutura socioeconômica distinta da feudal, se bem que arcaica e pré-capitalista. Trata-se, portanto, de um colonialismo escravista que regerá a criação de uma nova sociedade. (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p.143 e 144)

No passo seguinte, fazendo menção de uma conclusão de Darcy Ribeiro sobre a rigidez estrutural da sociedade brasileira, tendo em vista a comparação entre a agricultura tradicional europeia e a economia do açúcar, entre produção para consumo próprio e outra para exportação, o autor nos faz lembrar da tese, hoje clássica, de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre os homens livres na ordem escravocrata (1964), que deu tratamento diferente àquele advindo dos teóricos do subdesenvolvimento. Este debate gerou grande discussão entre estes últimos e o grupo de Florestan Fernandes na USP (Arantes,1992)

Darcy conclui dessa análise que aí está a origem da rigidez estrutural da sociedade brasileira, que se mostrou incapaz de engendrar grupos sociais habilitados para promover sua automudança. O homem livre, branco ou preto, liberado, formado nesse tipo de sociedade, é quase tão servil diante do senhor ou feitor quanto o antigo escravo. As revoltas contra essa ordem de coisas, como as Cabanadas e as Balaiadas, não chegam a produzir uma visão utópica de um futuro possível, reduzindo-se a meros atos de desespero. (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p.145)

Atentos então a estas singulares de nosso processo social, devemos incorporar outros três elementos fundamentais do sistema explicativo furtadiano: a identidade cultural, a criatividade e a técnica, consideradas tanto isoladamente, quanto imbricadas no processo cultural, cuja tensão dinâmica ganhou maior complexidade com o avanço das novas tecnologias e da indústria cultural ao longo do século XX.

Quando lemos a interpretação que dá Celso Furtado à função da técnica no mundo moderno, logo nos vem à memória os trabalhos de Milton Santos acerca da mesma questão, neste último relacionada sobretudo ao território, quando compreende o espaço como um sistema de objetos e um sistema de ações, formulação última e “acabada” de sua trajetória intelectual. A compreensão é muito próxima, porque vista como compondo um sistema inteligível de mudança societária. Ambos afirmam que a técnica é meio portador de conhecimento e ação, o que pode inibir profundamente a manifestação autônoma e inventiva de modos de vida que se contrapõem aos vetores da globalização. E a ideia de sistema vai nos remeter ao próprio método, quando Celso Furtado entende a cultura como um sistema de valores, assim

Mas o que nos preocupa diretamente é o enfoque cultural. A cultura tem que ser observada a um só tempo como um processo cumulativo e como um sistema. É algo que goza de coerência e que não se explica em sua totalidade pelo significado isolado de suas partes em razão dos efeitos de sinergia.” (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p.110)

E reconhecendo que o campo da cultura tem particularidades de abordagem, tanto em seus aspectos ontológicos quanto epistemológicos, que o afastam de procedimentos metodológicos mais racionalizantes, onde a busca da regularidade é a tônica, o autor pondera que

A visão da realidade com que trabalhamos nas ciências sociais é necessariamente fragmentária, pois se baseia no método analítico. Conhecemos todos o formidável alcance operacional deste método, mas não nos escapam suas limitações para captar fenômenos dinâmicos e, mais ainda, os processos criativos, particularmente os culturais, que são os de maior complexidade. O que sabemos da sociedade francesa do século XIX devemos-lo mais a Balzac e Proust do que a Le Play e Durkheim. Da mesma forma, foram os romancistas do Nordeste que, no correr deste século, permitiram que essa região alcançasse a transparência cultural que a singulariza no Brasil. (FURTADO in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p.120)

Neste interessante texto onde o autor analisa a obra e a contribuição de Jorge Amado para a cultura brasileira, Celso Furtado contrapõe, daí o interesse para nós, os métodos de trabalho entre os cientistas sociais e os escritores, concluindo que estes últimos conseguem captar mais profundamente a humanidade em cada de nós e portanto a realidade como ela se mostra, do que nos modelos abstratos com os quais os primeiros elaboram sua interpretação. Assim temos que

O cientista social observa fenômenos, processos, relações, tudo isso conceitualizado, portanto num nível elevado de abstração. Esse conhecimento deve ser expressado em linguagem que permita articulá-lo a um quadro teórico mais geral, ao qual se incorpora. À medida que avançamos nesse esforço de teorização, afastamo-nos da realidade propriamente dita, que substituímos por construções conceituais suscetíveis de ser enquadradas em modelos, o que aumenta consideravelmente nossa capacidade de elaboração mental. (FURTADO in d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.120)

Já em relação aos escritores, o quadro se modifica, a tessitura é outra, a aproximação aos fatos tem outro caminho, neste sentido “(...), Ora o verdadeiramente difícil de compreender são os seres humanos dotados de unicidade, não os indivíduos intercambiáveis que compõem os agregados com que trabalhamos nas ciências sociais”. (FURTADO IN d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.120)

*Assim sendo* “(...) A leitura de autênticas obras literárias somente é comparável, pela experiência que nos proporciona, ao estudo das grandes obras filosóficas, pois contribuem umas e outras para enriquecer o conhecimento que temos do homem como força transformadora do mundo”. (FURTADO IN d'AGUIAR FURTADO, 2012, p.121)

Voltemo-nos agora para demonstrar como a criatividade é interpretada por Celso Furtado e como ela interage com os demais elementos de seu sistema explicativo. Para o autor

Criatividade é todo ato que se traduz em enriquecimento de nosso sistema de valores, seja desdobrando suas virtualidades, seja introduzindo rupturas que nele abrem novos horizontes. A criatividade existe sempre em estado virtual, mesmo se submetida aos constrangimentos impostos pela escassez dos meios materiais ou, mais frequentemente, pelas estruturas de poder que aviltam o ser humano. Não basta eliminar estas últimas. É preciso também que a ação dos poderes públicos reforce as correntes autenticamente renovadoras.(...). (d'AGUIAR FURTADO, 2012, p. 185)

E a medida de sua importância, para o que aqui nos interessa, deve-se a que

O processo de mudança social que chamamos de desenvolvimento só se apreende cabalmente quando o relacionamos com a ideia de criatividade. Desenvolvimento é a utilização de um excedente, o qual abre horizontes de opções, vale dizer, um excedente adicional cria desafio à inventividade. (Furtado in d'Aguiar Furtado, 2012, p.43)

Neste sentido percebemos que a interpretação que o autor faz da noção de criatividade não se cinge à manifestação individual, mas se reporta ao conjunto social de tal forma que exerce um poder de transformação nas bases em que a sociedade se reproduz. E por ser potência pode e geralmente é, mobilizado para interesses pessoais e particulares, como bem demonstra a história do capitalismo

À medida que a lógica da acumulação vai se impondo, as atividades ligadas aos fins da ação humana vão se subordinando à lógica dos meios. O espaço dentro do qual se exerce a criatividade é delimitado pela racionalidade instrumental. Precisamente nesse espaço se formou e se desenvolveu em dois séculos a civilização industrial. (Furtado in d'Aguiar Furtado, 2012, p.46)

Por isto mesmo Celso Furtado não perde de vista a importância da Política (Mouffe: 2000), como manifestação intrínseca ao homem em sociedade e que portanto, deve-se mobilizá-la para garantir e preservar o sentido de igualdade de oportunidade e resolução dos conflitos a que toda mudança social ocasiona. As formas sociais constituem uma esfera da invenção cultural em que a percepção dos fins mais dificilmente pode ser eliminada. Daí que a existência da atividade política seja o melhor indicador da canalização de forças criativas para os fins no seio da vida social.” (Ibidem, 46)

Interessante, neste aspecto, como o autor demonstra que a diversidade, a pluralidade e o embate de idéias é mobilizador de consciências e a ruptura provocada pelas mentes mais sagazes não significava necessariamente, desagregação social, mas pelo contrário, liberação de energias que podem e devem contribuir para o estabelecimento das relações sociais.

Como ato de ruptura, a criatividade alimenta-se com frequência da ação de grupos contestadores que, em uma sociedade aberta, devem encontrar espaço para atuar. Demais, como herança cultural e a criatividade se inserem na pluralidade étnica do país, o avanço na conscientização das populações negras e indígenas é visto como ampliação de nosso horizonte cultural. (Furtado in d'Aguiar Furtado, 2012, p.104)

#### **4. 5 Celso Furtado e o Ministério da Cultura – 1986-1988**

Antes de apresentar e refletir sobre a gestão de Celso Furtado à frente do MinC, gostaríamos de, em forma de uma pequena digressão, comentar um fato pessoal que nos veio à memória enquanto realizávamos este trabalho.

Nosso primeiro estágio como estudante de história da UERJ foi justamente no SPHAN, na Coordenadoria de Proteção, no período exatamente posterior à saída de Celso Furtado do ministério (1988-1990). Tal coincidência nos propiciou, passados tantos anos, uma proximidade emocional e de testemunho pessoal, que cremos por bem, relatar, ainda que de forma breve e concisa. Deste modo, a partir de um olhar de uma jovem universitária que se entronizava no ambiente profissional, numa “instituição-monumento” da cultura nacional, se quiséssemos sintetizar nossa experiência naquele universo simbólico, uma única palavra bastaria: reverência.

Tudo ali era história, memória, cultura. Desde o construído, com o Palácio Gustavo Capanema (Prédio do Ministério da Educação no Castelo, 1936) desenhado por Lucio Costa, com painéis de Portinari e jardins de Burle Marx, ícone da moderna arquitetura brasileira, até os móveis, os livros, o arquivo e na culminância, a memória de Rodrigo de Mello Franco, quase mítica, a pairar sobre nossas cabeças.

Trabalhamos com uma equipe interdisciplinar de arquitetos, historiadores, geógrafos, museólogos, entre outros profissionais, encimada pelas figuras de Dora e Pedro Alcântara, que inspiravam respeito e compromisso singular com a coisa pública e a cultura brasileira. A figura do tombamento, do patrimônio e da preservação eram ideias-forte herdadas do período anterior.

Lembramo-nos da complexidade que vivíamos entre a importância do nosso trabalho e a ausência de meios efetivos para realizá-lo. Experenciávamos, agora podemos aquilatar melhor, a angústia da instabilidade institucional, na esteira da saída de Celso Furtado, mas também os efeitos deletérios da relação entre uma instituição de tradição no corpo do Estado, com um ministério recém-criado que sofria ataques advindos do campo da disputa em que a cultura se tornou naquele momento, notadamente, entre a industrial cultural e aqueles que defendiam uma participação efetiva do Estado neste processo.

Não era sem traumas que a convivência entre o novo e a tradição se colocava. Isto ficava claro na “dança das cadeiras” da estrutura da secretaria, bem como nas reuniões do Conselho (como foi no caso do tombamento do plano piloto de Brasília), na relação entre o SPHAN e a Fundação Pró-Memória, numa duplicidade e concorrência de competências, nas péssimas condições de trabalho dos técnicos, no embate entre a estrutura federal de cultura e suas congêneres estaduais e municipais. O trabalho era hercúleo, altamente meritório e prestigioso, mas igualmente complexo e conflitivo como só a cultura poderia pretender e propiciar. Disto isto, passemos agora à análise dos fatos.

O processo de redemocratização do Brasil, durante a década de 80 do século passado, teve em Celso Furtado um apoio fundamental. Sua figura pública, respeitada no país e no estrangeiro, além de sua experiência administrativa no governo federal e como conhecedor do Estado brasileiro, foram importantes na “costura política” que então se fez entre os grupos que compunham o PMDB. Neste sentido a composição entre paulistas (Ulysses Guimarães), mineiros (Tancredo Neves) e nordestinos (José Sarney) dará o tom das alianças para o concerto de projetos que buscava assumir o poder no país.

O ministério da Cultura foi anunciado pelo presidente Tancredo Neves logo após a sua escolha pelo colégio eleitoral, no início de 1985, durante entrevista, ao lado do governador Hélio Garcia, no Palácio das Mangabeiras, em Belo Horizonte. Ele antecipou a notícia, a fim de comunicar que o deputado federal José Aparecido de Oliveira, seu secretário de Estado de Cultura no governo de Minas Gerais (1983-1984), seria o primeiro titular da pasta. O futuro ministro tinha não só instalado a Secretaria em Minas (Havia somente uma Coordenadoria da Cultura, ligada à Secretaria de Governo), como criado, em 1983, junto com Darcy Ribeiro, vice-governador e secretário de Cultura e Ciência do Rio de Janeiro, o Fórum Nacional de Secretários de Cultura, através do qual intensa mobilização desenrolou-se em todos os recantos da Federação, quer fosse para enfatizar a necessidade de um projeto para a cultura, quer para pregar as diretas para a Presidência da República e, logo a seguir, a eleição de Tancredo Neves pelo colégio votante em que se transformaria o Congresso. O Fórum se inaugurou no Teatro de Outro Preto, a Casa da Opera de 1770, e teve a segunda reunião em São Paulo, anfitriada por Pacheco Chaves, amigo de Ulysses Guimarães guindado à Secretaria da Cultura do governo Franco Montoro. (ARAÚJO SANTOS in d'AGUIAR FURTADO: 2012, p.163)

O contexto que levou Celso Furtado ao ministério, tempos depois, foi iniciado com a morte de Tancredo Neves e a escolha por José Sarney, de José Aparecido para governador de Brasília, único cargo vago deixado pelo falecido presidente. Jose Aparecido aparece neste processo como um grande articulador político, que

transitando bem entre as lideranças do partido e simpatizantes, vai pontuando o debate e sobretudo as indicações para a área de cultura, uma espécie de “menina dos olhos” para ele. Depois da passagem conturbada de Aluísio Pimenta, quadro que veio substituí-lo no ministério, com a famosa “república da broa de milho”, que caricaturizou sua gestão

No final de 1985, o presidente José Sarney já havia deliberado mudar o ministro da Cultura. Em conversa com o governador José Aparecido, que permanecia uma espécie de avalista da pasta de que fora o fundador, chegaram ao nome de Celso Furtado, pelo qual ambos tinham imensa admiração. Seria a única legenda capaz de reabilitar instantaneamente o Ministério em agonia. Aparecido fez uma consulta a Furtado, em fevereiro de 1986, e este, com serena prudência, disse precisar primeiramente ouvir Ulysses Guimarães. O presidente da Câmara dos Deputados acolheria com entusiasmo a ideia, insistindo na aceitação. (...). (ARAÚJO SANTOS in d'AGUIAR FURTADO: 2012, p. 166)

Para situarmos um pouco melhor a participação de Celso Furtado no ministério e a visão que imprimiu em sua gestão, precisamos recuar um pouco e nos voltarmos para o final da ditadura militar, quando algumas mudanças serão implementadas na condução da área de cultura. Sendo caracterizada como a década do mecenato do Estado (Miceli:1984), nos anos 70, na gestão de Jarbas Passarinho e Nei Braga no MEC, subordinaram-se as políticas culturais à concepção de segurança nacional e desenvolvimento, então em voga no Estado. Continuada na gestão de Eduardo Portella, esta visão apresenta uma oscilação entre o nacional por lado e o regional e o local, por outro. Na tentativa de fortalecer a ditadura que começava a dar sinais claros de sustentação econômica e política, a cultura e a educação passam a representar um papel mais forte na propaganda política.

A tendência mais geral nas redefinições da concepção oficial de cultura no período pode ser formulado desde logo nos seguintes termos: parte-se em meados da década de 70 (...) de uma concepção de cultura como ‘somatória das criações do homem’, vale dizer, como herança e patrimônio, para acrescentar que essa somatória se dá no processo de criação do próprio homem, com o que se introduz um componente ‘humanista’ ainda abstrato, que constituía um dos temas básicos a serem reelaborados ao longo do período. Já no final da década de 70, (...) a ênfase recairá sobre a cultura como modo de ser, como vivência de determinadas parcelas da sociedade. Mais recentemente (já na vigência do ministério da cultura, na gestão Aluísio Pimenta) passa-se a vê-la em seu papel de resistência à dominação hegemônica. Finalmente, na etapa mais recente (nas formulações de Celso Furtado) realça-se a sua condição de fonte de criatividade. (COHN, 1987, p.7)

Neste período veremos então, o trânsito entre a ideia de unidade nacional para a ênfase na ideia de povo. Para o mentor político do projeto, José Aparecido, tratava-se de perceber o “povo como protagonista da história”. Já vimos antes, como esta percepção é cara, tanto para Celso Furtado, quanto para Darcy Ribeiro, assim esta categoria será fulcral na maneira como interpretam o processo cultural. Em consequência teremos a subordinação da política cultural à política social, isto é, a socialização e a politização da ideia de cultura. Em apoio a esta visão, trabalhadores em entidades culturais e representantes de entidades e associações civis, lançam em 1985, um manifesto que será subscrito pelo futuro ministro.

Celso Furtado pretendia estabelecer políticas culturais condizentes com o novo papel do Estado, em debate no Congresso Constituinte, e organizou o Ministério para atuar como elemento integrador, de inclusão social, capaz de dar voz à diversidade cultural em âmbito nacional, inclusive àquelas manifestações culturais que se restringiam a pequenos grupos (como, por exemplo, os barqueiros do rio São Francisco). Ampliou as ações de proteção ao patrimônio cultural e desenvolveu projetos junto a comunidades com o objetivo de fortalecer tradições culturais ameaçadas (idiomas indígenas, práticas religiosas regionais, história oral das comunidades quilombolas, entre outras). Interessou-se pelo fomento às artes, atento às novas linguagens, outra tarefa difícil para o poder público, pois significava conseguir que a burocracia aprenda a lidar com a transgressão, fundamental para a criação artística. (MAGALHÃES in d’AGUIAR FURTADO, 2012, p.179)

Deixamos para o fim desta sessão, a questão mais complexa e talvez mais difícil que perpassou não só a gestão de Celso Furtado à frente do ministério, mas também, de forma menos explícita, a sua produção escrita. É portanto necessário muita articulação para compreendê-la em seus sistema explicativo. Estamos falando aqui da relação entre cultura, economia e indústria cultural.

O autor não desconhecia por certo, seus textos da década de 70 já evidenciavam esta percepção, da formação da indústria cultural no século XX, sobretudo a massificação que promove no pós-segunda guerra mundial. Talvez influenciado pela Escola de Frankfurt (em seu livro “Criatividade e Dependência na Civilização Industrial, ele se refere não poucas vezes à Marcuse) e por Nietzsche, ele questiona profundamente a razão instrumental, tendo como pano de fundo intrínseco a este quadro, a relação entre a lógica dos fins e a lógica dos meios que a ação informada está sujeita na Modernidade.

Não há como fugir da lógica avassaladora da indústria cultural e do efeito exponencial que ela vai ganhando com o abanico tecnológico. É preciso então

integrar-se a ela de forma soberana, protagonizando sua implementação e se subordinando a ela, na subversão de seus pressupostos e colocando sua funcionalidade à serviço da cultura e não, ao contrário. cremos que é por isto que Celso Furtado entregou à Fundação João Pinheiro (MG) a missão de realizar um estudo, pioneiro, sobre a economia da cultura no Brasil.

Não podemos negligenciar, como alertou Konder (1997), as mudanças significativas entre o universo cultural que o país tinha antes do golpe militar e aquele que a ditadura deixou ao extinguir-se. A ruptura que ela promoveu na galvanização da cultura brasileira, que vinha se processando desde os anos 30, interrompeu um movimento de fundo que vinha transformando a sociedade brasileira. A extinção do regime ditatorial não significou um “retorno” às condições anteriores, mas um aprofundamento dos problemas que já enfrentávamos antes, agravados pela disseminação da televisão, o que colocou em outros patamares o debate sobre a democratização da sociedade brasileira.

Neste sentido a Lei Sarney foi uma tentativa de síntese (Cohn,1997), entre a lógica dos fins e a lógica dos meios, que já de antemão se sabia os riscos em incorria o setor (Magalhães, 2012). É a nosso ver, na brecha que vai se abrindo entre as duas, com a clara submissão da primeira pela segunda, exemplificada na própria modificação da lei, que se conjuga, de maneira no mínimo controversa, o pensamento de Celso Furtado com a denominada economia criativa. Entende-se aqui que a economia criativa é a economia verde no plano cultural, isto é, ela se apropria dos avanços da leitura democrática do processo cultural e através da subversão entre fins e meios, transforma a arte e a manifestação cultural em produto. Descaracterizando seu valor de uso, aproveita-se de sua singularidade para inseri-lo no circuito comercializável de nova ordem.

**CONCLUSÃO: PROJETO - O PENSAMENTO QUE SE FAZ  
AÇÃO**

Fazendo o rearranjo das questões levantadas ao longo deste trabalho, revendo suas hipóteses, cotejando literatura consultada e os escritos de Celso Furtado, confrontando-as e percebendo os hiatos, o que não se “resolveu”, o que ficou em aberto e o que se confirmou, compreendi que esta seria uma conclusão inconclusiva.

Esta pode ser uma afirmação polêmica, nesta altura do trabalho, mas ela é consequente e tem fundamentos razoáveis, poderíamos dizer, dialéticos. Explica-se: quando escrevemos que esta é uma conclusão inconclusiva, aparentemente uma contradição dos termos, não estamos querendo dizer que não derivou novos conhecimentos, não trouxe contribuições ao debate, que não se mostrou pertinente diante das hipóteses que se lançaram inicialmente.

O que estamos dizendo é que ele, apropriando-nos das palavras de Adorno, à falta de melhores de nossa parte, “termina onde sente ter chegado ao fim, não onde nada mais resta a dizer” (Adorno, 2012, p.17). Alias é sob os auspícios deste artigo de Adorno que faremos o seu “fechamento provisório”, dada a iluminação que ele nos trouxe, tanto acerca da interpretação da obra de Celso Furtado, quanto do próprio conteúdo com que esta dissertação se revestiu. Um e outra se imbricarão agora. A seguir expomos uma apresentação pontual da *démarche* com a qual o trabalho se desenvolveu. Posteriormente demonstraremos como ela se constituiu.

-acompanhamos o tratamento de um tema, aquilo que estamos nomeando “desenvolvimento como cultura” na obra de Celso Furtado, desde sua tese de doutorado, passando pelas “teses como forma de ensaio”, até sua execução no plano do Estado, através do Ministério da Cultura, cargo que ele assumiu em 1986.

-A sua materialização, dentro da máxima que o autor tinha para si, isto, é pensar para agir, através da atuação do Ministério da Cultura, exemplificada na Lei Sarney de incentivo à cultura, posteriormente modificada e nomeada como Lei Rouanet, até hoje em execução, foi algo que se mostrou ao longo da pesquisa. Não tínhamos conhecimento prévio deste encadeamento.

-No bojo de um processo de inflexão analítica do autor, que passa a dar primazia à cultura na sua reflexão teórica, propugnando em decorrência uma

metodologia diferente da que usualmente ele utilizava, mas não sem tensões no seu sistema explicativo.

-O fluxo de ideias e escritos do autor acabou por condicionar a maneira como estruturamos o trabalho e decidimos respeitá-lo, por crê-lo fundamental no acompanhamento de sua obra. Dentro de uma possível “ruptura epistemológica”, não seria rigoroso afirmar *in totem* porque nos faltam mais pesquisas e o acompanhamento de sua produção posterior, percebemos continuidades e descontinuidades que precisam ser melhor identificadas.

-Vimos também como esta ideia, a nosso ver, fez parte de um projeto maior, o qual encabeçou a retomada da democratização no Brasil e no que concernia à Celso Furtado, deu legitimidade política e substância intelectual a sua face cultural, especialmente.

-Percebeu-se igualmente a dinâmica conjuntural à época, de intenso debate, propositivo, ideológico, onde se colocavam visões e projetos diferentes de país, em disputa pela hegemonia política e intelectual. Estas manifestações se recobriram de diversos meios de expressão, tendo no meio artístico grande mobilização, de modo geral tentando resgatar um movimento que havia sido interrompido, no entanto o momento era outro e novos elementos se introduziram na disputa, que de forma “visionária”, foram apontadas pelo autor, como é o caso, em especial, das TIC (Novas tecnologias de Informação e Comunicação).

-O caminho analítico inicialmente escolhido para este trabalho desdobrou-se afinal, por vias desconhecidas à partida, num fio condutor que de forma dinâmica, costurou a relação entre o “período de maturidade” intelectual de Celso Furtado e a redemocratização do Brasil. Coincidência ou não, ambos chegavam juntos à liberdade no mesmo momento histórico: um à liberdade de decidir o seu futuro, outro de rememorar o seu passado, ambos pela superação do presente, que se coloca, de modo geral, como desafio.

Diante do exposto acima cremos que nossas intuições iniciais não se enfraqueceram ao longo da pesquisa, é bem verdade que algumas mudaram de feição, mais complexa, o que sem dúvida tornou o trabalho mais difícil, mas não menos revelador. Numa imagem é como as “matrioskas” (bonecas russas), a cada

passo em sua elucidação, uma nova perspectiva se abre e é forçoso dizer, “a modos” de nossa cultura (para não fugir ao nosso tema e sua complexidade, o par dialético popular /erudito), parafraseando Paulinho da Viola, “não sou eu quem me navega mas quem me navega é o mar”, fomos levados pela riqueza do debate e não sem muita força heurística, voltávamos à nossa praia.

Entretanto um desses canais submersos se revelou mais forte e foi quem norteou os demais. Isto é, se inicialmente pensamos em nos concentrar em três livros, que de certa maneira revelam a inflexão analítica já identificada pela crítica, nos concentramos na verdade em um único porque descobrimos em sua tessitura, fios que conectavam não só a mencionada inflexão com seus trabalhos iniciais, mas também e aqui se coloca efetivamente a revelação, como ela foi importante para organizar um consenso político em torno de um projeto, que se viabilizaria posteriormente e em seu caso específico, no campo da cultura e de forma mais ampla, no reposicionamento do Estado no conjunto da sociedade brasileira.

É hora então de voltarmos com mais detalhes às questões que, a nosso juízo, se mostraram com mais força explicativa do processo analisado. Devemos dizer que algumas não ficaram totalmente claras, no entanto permanecem como hipóteses plausíveis, ainda requerendo maiores esforços teóricos e de pesquisa e outras ganhariam o foro de teses se não houvesse o limite de tempo para melhor escrutina-las.

Devemos considerar igualmente que isto se deve, em outros motivos, pela própria complexidade do *tournant* epistemológico (repare-se que avançamos um pouco mais na identificação do momento da obra, vis-à-vis ao objeto em consideração, não saberíamos dizer se do autor), que vindo de um método histórico-estruturalista, reconhece na “passagem”, a sua insuficiência para abordar “os fatos da cultura”, se aproxima da crítica literária e proclama a imaginação como meio de aproximação (evitamos aqui propositalmente a categoria de análise, já referenciada pelo autor como limitadora para este campo).

Mas aqui devemos ter muito cuidado, com afirmações e expressões categóricas, porque este percurso não ficou totalmente claro nem sistematicamente identificável. Estamos esboçando neste momento, algumas ideias que se colocaram para averiguação mais aprofundada, mas que no entanto não achamos por bem

abandonar. Celso Furtado “não se deixa conhecer” facilmente, conquanto sua prosa estivesse convidativa e mais livre, a análise dos escritos deste período requereu uma perspectiva cruzada, isto é, na horizontal (obra) e na vertical (pensamento) e em consonância com o objeto de nossas preocupações.

Talvez, seguindo as pistas de Adorno, nosso maior problema, como questão, é querer divisar um ensaio ou antes, a forma ensaística pela mirada científica. Se sim é, esclareçamos melhor este ponto. Fazendo menção à discussão que sobre o ensaio se circunscrevia na Alemanha, o autor afirma que “*Ainda hoje, elogiar alguém como écrivain é o suficiente para excluir do âmbito acadêmico aquele que está sendo elogiado*”. Em defesa do âmbito de competência do ensaio, de sua liberdade de espírito, da maneira como se aproxima do intuído, sem definições a priori e com uma linguagem solta, escreve que

Quem interpreta, em vez de simplesmente registrar e classificar, é estigmatizado, como alguém que desorienta a inteligência para um devaneio impotente e implica onde não há nada para explicar. (...) Compreender, então, passa a ser apenas o processo de destrinchar a obra em busca daquilo que o autor teria desejado dizer em dado momento, ou pelo menos reconhecer os impulsos psicológicos individuais que estão indicados no fenômeno. Mas como é quase impossível determinar o que alguém pode ter pensado ou sentido aqui e ali, nada de essencial se ganharia com tais considerações. Os impulsos dos autores se extinguem no conteúdo objetivo que capturam. No entanto, a pleora de significados encapsulada em cada fenômeno espiritual exige de seu receptor, para se desvelar, justamente aquela espontaneidade da fantasia subjetiva que é condenada em nome da disciplina objetiva. Nada se deixa extrair pela interpretação que já não tenha sido, ao mesmo tempo, introduzido pela interpretação. Os critérios desse procedimento são a compatibilidade com o texto e com a própria interpretação, e também a sua capacidade de dar voz ao conjunto de elementos do objeto.” Com esses critérios, o ensaio se aproxima de uma autonomia estética que pode ser facilmente acusada de ter sido apenas tomada de empréstimo à arte, embora o ensaio se diferencie da arte tanto por seu meio específico, os conceitos, quanto por sua pretensão à verdade desprovida de aparência estética.(...) (ADORNO, 2012, p. 17 e 18)

Tínhamos escolhido este artigo de Adorno para nos auxiliar a perceber a forma ensaística em Celso Furtado, uma das nossas hipóteses e no entanto, o texto se revelou mais robusto, profundo e consequente para nossa própria *démarche* reflexiva. Ou seja, ao pensar o nosso objeto, pensamos o nosso próprio pensamento ou antes, como o sujeito do conhecimento se prepara para interpelar seu objeto e no ato desta interpelação erige seu método.

E por que este artigo é tão consistente para nosso exercício? Porque ao discutir o ensaio como forma, Adorno constrói a discussão na “antinomia” entre

ciência e arte e vai refletindo como a filosofia vai entrando neste debate, aportando questões relativas à concepção do conhecimento no mundo moderno, isto é, o estatuto de verdade, a concepção de teoria, a validade de conceitos e métodos, a relação entre subjetividade e objetividade, particular e universal, a noção de totalidade, como operam idealismo, racionalismo e empiricismo na organização do saber. Deste arrazoado nos interessou particularmente a compreensão do “ensaio como um campo de forças”.

(...) No ensaio, elementos discretamente separados entre si são reunidos em um todo legível; ele não constrói nenhum andaime ou estrutura. Mas, enquanto configuração, os elementos se cristalizam por seu movimento. Essa configuração é um campo de forças, assim como cada formação do espírito, sob o olhar do ensaio, deve ser transformada em um campo de forças. (ADORNO, 2012, p.31).

Quando em páginas anteriores, falávamos em “tensão analítica” pensávamos desta forma, no entanto ainda não estava claro para nós, a sua delimitação como tal. Daí a dificuldade na apreensão deste movimento, em cada momento considerado, pois seus elementos podem se recompor de forma diferente, como efetivamente acontecia e ficou claro, para nós, quando fizemos o acompanhamento da obra furtadiana consultada, sobretudo no cotejamento entre as teses, a replica e finalmente o livro. Vamos nos deter um pouco mais sobre este aspecto.

Deixamos a questão da *Bildung* por último, por ser a mais sensível, intuitiva e a que desde o início, nos acompanha neste trabalho. Ela pairou sobre nossas reflexões como um sinal que se tornava mais forte quando identificava aqui e ali, uma palavra, uma expressão ou alguma influência submersa que designaria uma proximidade maior com nossas suspeitas.

Neste momento então que o trabalho aparece para nós, como uma totalidade inteligível, ainda que não acabada, mas que nos possibilita perceber um encadeamento entre suas partes, um todo mais legível em sua coerência interna, cremos poder avançar com nossa interpretação, parcial, provisória, acerca da base sobre a qual se constituiu a obra de Celso Furtado. Até agora primávamos pela obra, daqui por diante vamos ensaiar à aproximação ao autor.

Embora recorrendo a uma literatura consagrada, após dois intensos anos de pesquisas e leituras (a partida insuficientes mas ao qual tivemos que nos limitar), especialmente no campo da filosofia, das artes, da cultura, na tentativa de apreender um pouco mais este universo do sensível tão fugidio às nossas pretensões racionalizantes, sentimo-nos instados sobre ele discorrer, mas na percepção de que comprova-lo cientificamente ainda não nos é plenamente possível. Se assim nos parece, resolvemos então apresentá-lo como impressões que gravitando em torno do campo de forças furtadiano, reivindicavam seu “direito à existência”.

Quando nos preparávamos para encetar a pesquisa sobre nosso tema, percebemos a insuficiência de nossa formação sobre a história da arte, sua relação com a filosofia e os desdobramentos desta conjugação no plano da cultura, sobretudo da cultura brasileira. Cremos temeroso abordar a obra furtadiana, deste ponto de vista, sem uma preparação mínima que fosse, inicial. Deste modo o livro “Os Filósofos e a Arte”, organizado por Haddock-Lobo serviu-nos como uma primeira aproximação ao debate. Em seguida guiados pela percepção que a filosofia alemã é incontornável neste debate (Bornheim,1978) e que o pensamento alemão é sem dúvida uma das influências marcantes em Celso Furtado, resolvemos neles nos aprofundar. Conforme assinalam Almeida e Bager (2012) numa obra coletiva que organizaram sobre a influência do pensamento alemão sobre os estudiosos brasileiros

Como lembra o historiador Eric Hobsbawm, a Alemanha esteve no centro dos principais acontecimentos políticos do século XX: a Primeira Guerra Mundial, a ascensão do nacional-socialismo, a Segunda Grande Guerra, a reconstrução da Europa e o fim da Guerra Fria, simbolizados pela queda do Muro de Berlim. Esses eventos, de dimensões mundiais, foram incorporados como objetos de reflexão e moldaram o destino e o interesse de algo que podemos chamar de 'pensamento alemão do século xx', ou seja, o pensamento em língua alemã que, na Europa ou no exílio, compartilha uma tradição reconhecível e sempre retomada, cujas origens intelectuais e estéticas remontam à Reforma luterana, ao confronto entre as filosofias de Kant e Hegel, à convivência entre classicismo e romantismo nas obras de Goethe e Schiller, ao ímpeto teórico e revolucionário do marxismo e à tensão entre vários ramos das 'ciências do espírito' e das 'ciências da natureza', conceito tipicamente alemães. (ALMEIDA e BADER, 2012, vol. II, p. 8)

Vislumbrada então esta perspectiva e alinhando-a com as reconhecidas influências, pelo autor, sobre sua obra, isto é, como coloca Vamireh Chacon (s/d), comentando o ensaio "Auto-retrato Intelectual" de Celso Furtado

(...)De Mannheim ele foi para a sociologia clássica alemã de Max Weber a Tönnies, Freyer e Simmel. Serão também alemães – Werner Sombart e Joseph Schumpeter, seus introdutores na economia – mais Pirenne e See em francês e Antônio Sérgio de Portugal sobre história econômica ou social". (CHACON, s/d, p.86)

Identificados os autores sobre os quais Celso Furtado reconhece ter sido influenciado, voltemo-nos à questão já evidenciada entre seus comentadores (Chico de Oliveira, Bolaño, Mallorquin, entre outros), das influências não-ditas ou não explicitamente esboçadas. Já aludimos anteriormente tanto do nosso ponto de vista, quanto do próprio autor, as possíveis justificativas para tal procedimento. Resta-nos esboçar como possibilidades a comprovar, os elos que o mantém alinhado a esta ou aquela tradição de pensamento. No entanto pensamos que o autor procurou manter-se independente de filiações de pensamento, buscando na sua autonomia intelectual o aporte necessário para ir buscar onde fosse necessário, apoio às suas reflexões.

E é aqui neste procedimento pessoal, de princípio formativo que nossas intuições começam a se tornar mais claras. A ideia de *formação* na história do pensamento político-social brasileiro está escrutinada pela intelectualidade brasileira neste século xx. Mas ela é operacionalizada para pensar sobretudo o país. Nós aqui a deslocamos para pensar o autor e neste sentido, cremos que a noção de *Bildung*, corrigida dos seus excessos aristocráticos, individualistas e autoritários, pode muito bem dar conta da sua postura intelectual diante dos desafios colocados à sua obra e à sua posição de homem público. Para designarmos uma definição, já que o termo é

polissêmico, vamos utilizar aquela de Antoine Berman (no seu artigo “Bildung et Bildungsroman”), citado em Suarez

A palavra alemã *Bildung* significa, genericamente, ‘cultura’ e pode ser considerado o duplo germânico da palavra *kultur*, de origem latina. Porém, *Bildung* remete a vários outros registros, em virtude, antes de tudo, de seu riquíssimo campo semântico: *Bild*, imagem, *Einbildungskraft*, imaginação, *Ausbildung*, desenvolvimento, *Bildsamkeit*, flexibilidade ou plasticidade, *Vorbild*, modelo, *Nachbild*, cópia e *Urbild*, arquétipo. Utilizamos *Bildung* para falar no grau de ‘formação’ de um indivíduo, um povo, uma língua, uma arte: e é a partir do horizonte da arte que se determina, no mais das vezes, *Bildung*. Sobretudo, a palavra alemã tem uma forte conotação pedagógica e designa a formação como processo. Por exemplo, os anos de juventude de Wilhelm Meister, no romance de Goethe, são seus *Lehrjahre*, seus anos de aprendizado, onde ele aprende somente uma coisa, sem dúvida decisiva: aprende a formar-se (*sich bilden*). (BERMAN in SUAREZ, 2005, p. 193)

Quando pensamos na postura intelectual de Celso Furtado e na sua visão de mundo é no horizonte ético do homem público, responsável do intelectual, metódico do acadêmico, discreto e contido do ser, mas igualmente sensível do *écrivain*, humano e aberto do *homme de lettres* que nos vêm à memória. Respeitado por seus pares, inclusive detratores, a sua figura se impõe diante daqueles que pretendem medir sua “estatura intelectual”.

Mas não só é no seu comportamento público que estas dimensões se mostram. Atentos à sua escrita, podemos perceber termos, expressões, conceitos, referências que remetem a este posicionamento diante de si mesmo e do mundo.

Se continuarmos nas derivações que Berman faz da *Bildung* veremos uma linha de continuidade do que esboçamos acima, senão vejamos: a *Bildung* como trabalho, está ligada à prática, segundo Hegel elevação ao universal conotando aprimoramento, “no dizer de Goethe ‘na única coisa que ele faz bem, o homem vive o símbolo de tudo o que é bem feito’.” (Suarez, 2005, p.194)

A *Bildung* como viagem, citando novamente Goethe, remete à “experiência da alteridade”, e se apropriando da citação exemplar de Schlegel “O nosso verdadeiro lugar é aquele ao qual sempre *retornamos*, depois de percorrer os caminhos excêntricos do entusiasmo e da alegria, não aquele do qual nunca saímos”. Para este último este *tour* formador tem o caráter de um *romance*. (Suarez, 2005, p. 195)

A *Bildung* como tradução “um lançar-se-além-de-si”, uma busca do outro, do estranho, do diverso e aqui a referência da antiguidade clássica, a sua busca como

modelo e arquétipo de uma cultura alemã ansiosa por singularidade numa Europa de nações crescentemente beligerantes e imperialistas.

Celso Furtado quando elabora sobre a cultura brasileira escreve sobre o gênio criativo, o povo como comunidade em devir, no papel do intelectual perante a sociedade, a relação entre a lógica dos fins e a lógica dos meios nas escolhas que visam o coletivo, na cultura como um processo social, na identidade cultural (remetida à ideia de povo), esboça uma proximidade com a filosofia especialmente como visão de mundo, enfim temas caros ao pensamento alemão na sua tentativa de

Não é necessário dizer que a crítica do progresso não é nova na cultura e na filosofia da Europa central. A reflexão de Adorno lança raízes em toda uma tradição de polêmica, muitas vezes acerba, contra a modernidade burguesa. Ela está ligada a uma corrente profunda que atravessa a história de cultura alemã (e europeia) desde o fim do século XVIII até nossos dias: romantismo, não como simples escola literária, mas como uma *Weltanschauung* fundada na crítica da civilização industrial/capitalista moderna a partir de valores sociais e culturais pré-capitalistas.(...). (LOWY e VARIKAS, 1992, p.202)

O que Michel Lowy analisa aqui é que embora sendo um herdeiro do século das luzes, “Adorno reconhece a legitimidade – parcial e limitada, por certo – das críticas levantadas pelos românticos contra a modernidade e às luzes: enquanto pura instrumentalidade” e se “tinha razão contra o *aufklärung* liberal ao mostrar como, graças à economia de mercado, a liberdade se transformava no seu contrário”. (LOWY e VARIKAS, 1992, p.202)

Em conversa com D. Rosa Furtado para esclarecimento de algumas dúvidas acerca da obra e da vida do autor, ao colocarmos nossas indagações acerca da proximidade de Celso Furtado à filosofia alemã ou ao romantismo alemão, ela considerou pouco provável, relatando ao contrário, uma proximidade com o pensamento francês ou italiano por parte do autor. Entretanto citou o nome de Habermas como uma possível referência alemã. Sem negar a primeira possibilidade, do pensamento francês, até porque lá realizado o doutorado e posteriormente o retorno no exílio, o que faz todo sentido, aventamos a possibilidade do humanismo de Celso Furtado ser tributário desta origem filosófica, além do republicanismo reconhecido anteriormente. É bem plausível compreender na interseção destas duas tradições, a alemã e a francesa (segundo Souza apoiado em Dumont, a peculiaridade da Alemanha por oposição aos seus vizinhos europeus consiste

exatamente em que o nível da emancipação individual subordina todos os outros. Na França, ao contrário, seria o nível sócio-político que adquire proeminência), para momentos e temas distintos, talvez ou mais fortemente, o andamento reflexivo do autor. Mas voltando, aqui estamos tratando de sua “formação” e neste sentido, aproveitando a citação do nome de Habermas vamos introduzir um texto de Jessé Souza, intitulado justamente “De Goethe a Habermas: Auto Formação e Esfera Pública” (1998) onde ele analisa a *démarche* habermasiana desde seus primeiros escritos e identifica alguns problemas na sua teoria da ação comunicativa.

Para autores tão díspares como Louis Dumont, Norbert Elias ou W. H. Bruford, a especificidade cultural alemã pode ser resumida na noção de Bildung (Bruford, 1975, p. 261). A Bildung, que significa auto-formação e aperfeiçoamento individual, representaria mesmo a forma peculiarmente alemã de assimilação da herança individualista ocidental. Sua peculiaridade seria a concentração do legado individualista, entendendo este último basicamente como a possibilidade de crítica reflexiva, no que chamaríamos em sociologuês moderno de esfera da personalidade. (SOUZA, 1998, p.25)

Neste artigo Souza procura elucidar os parâmetros sobre os quais Habermas erige sua teoria da ação comunicativa, tendo em vista a história do pensamento alemão ou como neste país se operacionalizou a relação entre tradição luterana e a influência do Iluminismo francês, *aufklaerung*. Fazendo menção à Goethe e a Weber especialmente, discorre sobre o dilema moral moderno, entre a noção moderna de personalidade, a ética da responsabilidade e a noção secularizada de vocação. Deste modo assevera Souza

Não obstante, Weber era sem dúvida filho da sua cultura e do seu tempo. Ela era filho da sua cultura na medida em que a ética da responsabilidade é uma resposta aos dilemas éticos da modernidade ainda nos limites da Bildung clássica. A ênfase na esfera da personalidade como lugar privilegiado do dilema moral aponta claramente para esta herança. Apesar da sua ênfase na ação externa transformadora do mundo, tributária da noção de vocação da ética protestante ascética, o dilema moral moderno consubstanciado na congeminção entre pragmatismo e ética é refletido enquanto dilema da personalidade. O processo de subjetivação da moral, a tese da perda de sentido e da liberdade, fenômenos típicos do Ocidente moderno, são interpretados dentro de um horizonte conforme a tradição da Bildung. Desse modo, o indivíduo passa a ser a instância que deve ‘suportar’ os paradoxos, inclusive na política. A consciência dos conflitos morais pode ser interpretada, creio eu, como a virtude moderna e laica por excelência para Weber. (...). (SOUZA, 1998, p. 29 e 30)

Entretanto à vista da experiência pessoal de Habermas, da história da Alemanha no século XX, assolada entre duas grandes guerras mundiais e o horror do Nazismo, da reconstrução do pós-guerra e sua divisão como resultado da luta ideológica entre as potências vencedoras, Souza continua

(...) Creio ser difícil pensar em um pensador mais anti-Bildung do que Habermas. Ocorre em Habermas praticamente uma inversão dos pressupostos que guiam a reflexão weberiana. Assim, a perspectiva da indivíduo esvanece-se ao limite do esquecimento. Tanto a adoção da perspectiva sistêmica quanto a chamada mudança de paradigma linguístico apontam para o mesmo fenômeno: o indivíduo não é mais a fonte, a instância produtora de sentido. (SOUZA, 1998, p. 30)

Assim Souza procura demonstrar que a teorização de Habermas procura abarcar a “dinâmica societária como um todo” e que o que caracterizaria seu pensamento “como marcadamente anti-*Bildung* é a sua ênfase na esfera pública por oposição à esfera privada, e a consequente centralidade da categoria da solidariedade social na sua reflexão”.

Nosso objetivo ao relacionar através de Souza, Weber e Habermas é perceber a passagem acima analisada, tendo a Escola de Frankfurt e especialmente Adorno, como mediação na crítica da razão instrumental, bem como da indústria cultural, mais especialmente “a transformação quase imperceptível, seja na esfera pública ou na esfera privada, de escolhas prático-morais em escolhas técnicas. (...) Dinheiro e poder são *meios* que se transformam em fins absolutos.” (Souza, 1998, p. 32 e 33)

Reconhecemos nestas teorizações, muitas das preocupações esboçadas por Celso Furtado, ao longo da leitura de seus textos. Quando ele alude, já nos seus escritos dos anos 60, virada para a década de 70, a emergência e o poder das empresas multinacionais vis-à-vis à perda de poder e decisão dos Estados dos países subdesenvolvidos no âmbito dos seus mercados internos, na financeirização da globalização então em curso, das mudanças paradigmáticas colocadas pelas novas tecnologias, o que está subentendido nestes alertas é sobretudo, a perda da soberania e da identidade cultural, pelo aprofundamento da influência da indústria cultural e da mercantilização dos valores, bens culturais.

De modo geral cada intérprete do Brasil é qualificado, distinguido ou identificado, seja pela linha teórica, seja metodologia, seja pelo aporte inovador ou singular. Sua mensagem assenta em determinados pilares que sustentam sua interpretação do Brasil. O campo a partir do qual ele fala, também o legitima. De modo geral ele institui um lugar a partir do qual sua voz alcança maior amplitude e repercute para além da sua fala.

Celso Furtado neste aspecto também é singular, se a economia o instituiu e lhe deu suporte, ele ultrapassou-a para erigir seu esquema explicativo. Talvez isto se deva ao fato que seu pensamento se fez ato, ele praticou suas ideias e aquilo em que acreditava nas funções que exerceu, não só dentro do Estado, mas também fora dele, como pudemos perceber anteriormente.

Ele não confinava, aliás ajudou a desmistificar esta crença, o desenvolvimento dentro da teoria econômica pura e dura. Ele fazia mediações para construir sua ideia de desenvolvimento que o emancipavam da sua tutela e o projetava para o campo de princípios que regiam a convivência social em patamares de maior dignidade humana e reconhecimento da dimensão espiritual (no sentido da filosofia alemã) da vida. Ele percebeu claramente como a modernização, junto com a melhoria material das condições de vida, trazia também seu contrário, desumanizando o homem e enfraquecendo os laços de solidariedade que sustentam, incorporando a utopia, as relações sociais em bases mais fortes e igualitárias.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor. **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34/Livraria Duas Cidades, 2012.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A Pré-revolução de 30. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 17-21, set. 1987.
- ALMEIDA, Jorge de; BADER, Wolfgang (Org.). **Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2009. v. 1
- \_\_\_\_\_. **Pensamento alemão no século XX: grandes protagonistas e recepção no Brasil**. São Paulo: Cosac Naify, 2012. v. 2
- ARANTES, Paulo E. **Sentimento de dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- ARANTES, Otília; ARANTES, P. **Sentido da formação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- AROCENA, Felipe; CALIBAN, A. Notas sobre a cultura latino-americana. **Revista Presença**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 93-109, abr. 1990.
- AVELINO FILHO, George. As raízes de “Raízes do Brasil”. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 32-48, set. 1987.
- BACKES, Carmen. Identidade nacional: o Brasil em ter história, memória e ficção. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 19, p. 9-22, 2000.
- BARBOZA FILHO, R. **Tradição e artifício: iberismo e Barroco na formação americana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.
- \_\_\_\_\_. A modernização brasileira e o nosso pensamento político. **Revista Perspectivas**, São Paulo, v. 37, p. 15-64, jan./jun. 2010.
- \_\_\_\_\_. Desigualdade, diferença e identidade. In: VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 2004, Coimbra. **Anais...** Coimbra, 2004, p. 2-19.
- \_\_\_\_\_. Barroco: nossa origem e singularidade. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1-2, p. 7-22, jan./jun. 2006.
- \_\_\_\_\_. As linguagens da democracia. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 15-38, jun. 2008.

- BEZERRA DE MENEZES, Eduardo D. O Barroco como cosmovisão matricial do êthos cultural brasileiro. **Revista Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 49-77, 2008.
- BINSWANGER, Hans C. **Dinheiro e magia**: uma crítica da economia moderna à luz do Fausto de Goethe. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- BOLAÑO, Cesar. **O conceito de cultura em Celso Furtado e a problemática da dependência cultural**, 2011. mimeografado
- \_\_\_\_\_. Indústria e criatividade: uma perspectiva latino-americana. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 367-380, jul./dez 2011.
- \_\_\_\_\_. Indústrias criativas e os conceitos de cultura: inovação e criatividade em Celso Furtado. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 2, n.4, p. 3-14, 2011.
- \_\_\_\_\_. **O conceito de cultura em Celso Furtado**: uma alternativa latino-americana para o debate sobre inovação e criatividade. Mimeografado
- BOMENY, Helena M. B. Uma entrevista com Richard Morse. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 77-93, 1989.
- \_\_\_\_\_, Saudades do Brasil de Richard Morse. Congresso BRASA IX, New Orleans, p. 1-22, março, 2008.
- BORNHEIM, Gerd. Filosofia romântica. In: GUINSBURG, J. **O romantismo**, São Paulo: Perspectiva, 1978. p. 75-111.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.
- \_\_\_\_\_. **As estruturas sociais da economia**. Porto: Campo das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. **Razão prática**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 2006.
- BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2007.
- BRANDÃO, Gildo M. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. **A identidade da França**. Rio de Janeiro. Globo, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BURGUEÑO, Oscar; RODRÍGUEZ, Octavio. Desenvolvimento e cultura: notas sobre o enfoque de Celso Furtado. In: PEREIRA, Luiz C. B.; REGO, José Marcio (Org.). **A grande esperança em Celso Furtado**. São Paulo: Editora 34, 2001. p. 77-108.

CÂNDIDO, Antônio. A Revolução de 1930 e a cultura. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 2, n. 4, p.27-42, abr. 1984.

CARNEIRO, Ricardo et al. **O desenvolvimento brasileiro**: temas estratégicos. São Paulo: Rede Desenvolvimentista, 2011. Mimeografado.

CARVALHO, José Murilo de. O Motivo edênico no imaginário social brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 13, n. 38, p. 1-26 out. 1998.

CARVALHO, Maria A. R. de. Uma reflexão sobre a Civilização Brasileira. Disponível em: [www.gramsci.org](http://www.gramsci.org). Acesso em: 12 mar. 2011.

CHACON, Vamireh. **Celso Furtado**: formação e ação. Rio de Janeiro: ABL, 2000.

CEPÊDA, Vera A. Inclusão, democracia e novo-desenvolmentismo: balanço histórico. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, 2012.

\_\_\_\_\_. O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia. Disponível em: [http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm="O pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento e democracia"](http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=). Acesso em: 15 mar. 2011.

CHAUÍ, Marilena. Brasil: mito fundador. **Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre**, Porto Alegre, n. 19, p. 23-36, 2000.

CLAVAL. Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Revista GEOgraphia**, Niterói, v.1, n. 2, p. 7-26, 1999.

COHN, Gabriel. Concepção oficial de cultura e processo social. **Revista Patrimônio IPHAN**, Rio de Janeiro, vol. 22, p. 7-10, 1987.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

FIORI, Jose L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

\_\_\_\_\_; TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Poder e dinheiro**. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. A propósito de uma construção interrompida. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, jun, p. 1-19, 2000.

FURTADO, Celso. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- \_\_\_\_\_. Que somos? sete teses sobre a cultura brasileira. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 2-19, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.
- \_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2009.
- \_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- \_\_\_\_\_. **Introdução ao desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Economia colonial do Brasil nos séculos XVI e XVII: elementos de história econômica aplicados à análise de problemas econômicos e sociais**. São Paulo: Hucitec/Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Análise do modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Prefácio a nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FURTADO, Rosa F. d'Aguiar (Org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura: Arquivos Celso Furtado**. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, 2012.
- GALLE, Helmut; MAZZARI, Marcus. **Fausto e a América Latina**. São Paulo: Humanitas, 2010.
- GOETHE, Johann W. von. **Fausto: uma tragédia**. São Paulo: Editora 34, 2011. Partes I e II.
- GUINSBURG, J. **O romantismo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- HADDOCK-LOBO, Rafael (Org.). **Os filósofos e a arte**. Rio de Janeiro: Rocco, 2010.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, v. 5, p. 07-41, 1995.
- HOWITT, Richard. Contested concepts of scale in political geography. In Agnew, John, Mitchell, Katharyne and Tuathail, Gearoid Ó. (Ed.) *A Companion to Political Geography*. Oxford, Blackwell, 2000, p. 120-148.

- KONDER, Leandro. O Estado e os problemas da política cultural no Brasil de hoje. . **Revista Patrimônio IPHAN**, Rio de Janeiro, vol. 22, p. 11-17 1987.
- MAIA, Tatyana de A. **Os cardeais da cultura nacional**: o Conselho Federal de Cultura na ditadura civil-militar (1967-1975). São Paulo: Itaú Cultural/Illuminuras, 2012.
- KLEIN, Juan-Luis; TREMBLAY, Diane-Gabrielle. **Cultural creation and social innovation as the basis for building a cohesive City**. Mimeografado.
- KRISTEVA, Julia. **História da linguagem**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- KRAUSZ, Luis S. **Passagens**. Literatura judaico-alemã entre gueto e metrópole. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2012.
- LACOSTE, Yves. **A geografia**: isto serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papirus, 1988.
- LATOUCHE, Serge. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- LIMA, Marcos Costa. Uma concepção de mundo em Celso Furtado: ciência e perplexidade *in* LIMA, Marcos Costa e DAVID, Maurício Dias. **A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado**. Vila Nova de Goiás, 2008. p. 27-41.
- LOPES, Regina Clara S. A propósito de Política Cultural. . **Revista Patrimônio IPHAN**, Rio de Janeiro, vol. 22, p. 26-29, 1987.
- LOWY, Michael; VARIKAS, Eleni. A crítica do progresso em Adorno. **Revista Lua Nova**, São Paulo, nº 27, p. 202-215, 1992.
- MACHADO, Lia Osório. Sistemas, fronteiras e território. In: **Atlas da Fronteira Continental do Brasil**. Rio de Janeiro: CNPQ/UFRJ, 2002.
- MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria**: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912. São Paulo: Unesp/Moderna, 1997.
- MAIA, João M. E. **A terra como invenção**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- MALLORQUIN, Carlos. **Celso Furtado**: um retrato intelectual. São Paulo: Xamã; Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- MARAZZI, Christian. **O lugar das meias**: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- MARTINS, Maro Lara. Entre americanos e ibéricos: teoria social na Primeira República Brasileira. **Revista Política e Sociedade**, v. 9, n. 17, p. 231-257, out. 2010.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

\_\_\_\_\_. Imaginando a globalização: geometrias de poder de tempo-espaço. **Revista Discente Expressões Geográficas**. Florianópolis, n. 3, p. 142-155, maio 2007.

\_\_\_\_\_, Filosofia de política da espacialidade: algumas considerações. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 6, n. 12, p. 7-23, 2004.

\_\_\_\_\_. Spaces of politics. In: MASSEY, Doreen; SARRE, Philip (Ed.) **Human geography today**. Cambridge: Polity Press, 1999. P. 168-189.

\_\_\_\_\_. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, Jon et al. **Mapping the futures**: local cultures, global change. London/New York, 1993.

MERQUIOR, José Guilherme. O outro ocidente. **Revista Presença**, n. 15, p. 69-91, abr. 1990.

MICELI, Sergio. Intelectuais Brasileiros. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Editora Sumaré ANPOCS; Brasília, DF; CAPES, v. 2, 1999. p. 109-145

MILAN, Betty. A crise de identidade e a política da clausura: resposta a Celso Furtado. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 26 maio 1984.

MORAES, Carlos Robert. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 8, v.4, p. 166-176, 1991.

MORSE, Richard. **O espelho de Próspero**, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

\_\_\_\_\_. A miopia de Schwartzman. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 24, p. 166-178, jul. 1989.

\_\_\_\_\_. Dez anos de Próspero. **Revista Presença**, n. 18, p. 123-152, jun. 1992.

MOUFFE, C. **The democratic paradox**. London/New York: Verso, 2009.

\_\_\_\_\_. **Politics and passions**: the stakes of democracy. London: Centre For Study of Democracy, 2002.

\_\_\_\_\_. Le politique et la dynamique des passions. **Politique et Sociétés**, Paris, v. 22, n. 3, p. 143-154, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. A Navegação venturosa. Ensaio sobre Celso Furtado. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

\_\_\_\_\_. Diálogo na grande tradição. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 467-482.

\_\_\_\_\_. Diálogo na nova tradição: Celso Furtado e Florestan Fernandes. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 443-464

OLIVEIRA, Franklin de. Um tombo cultural. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p. 131-133, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia L. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sergio (Org.). **O que ler na ciência social Brasileira**. São Paulo: Editora Sumaré ANPOCS; Brasília, DF: CAPES, v. 2, 1999. p. 147-181

\_\_\_\_\_. **Representações da identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. Estado Novo e a conquista de espaços territoriais e simbólicos. **Revista Política e Sociedade**, v. 7, n. 12, p. 13-21, abr. 2008.

\_\_\_\_\_. Nação, região e geografia in Heider, Alda e Videira, Antonio Augusto Passos (org.) **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2010. p. 45-55.

\_\_\_\_\_. A Conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento Brasileiro. **Revista História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, v. 5 (suplemento), p. 195-215, jul. 1998.

\_\_\_\_\_. Anotações sobre um debate. **Revista Presença**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 26-41, abr. 1991.

\_\_\_\_\_. Modernidade e questão nacional. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n.19, p. 41-68, 1990.

PALACIOS, Manuel. A dialética da modernização. **Revista Presença**, n. 7, p. 137-144, mar. 1986.

PAULA, João A. História e cultura no pensamento de Celso Furtado. In: SABÓIA, J.; CARVALHO, Fernando J. C. (Org.). **Celso Furtado e o século XXI**. São Paulo: Editora UFRJ, Manole, Minha Editora, 2007. p. 263-283

- PEREIRA, Sergio N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul./dez. 2005.
- PUGH, Jonathan. The spaces of democracy and the democracy of space: a new network exploring the disciplinary effects of spatial turn. **Space and Polity**, v. 13, n. 2, p. 159-164, Ago. 2009.
- RIBEIRO, Ana Clara T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester; HAESBAERT, Rogério; MOREIRA, Ruy (Org.). **Brasil Século XXI: por uma nova regionalização?** São Paulo: Max Limonad, 2004. p. 194-212.
- RIBEIRO, Darcy. Apresentação. **Revista do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 3, p.3, 1985.
- RICOEUR, Paul. **Teoria da interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987.
- RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. In: LIMA, Marcos Costa; DAVID, Maurício D. (Org.). **A Atualidade do Pensamento de Celso Furtado**. Vila Nova de Goiás, 2008. p. 19-26.
- ROSSI, Paolo. **Naufrações sem espectador: a ideia de progresso**. São Paulo: Unesp, 2000.
- SALGADO, Manuel Luis G. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricas**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.
- SAMPAIO Jr. Plínio de A. **Globalização, ruptura do padrão de mobilidade social e crise federativa no Brasil**. Texto apresentado para a reunião da LASA, em setembro de 1998, Chicago, USA.
- \_\_\_\_\_. **A problemática regional no pensamento crítico latino-americano**. Cátedra Florestan Fernandes. Curso Dilemas do Capitalismo Dependente e Atualidade do Pensamento Crítico Latino-americano, mimeografado.
- SANTOS, Cesar R. S. A dinâmica territorial brasileira e a inversão da “Tese da Fronteira” na porção sul do Novo Mundo. **Revista de Geografia Norte Grande**, Santiago, Chile, n. 47, p. 121-142, 2010.
- SANTOS, Luiz Antonio de C. E Pernambuco falou para o mundo: o impacto de Gilberto Freyre na historiografia norte-americana, 1946-1971. **Revista Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 18, p. 22-32, set. 1987.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- \_\_\_\_\_. O dinheiro e o território. **Revista GEOgrafia**, Niterói, n. 1, p. 7-11, 1999.

\_\_\_\_\_; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCALLY, Derek. Crise da zona euro: O pacto da Alemanha com o demônio. *Presseurop*, França, 20, dezembro, 2012. Disponível em <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/3164801-o-pacto-da-alemanha-com-o-demonio>. Acesso em 20/12/2012.

SCHWARZ, Robert. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Livraria Duas Cidades/Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. **Que horas são?** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SCHWARTZMAN, Simon. O espelho de Morse. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, p. 185-192, out. 1988.

\_\_\_\_\_. O gato de Cortázar. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 25, p. 191-203, out. 1989.

SCHWARZ, Lília; BOTELHO, Andre. Ao vencedor as batatas: 30 anos. crítica da cultura e processo social, Entrevista com Robert Schwarz. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 147-161, jun. 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SICSÚ, João et al. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out./dez. 2007.

SOUZA, Candice Vidal e. A Noção de fronteira e o espaço nacional no pensamento social brasileiro. In: **Textos de História**, v. 4, n. 2, p. 94-129, 1996.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora da UNB, 2000.

\_\_\_\_\_. De Goethe a Habermas: auto formação e esfera pública. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 43, p. 24-57, 1998.

\_\_\_\_\_. Gilberto Freyre e a singularidade cultural brasileira. **Tempo Social**, São Paulo, v.12, n. 1, p. 69-100, maio 2000.

\_\_\_\_\_. **O malandro e o protestante**, Brasília: Editora UnB, 1999.

SOUZA, Marcelo Lopes. Mudar a cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e a gestão. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

- \_\_\_\_\_. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica: sobre a necessidade de uma “Teoria Aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 1, p. 5-22, 1996.
- \_\_\_\_\_. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 13-35, jul./dez. 1997.
- STASZAK, J.-F et al. **Géographies anglo-saxonnes**: tendances contemporaines. Paris: Belin, 2001.
- SUAREZ, Rosana. Notas sobre o conceito de Bildung: formação cultural. **Revista Kriterion**, Belo Horizonte, n. 112, p. 191-198, dez. 2005.
- TENORIO, Mauricio. Profissão: latin americanist. Richard Morse e a Historiografia da América Latina. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 102-132, 1989.
- VELHO, Otávio. O espelho de Morse e outros espelhos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 95-101, 1989.
- VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e Iberistas: A polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 145-189, 1991.
- \_\_\_\_\_. Vantagens do moderno, vantagens do atraso. **Revista Presença**, n. 12, p. 145-161, jul. 1988.
- \_\_\_\_\_. **A revolução passiva**: iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- YOUSFI, Hèla. **Culture and development**: a review of literature. The continuing tension between modern standars and local contexts. Working Paper 50, Agence Française de Developpement, Paris, 2007.

# ANEXOS